



PEDS II

Plano Estratégico de
Desenvolvimento Sustentável

2022/2026

CABO VERDE



A TRABALHAR PARA TODOS.

RELATÓRIO DO PEDS 2022-2026

4º Trimestre

ANO 2023

Índice

1.	ENQUADRAMENTO GERAL	3
2.	SEGUIMENTO PROGRAMAS	5
2.1.	PROGRAMA AGUA E SANEAMENTO	5
2.1.1.	Evolução dos Indicadores de Resultado e das Metas do Programa	5
2.1.2.	Análise da Evolução do Programa por objetivos	6
2.1.3.	Balanço das Entregas/Produtos Por Objetivo Específico.....	6
2.2.	PROGRAMA AMBIENTE BIODIVERSIDADE E GEODIVERSIDADE	14
2.2.1.	Evolução dos Indicadores de Resultado do Programa	14
2.2.2.	Análise Evolução do Programa	15
2.2.3.	Balanço das Entregas/Produtos Por Objetivo Específico.....	20
2.3.	PROGRAMA AÇÃO CLIMÁTICA E RESILIENCIA	27
2.3.1.	Evolução dos Indicadores de Resultado do Programa	27
2.3.2.	Análise Evolução do Programa	28
2.3.3.	Balanço das Entregas/Produtos Por Objetivo Específico.....	29
2.4.	PROGRAMA NACIONAL DA CIÊNCIA	30
2.4.1.	Análise da Evolução do Programa.....	30
2.4.2.	Evolução dos Indicadores de resultado e das Metas.....	32
2.5.	PROGRAMA TRANSFORMAÇÃO DA AGRICULTURA	32
2.5.1.	Análise da Evolução do Programa.....	32
2.5.2.	Evolução dos Indicadores de resultado e das Metas.....	37
2.6.	PROGRAMA OPERACIONAL DO TURISMO	38
2.6.1.	Relatório Evolução dos Indicadores de Resultado do Programa Operacional do Turismo	38
2.6.1.1.	Evolução dos Indicadores de Resultado do Programa	38
2.6.1.2.	Análise Evolução do Programa	39
2.6.1.3.	Relatório de Seguimento dos Produtos Por Objetivo Específico	40
2.7.	JUSTIÇA E PAZ SOCIAL.....	44
2.7.1.	Evolução dos Indicadores de Resultado e das Metas do Programa	45
2.7.2.	Análise Evolução do Programa	48
2.8.	PROGRAMA CABO VERDE PLATAFORMA AÉREA	50
2.8.1.	Relatório Evolução dos Indicadores de Resultado do Programa: Plataforma Aérea.....	50
2.8.1.1.	Evolução dos Indicadores de Resultado do Programa	50
2.8.1.2.	Análise Evolução do Programa	52
2.8.2.	Relatório de Seguimento dos Produtos Por Objetivo Específico	52
2.9.	PROGRAMA DESENVOLVIMENTO DE CAPITAL HUMANO	55

2.9.1.	FORMAÇÃO PROFISSIONAL DE EXCELÊNCIA”	55
2.9.1.1.	Análise de Evolução do Programa	55
2.9.1.2.	Evolução dos Indicadores de Resultado do Programa	56
2.9.2.	EDUCAÇÃO DE EXCELÊNCIA	57
2.9.2.1.	Evolução dos Indicadores de Resultado do Programa	57
2.9.2.2.	Análise Evolução do Programa Desenvolvimento do Capital Humano - Educação de Excelência	59
2.10.	DESENVOLVIMENTO INTEGRADO DA SAÚDE	61
2.10.1.	Evolução dos Indicadores de Resultado e das Metas do Programa	61
2.10.2.	Análise Evolução do Programa	62
2.11.	DESENVOLVIMENTO DA CULTURA E DAS INDÚSTRIAS CRIATIVAS	66
2.11.1.	Evolução dos Indicadores de Resultado do Programa	66
2.11.2.	Análise Evolução do Programa	67
3.	ENQUADRAMENTO ECONÓMICO E EXECUÇÃO FINANCEIRA DOS PROGRAMASE ORÇAMENTAL	70
3.1.	Conjuntura Económica Internacional	70
3.2.	Economia Nacional – Evolução Recente.....	71
3.3.	Despesa por Classificação Económica.....	73
3.4.	Despesas por classificação orgânica.....	74
3.5.	Despesa por classificação funcional	75
3.6.	Despesa por classificação programática/pilares	76
4.	ANEXOS: Seguimento dos Produtos Programas por Objetivo Especifico	81

1. ENQUADRAMENTO GERAL

O Plano Estratégico de Desenvolvimento Sustentável do Governo de Cabo Verde 2022-2026 (PEDS I) é o documento que concebe e materializa a implementação da estratégia do Governo de Cabo Verde, para lançar as bases do desenvolvimento sustentável do país. O PEDS foi desenvolvido em uma abordagem programática, na qual os programas setoriais e transversais foram concebidos para o alcance dos objetivos, a fim de contribuir para a materialização da Visão para o futuro de Cabo Verde.

VISÃO

Em 2026 Cabo Verde será uma democracia avançada, uma economia dinâmica, em digitalização e diversificação, uma Nação inclusiva, integrada na CEDEAO, com prosperidade compartilhada, elevado prestígio internacional e referência de orgulho para todos.

Estabelece quatro objetivos estratégicos para o período de referência:

- 1- Garantir a recuperação económica, a consolidação orçamental e o crescimento sustentável, promover a diversificação e fazer de Cabo Verde uma economia de circulação localizada no Atlântico Médio**
- 2- Fomentar a coesão territorial, a qualidade e sustentabilidade urbanas, a sustentabilidade ambiental, a ação climática e a resiliência e valorizar a biodiversidade e a geodiversidade**
- 3- Promover o desenvolvimento social pelo capital humano, inclusão e mobilidade, redução das desigualdades, erradicação da pobreza extrema e igualdade de género**
- 4- Consolidar a soberania nacional, aprofundar a valorização da democracia, da Diáspora e do prestígio internacional de Cabo Verde, promover a integração regional e a inserção dinâmica de Cabo Verde no Sistema Económico Mundial**

Estes objetivos foram elaborados de forma a serem alinhados ao Programa do Governo e aos compromissos internacionais.

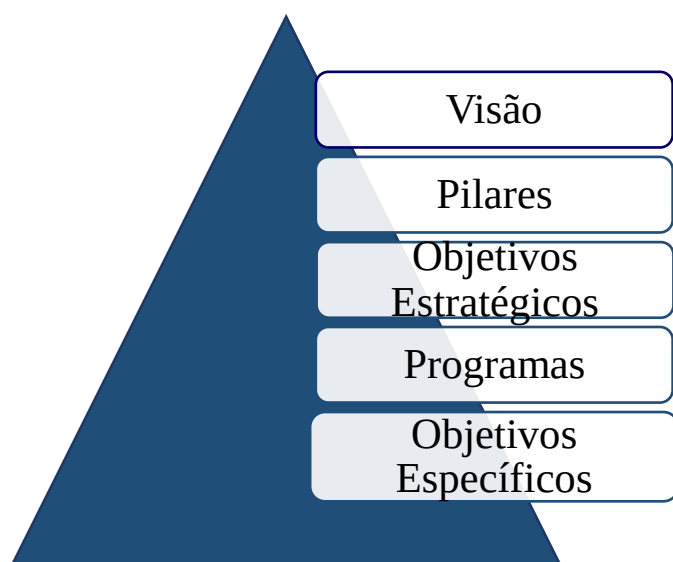
O PEDS II inclui 28 programas, sendo um programa transversal e 27 programas agrupados em quatro pilares (Economia, Social, Ambiente e Soberania) alinhados com a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável para as Nações Unidas.

Cada programa contribui para a consecução de dois ou mais dos quatro objetivos do PEDS II, além de Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da Organização das Nações Unidas. Os programas foram planeados em estrutura de projetos e produtos, com a premissa de que a execução dos mesmos levaria ao alcance dos objetivos do programa.

Estrutura lógica do PEDS II

Com 28 programas, o PEDS II será implementado através de uma abordagem programática e assim será a base essencial do orçamento programático instituído pela Lei de Bases do Orçamento do Estado.

Figura 1. PEDS II. Abordagem programática



2. SEGUIMENTO PROGRAMAS

2.1. PROGRAMA AGUA E SANEAMENTO

O Programa Água e Saneamento, enquadra-se no pilar Ambiente do Plano Estratégico de Desenvolvimento Sustentável 2022-2026, tem como objetivo estratégico, ***promover a descentralização, o desenvolvimento regional e a convergência com coesão territorial, qualidade e sustentabilidade urbanas, a sustentabilidade ambiental, a ação climática e a resiliência e valorizar a biodiversidade e a geodiversidade***, e visa essencialmente, melhorar o abastecimento de água e o saneamento em todo o território nacional, através da implementação de projetos como: o projeto Brava a 100% renovável, o plano operacional intermunicipal de gestão de resíduos em Santiago, dotar as ilhas do Fogo, São Vicente e Santo Antão de aterros controlados e a ilha do Maio de um moderno sistema de recolha e tratamento de resíduos no horizonte 2026. As metas do programa água e saneamento estão alinhados ao programa do governo, no alcance dos 100% da população com acesso a água potável de forma segura e inclusiva, 90% da população com acesso aos serviços de saneamento, 92.5 % da população com cobertura do sistema de recolha dos resíduos.

Desde o início da sua implementação em 2022, a cada ano, as metas do PEDS para o programa de água e saneamento vêm sendo sistematicamente, alcançados, rumo a meta estabelecida para o ano de 2026. Com a execução de projetos estruturantes para a setor e projetos pontuais que vão surgindo ao longo dos anos, a ANAS acredita poder cumprir com as metas estabelecidas no âmbito do PEDS, 2022-2026.

2.1.1. Evolução dos Indicadores de Resultado e das Metas do Programa

Programa: Água e Saneamento				
Objetivo Específico 1: Até 2026-alcançar a 100% da população com acesso à água potável de forma segura e inclusiva e melhorar a acessibilidade e a qualidade dos serviços.				
INDICADORES DE RESULTADO	Unidade de Medida	Base Line	Meta 2023	Valor Observado
Percentagem da população com acesso à água potável de forma regular, segura e inclusiva.	%	85.10%	90%	99.90%
Tempo médio gasto para chegar à principal fonte de água, para apanhar a água e voltar para o alojamento	Minutos	12.6	9	19.5
Objetivo Específico 2: Até 2026 alcançar 95% da população com acesso ao sistema de evacuação de águas residuais (rede pública de esgotos, fossa séptica e fossa rudimentar) no alojamento, de forma segura e inclusiva e melhorar a acessibilidade nos serviços.				
INDICADORES DE RESULTADO	Unidade de Medida	Base Line	Meta 2023	Valor Observado
Percentagem da população desagregada por sexo com acesso ao sistema de evacuação de águas residuais (rede pública de esgotos, fossa séptica e fossa rudimentar) no alojamento.	%	85.2	89	88.40%
Percentagem da população desagregado por sexo segundo a existência no alojamento de instalações sanitárias, de forma inclusiva e segura.	%	85.1	91	88.40%
Objetivo Específico 3: Até 2026 – alcançar a 92,5% da população com a cobertura do sistema de recolha de resíduos				
INDICADORES DE RESULTADO	Unidade de Medida	Base Line	Meta 2023	Valor Observado
Percentagem da população coberta com sistema de recolha, de forma segura, regular, inclusiva e acessível.	%	89.93	91	94,8
Objetivo Específico 4: Até 2026 alcançar 54% da população desagregada por sexo coberta com sistema de tratamento dos resíduos				
INDICADORES DE RESULTADO	Unidade de Medida	Base Line	Meta 2023	Valor Observado
Percentagem da população desagregada por sexo com sistema de tratamento dos resíduos.	%	53	53	55

2.1.2. Análise da Evolução do Programa por objetivos

Objetivo Específico 1: Até 2026-alcançar a 100% da população com acesso à água potável de forma segura e inclusiva e melhorar a acessibilidade e a qualidade dos serviços.

Objetivo Específico 2: Até 2026 alcançar 95% da população com acesso ao sistema de evacuação de águas residuais (rede pública de esgotos, fossa séptica e fossa rudimentar) no alojamento, de forma segura e inclusiva e melhorar a acessibilidade nos serviços

Analizados os indicadores de resultados para estes dois objetivos específicos, podemos concluir que em termos de execução e progresso rumo ao alcance das metas estabelecidas no PEDs, evidencia um bom nível de progresso para os dois objetivos. Baseado em dados do IMC 2023, pode-se verificar que no ano de 2023, a meta estabelecida para o indicador Percentagem da população com acesso à água potável de forma regular, segura e inclusiva, foi ultrapassada em 9%, ou seja, no ano em relato o acesso à água potável foi de 99,9%.

Relativamente ao objetivo específico 2, existe um progresso mais tímido e lento, não obstante os esforço e execução de projetos estruturantes no setor. Porém com a execução em curso e a bom ritmo de projetos estruturantes para o setor nomeadamente o Projeto de Água e Saneamento de Bairros Periférico da Cidade Da Praia, Sistema De Produção e Distribuição de Água em Santiago, o projeto abastecimento de água e saneamento de águas residuais da ilha de Santo Antão, o prognóstico é que efetivamente as metas estabelecidas para todos os indicadores sejam alcançadas, antes de 2026.

Objetivo Específico 3: Até 2026 – alcançar a 92,5% da população com a cobertura do sistema de recolha de resíduos.

Objetivo Específico 4: Até 2026 alcançar 54% da população desagregada por sexo coberta com sistema de tratamento dos resíduos.

Os objetivos estabelecidos para o subsetor resíduos já foram alcançados, as metas estabelecidas para o ano 2023 foram atingidos e superados em 5% em termos da taxa de cobertura de recolha de resíduos urbanos, e em 2% em termos de tratamento. Em termos do alcance dos objetivos PEDs, acredita-se estarem criadas as condições para tal. Pois, o país neste momento conta com um aterro sanitário na ilha de Santiago, que até ao momento serve todos os municípios exceto Tarrafal, o aterro controlado da Boavista, o aterro controlado da Ilha do Fogo e que em 2022 serviu o município de S. Filipe, estando, no entanto, projetado para servir todos os municípios da ilha, e o aterro controlado de Sto. Antão. Encontra-se ainda em curso o projeto, de gestão sustentável dos resíduos e equipamentos elétricos e eletrónicos, bem como o projeto “Sistema de recolha e tratamento de resíduos sólidos da ilha do Maio”.

2.1.3. Balanço das Entregas/Produtos Por Objetivo Específico

O progresso em termos de resultados/produtos encontram-se espelhados no Catálogo de Produtos seguinte.

Objetivo Específico	PROJETO	PRODUTOS	Unidade	Meta Física	Valor Observado	OBS: Execução física
			Medida	2023	2023	
Objetivo 1. - Até 2026-alcançar a 100% da população com acesso à água potável de forma, segura, inclusiva promovendo a igualdade de género e melhorar a acessibilidade e a qualidade dos serviços, principalmente nas zonas rurais. Objetivo 2. -Até 2026 alcançar 90% da população com acesso os serviços de saneamento (rede de esgotos e fossas sépticas) de forma segura e inclusiva, promovendo a igualdade de género e melhorar a acessibilidade e a qualidade dos serviços principalmente nas zonas rurais.	70.01.02.01.167 - Aquisição e Instalação de Dessalinizadora Para Santiago e Boavista	Central de Dessalinização incluindo furos, reservatório de armazenagem, primeira estação elevatória e rede elétrica nos Povoados do Norte na Ilha de Boa Vista, instalado	data			Concluída em 2022
		Rede de Adução e Distribuição de Água nos Povoados do Norte na Ilha de Boa Vista, instalados e reabilitados	km			
		Ligação Domiciliar nos Povoados do Norte na Ilha de Boa Vista, construídos	n.º			
		Captação de Água nos Povoados do Norte na Ilha de Boa Vista, reabilitado	n.º			
		Central de dessalinizadora incluindo furos, reservatório de armazenagem, primeira estação elevatória e rede elétrica em Ribeira da Barca para Santa	n.º			

		Catarina e S. S. do Mundo e Tarrafal na Ilha de Santiago, instalado				
		Rede de Adução e Distribuição de Água em Santa Catarina e Tarrafal na Ilha de Santiago reabilitado e construído	km			
		Ligação de Energia e Reforço de Capacidade da Rede elétrica em Santa Catarina na Ilha de Santiago, instalado	data			
		Captação de Água em Santa Catarina na Ilha de Santiago, reabilitado	n.º			
		Estrada de acesso à dessalinizadora "Lém Rocha", Ribeira da Barca, Santa Catarina na Ilha de Santiago, reabilitado	km			
	70.02.01.01.93 - Sistema De Produção E Distribuição De Água Em Santiago	Estações de Dessalinização de águas salgada e salobra construídas, em Santiago	nº			No objection da JICA ao Relatório de avaliação Final. Negociações contratuais com a empresa classificada em 1º lugar- Elaboração
		Reservatórios de armazenamento de água dessalinizada	nº			

		construídos, em Santiago				da versão preliminar (draft) do contrato. Não objection da JICA ao draft do contrato. Assinatura do contrato. Consignação das obras. Lançamento da 1ª Pedra e início da execução das obras Dezembro de 2024.
		Redes de adução e de distribuição de água dessalinizada melhoradas e construídas, em Santiago	km	43		
	70.02.01.01.95 - Projeto de Agua e Saneamento de Bairros Periférico da Cidade da Praia	Rede de água potável construído, na Cidade da Praia	Km	43,71		Lançamento do concurso para empreitada em junho de 2023. O no objection emitido pelo financiador, ao relatório de avaliação dos concorrentes foi, não favorável. Relançamento do concurso previsto para 2024.
		Rede de drenagem de águas residuais construído, na Cidade da Praia	Km	57		
		Ligações domiciliares de água potável executadas, com foco em critérios sociais e de género	nº	1000		
		Ligações domiciliares de esgoto executadas, na Cidade da Praia, com foco em critérios sociais e de género	nº	1426		
		Estação de Tratamento de Águas Residuais reabilitado, na Cidade da Praia	nº			

	70.02.01.02.37 - Abastecimento De Água E Saneamento De Águas Residuais Da Ilha De Santo Antão	Rede de água potável construído, em Santo Antão	km	12,5		Fornecimento de contadores de água e acessórios efetuado. Empreitada para a construção do edifício da ADSA-Paul em fase de acabamento. Construção de 75 casas de banhos para os municípios de Porto Novo, ribeira Grande e Paul. Levantamento e atualização de banco de dados dos clientes dos SAA'S. Aprovação do EIA pela DNA. Lançamento do concurso para empreitada de execução das obras.
		Estação de Tratamento de Água Residuais construída, em Santo Antão	nº			
		Rede de drenagem de águas residuais construído, em Santo Antão	km	6		
		Ligações domiciliares de água potável executadas, em Santo Antão, com foco em critérios sociais e de género	km	4000		
		Ligações domiciliarias de esgoto executadas, em Santo Antão, com foco em critérios sociais e de género.	km			
	Elaboração Do Plano Sanitário Da Cidade De S. Filipe (Aps E Apd)	Projeto de execução do sistema de Drenagem e Tratamento de Águas Residuais de São Filipe elaborado	data			• Protocolo de financiamento homologado a 04/09/23 • A formalização da contratação dos serviços a prestar
		Projeto encerramento/selagem	data			

		da lixeira de SF Fogo elaborado				pela AdPI à ANAS aconteceu a 03 de outubro de 2023. • No período de 07 a 11 de outubro foi realizada uma Missão Técnica à ilha do Fogo tendo em vista o reconhecimento “in loco” da situação e a recolha inicial da informação necessária • Diagnóstico respeitante às atividades do projeto/estudos . • Estudo Prévio correspondente à componente do Sistema de Drenagem e Tratamento de Águas Residuais de São Filipe, entregue no dia 22 de dezembro de 2023.
		Projeto piloto de valorização de resíduos elaborado, em São Filipe	data			
		20 Gestores do Setor de Água e Saneamento capacitados com ações de formação nas áreas de nas áreas de gestão da água, saneamento de águas residuais, resíduos sólidos e integração de género	nº			

	Projeto Piloto De Economia Circular No Ciclo Urbano Da Água - Etar De Santa Cruz	Toolkit disponibilizado (Modelo técnico, económico e financeiro para disseminação do projeto piloto)	data	Dez		Entrega dos Estudos das soluções técnicas a ETAR
Objetivo 3- Até 2026 – alcançar 92,5% da população garantindo a promoção igualdade de género, com a cobertura do sistema de recolha Objetivo 4- Até 2026 alcançar 90% da população, garantindo a promoção da igualdade de género, que evacua os resíduos sólidos de forma adequada (colocados em contentores de lixo ou recolhidos diretamente por carros de lixo).	Apoio À Implementação Do Plano Operacional Intermunicipal De Gestão De Rsu De Sto. Antão	Dossiê (Projetos e Estudos de Avaliação de Impacte Ambiental) elaborado	data			Foi assinado contrato prestação de serviço em 03 outubro de 2023, realizada visita técnica e levantamento topográfico das áreas para implantação do centro tratamento e unidade de transferência de resíduos
	70.01.02.01.160 Melhoria Da Gestão De Rsu	Pontos de deposição de resíduos eliminados	nº			Concluída em 2022
		Lixeiras de S. Miguel e Santa Cruz enceradas e requalificadas	nº			Elaboração do projeto de selagem da Lixeira Santa Cruz - entregue o estudo (para validação); elaboração do projeto de selagem de Lixeira de S.

						Miguel concluída em 2022
		Unidades de tratamento de resíduos construídos incluindo fornecimento de equipamentos	nº			Procedimento para aquisição de equipamentos para o aterro controlado de Santo Antão em curso; aterro controlado do Fogo (concluído em 2022) e equipamentos fornecidos; aterro controlado de Santo Antão concluído em 2022.
	70.02.01.01.117 Roadmap Dos Resíduos Em Cabo Verde- Fase 5 (Ilha santiago)	Plano operacional de Gestão de Resíduos da Ilha de Santiago elaborado	data			Concluída em 2022

2.2. PROGRAMA AMBIENTE BIODIVERSIDADE E GEODIVERSIDADE

Para o programa em título no âmbito de PEDSII ambiciona-se potencializar, valorizar e conservar os recursos da biodiversidade e da geodiversidade contribuindo para a aceleração do desenvolvimento sustentável do país com vista à construção de uma nação mais inclusiva e mais resiliente, assegurando a melhoria da qualidade ambiental e do bem-estar dos cabo-verdianos e visitantes das ilhas de Cabo Verde. De frisar que o programa pertence ao pilar ambiente e está enquadrado no objetivo PEDS 2022-2026 e visa promover coesão territorial, a qualidade e sustentabilidade urbanas, a sustentabilidade ambiental, a ação climática e a resiliência e valorizar a biodiversidade e a geodiversidade.

As diretrizes do PEDS II para o programa «Ambiente biodiversidade e geodiversidade» consistem mormente em viabilizar: a elaboração, revisão e implementação dos Planos de Gestão das Áreas Protegidas; a promoção e implementação do Modelo Institucional adequado e da modalidade de co-gestão para a gestão das Áreas Protegidas; a elaboração e implementação dos Planos de Ação das Reservas da Biosfera das Ilhas do Fogo e Maio; a aprovação e implementação da Estratégia Nacional de Exploração de Inertes; a elaboração, aprovação e implementação do Regime Jurídico de Avaliação Ambiental Estratégica; a elaboração do Cadastro Nacional de Serviços Ecosistémicos; a Atualização da Lista Vermelha das Espécies; a elaboração e implementação do Plano de Conservação e Gestão dos Tubarões; a criação de rede de sítios de interesse geológico; a ampliação e operacionalização do Sistema Nacional de Monitorização e Informação Geofísica (SNMIG)/Laboratório de Geofísica.

As metas do referido programa estão alinhadas com o programa do governo, e o seu alcance está de acordo com os objetivos específicos indicados no quadro seguinte, tal como foram definidos no quadro lógico e no catálogo de produtos.

2.2.1. Evolução dos Indicadores de Resultado do Programa

Objetivo específico 1: Até 2026, aumentar a superfície protegida para 21% e a superfície marinha protegida para 9% com implementação de 75% dos instrumentos de gestão para as áreas protegidas					
INDICADORES DE RESULTADO	Unidade de Medida	Baseline	Meta 2023	Valor Observado	% Atingimento Meta
Indicador 1 - % de superfície terrestre protegida	hectares	19%	21%	18,3%	87.1%
Indicador 2 - % de superfície marinha protegida	hectares	7%	7%	5,8	82.9%
Objetivo específico 2: Até 2026 aumentar para 7 os grupos de espécies prioritárias monitorizados e preservados (Tartaruga marinhas, aves marinhas, cetáceos, corais, répteis terrestres, flora endémica, seláceos-tubarões e raia)					
INDICADORES DE RESULTADO	Unidade de Medida	Baseline	Meta 2023	Valor Observado	% Atingimento Meta
Indicador 1 - Número de grupos de espécies prioritárias monitorizados e preservados	Nº	2	3	3	100%
Objetivo específico 3: Até 2026 aumentar para 50% a percentagem de inspeções ambientais conformes					
INDICADORES DE RESULTADO	Unidade de Medida	Baseline	Meta 2023	Valor Observado	% Atingimento Meta

Indicador 1 - % de auditorias e inspeções ambientais conformes que cumprem os requisitos ambientais de acordo com o Guia de inspeção da DNA	%	20%	25%	ND	ND
Objetivo específico 4: Até 2026 atingir 90% do país com informação sismológica e vulcanológica de 80% do plano de conservação e valorização da geodiversidade					
INDICADORES DE RESULTADO	Unidade de Medida	Baseline	Meta 2023	Valor Observado	% Atingimento Meta
Indicador 1 - Cobertura (%) do país com informação sismológica e vulcanológica	%	66%	66%	100%	151.5%
Indicador 2 - % de sítios com interesse geológico conservados e valorizados	ha	0	ND	0	0

2.2.2. Análise Evolução do Programa

Objetivo específico 1: Até 2026, aumentar a superfície protegida para 21% e a superfície marinha protegida para 9% com implementação de 75% dos instrumentos de gestão para as áreas protegidas

Objetivo Específico 2: Até 2026 aumentar para 7 os grupos de espécies prioritárias monitorizados e preservados (Tartaruga marinhas, aves marinhas, cetáceos, corais, répteis terrestres, flora endémica, seláceos- tubarões e raias)

Seja para o objetivo específico 1, seja para o objetivo específico 2, não houve avanços considerando fontes oficiais de informação, porém, existem avanços em termos de gestão de processo. Efetivamente, a Rede Nacional de Áreas Protegidas do país continua com um total de 47 APs, compreendendo diferentes categorias de áreas protegidas, cobrindo uma superfície total de 206.775,77 hectares. As áreas protegidas terrestres, num total de 24 (51%), cobrem um total de 37.894,39 ha, enquanto as áreas protegidas mistas com forte predominância marinha, num total de 23 (49%) cobrem um total de 168.881,38 ha, deste 132.781,63 ha é marinho e 26.099,74 é terrestre, sendo que nalgumas a área costeira está enquadrada na componente terrestre.

Apesar de não haver avanços entre 2021 e 2023, destaca-se que relativamente ao Objetivo Estratégico C das metas de Aichi 2011-2020 “Melhorar a situação (status) da biodiversidade, protegendo ecossistemas, espécies e diversidade genética em relação às áreas protegidas terrestres” o país, relativamente às APT, alcançou ou mesmo superou com (18,3%) a meta 11 que estabelecia para 2020, pelo menos 17% das zonas terrestres e de águas continentais. Relativamente a meta de 10% das zonas costeiras e marinhas, em 2020, no país apenas 5,8% (cálculo tem por base o mar territorial) estavam conservadas. Dados estes que permanecem até então.

Contudo, no que tange ao Objetivo Estratégico C (meta nacional 6) estabelecida no NBSAP “Até 2025, pelo menos 20% das áreas terrestres e 5% das zonas costeiras e marinhas, ecologicamente representativas e importantes serão conservadas através de um sistema coerente de AP, geridas de forma eficaz e equitativa através da implementação de Planos Especiais de Ordenamento de Áreas Protegidas (PEOAP)”, o país pode ainda envidar esforços no sentido de alcançar as metas propostas, nomeadamente as APs terrestres. Relativamente às marinhas, considerando a metodologia de cálculo estabelecido, tendo por base os

requisitos da convenção da biodiversidade (ZEE) é necessário identificar e declarar zonas em alto mar para que se possa alcançar a meta, apesar do curto período de tempo restante (18 meses).

De referir que no IV trimestre de 2023, estava em processo de atualização e elaboração dos diplomas para a republicação de limites das Áreas Protegidas da ilha do Maio (7).

Ressalva-se, contudo, que está em carteira a proposta de criação de uma área protegida marinha a ser analisada, portanto, potencialmente alinhada com os compromissos do governo. Aguarda-se, contudo, reação após análise.

Neste mesmo rubro, ressalta-se que estão aprovados 24 instrumentos de gestão das áreas protegidas e está em curso a elaboração de 9 Planos de Gestão das Áreas Protegidas de Santa Luzia (1) Boa Vista (4), Sal (2) e Santiago (2). Tendo por base as 47 APs, com a conclusão das mesmas poder-se-á alcançar cerca de 70% de instrumentos de gestão para respetiva implementação.

Todavia, considerando que o país possui duas Reservas da Biosfera que cobrem a superfície do mar a partir da linha de base das ilhas de Maio e Fogo até 3 milhas náuticas, significa que uma superfície considerável de área marinha (Fogo 54.592,91 ha e Maio 37.745,64 ha) é também objeto de conservação. No caso do maio há que subtrair a componente marinha das APs já considerados nos cálculos. Neste âmbito salienta-se que está em curso a elaboração dos Planos de Ação das referidas Reservas da Biosfera para cabal implementação. Especificamente, ferramentas que apoiam a sua implementação vêm sendo desenvolvidas como por exemplo a criação dos logótipos das referidas áreas classificadas, a elaboração do plano de comunicação, criação do website para ambas as reservas inseridos no plano de comunicação e ainda a capacitação sobre o programa MaB e reservas da Biosfera contemplado no referido plano de ação.

No que tange ao Número de grupos de espécies prioritárias monitorados e preservados havia em 2021 os planos de conservação relativos a cetáceos, corais e tartarugas marinhas em 2023 destaca-se o potencial ganho relativamente à conservação de grupos de espécies prioritárias, com a elaboração do Plano Nacional de Conservação de Aves Marinhas. Com efeito, o referido plano está elaborado, pelo que aguarda a sua aprovação. Com a sua aprovação haverá o aumento de 3 para 4 grupos prioritários.

No âmbito da implementação do Plano Nacional de Gestão e Conservação de Corais, foi identificado e mapeado novos locais de ocorrência, na ilha de Santiago e, encontra-se em elaboração o manual de monitorização participativa das comunidades coralinas;

Destaca-se ainda o decreto lei Decreto-Lei nº8/22, de 6 de abril, que estabelece medidas de conservação e proteção das espécies da flora e da fauna objeto de proteção especial, enquanto componentes da biodiversidade e parte integrante do património natural de Cabo Verde "que veio garantir maior proteção das espécies de flora e fauna e reforçar as demais leis de conservação da biodiversidade tais como a lei especial de proteção de tartarugas marinhas de Cabo Verde, que tem contribuído, junto com as ações das ONGs ambientais, para uma melhor conservação das tartarugas marinhas, nomeadamente da emblemática espécie *Caretta caretta*. Refere-se que Cabo Verde é considerado o terceiro ponto mais importante da desova de tartarugas marinhas no mundo, especificamente *Caretta caretta*, tendo uma das maiores populações da espécie a nível mundial juntamente com o Omã e a Florida. A nível da região africana é o país mais importante de nidificação da referida espécie.

Está em fase de conclusão conforme previsto no artigo 7º do Decreto-Lei nº8/22, de 6 de abril, o Regulamento da atividade de Observação de Tartarugas Marinhas, conforme o artigo 7º do Decreto-

Legislativo n.º 1/2018, de 21 de maio, assim como a plataforma para a disponibilização de dados sobre a biodiversidade do país.

Relativamente aos cetáceos, elaboração da proposta de regulamento sobre observação de cetáceos e ocorreu uma reunião que visava abordar e discutir um conjunto de temáticas relativas a medidas de conservação de cetáceos, bem como, foi socializado a proposta de regulamento sobre observação de cetáceos.

No que tange a flora, evidencia-se a descoberta de novos leitos de ervas marinhas, e na sequência o mapeamento e identificação de uma nova espécie de erva marinha, nomeadamente *Cymodocea nodosa*;

Está em fase de conclusão o Catálogo Nacional de Espécies Protegidas de Cabo Verde.

Ainda em relação à Conservação da Biodiversidade, destaca-se a aprovação da Lei n.º 22/X/2023, que altera a Lei de Plástico anterior, para tornar a importação mais rígida, disciplinar a comercialização e utilização de plástico de utilização única, criar e promover incentivos e compensações para reforçar a reciclagem.

Objetivo Específico 3: Até 2026 aumentar para 50% as auditorias e inspeções ambientais conformes

Em relação ao Objetivo Específico 3 os dados disponíveis referem-se às inspeções realizadas pela Direção de Serviço de Prevenção e Avaliação de Impacte Ambiental (DSPAIA) e pela Direção de Serviço de Ação Climática e Saneamento Ambiental (DSACSA).

Para o período em análise:

Sucederam as seguintes realizações da DSPAIA:

- Foram inspecionados pelo menos 45 estabelecimentos/sítios, principalmente às pedreiras e unidades hoteleiras e boa parte trata de inspeções extraordinárias desencadeadas a partir de denúncias.
- A competência de inspeção ambiental está na fase final de transferência para a IGAE.
- O DL 70/2021, sobre as taxas devidas no âmbito de AIA, foi completamente implementado, o que culminou com um aumento para quase 100% da capacidade de arrecadação da DSPAIA, a partir de 2023.
- No âmbito do processo de AIA e licenciamento de pedreiras, já foram arrecadadas cerca de 10 milhões e 286 mil escudos.
- Estava em avaliação ou concluídos 16 estudos ambientais (EIA ou EAS) de diferentes empreendimentos, principalmente estações de tratamento de água nas ilhas do Sal e Santiago, e emitidas 38 autorizações ambientais para projetos de categoria C (geralmente projetos pequenos ou médios) localizados maioritariamente nas ilhas de Santiago, Sal, Boavista e São Vicente.
- Foi concluída com sucesso a plataforma de gestão e acompanhamento online de processos, que irá permitir digitalização completa dos processos de AIA e uma maior celeridade no tratamento de todos os processos. Encontra-se em curso a plataforma de submissão de processos online, com previsão de término para próximo ano.
- Esta direção está, neste momento, em fase avançada de elaboração da Estratégia Nacional de Exploração de Inertes, que irá orientar e organizar o aproveitamento sustentável de massas minerais e inertes. As peças cartográficas e o primeiro draft do documento já estão prontos, estando na fase de socialização com os setores.

- Relativamente às pedreiras, já foram regularizadas quase todas as unidades em São Vicente, com condição para tal. Em São Nicolau o processo encontra-se em curso. Neste momento, está em fase de licenciamento ou AIA, cinco novas pedreiras nas diferentes ilhas.
- Já foi aprovado e publicado o decreto-lei 23/2023, de 29 de agosto que aprova o regime jurídico de avaliação ambiental e social estratégica de planos e programas. Neste momento, encontra-se em avaliação estratégica os seguintes planos:
 - ✓ Plano de Intervenção nos Aeroportos de Cabo Verde
 - ✓ Zona Industrial e Logística do Lazareto

Sucederam as seguintes inspeções realizadas pela DSACSA:

- Foram inspecionadas 18 entidades, sendo 14 efetuadas a embarcações e 4 a sucatas.

Objetivo Específico 4: Até 2026 atingir 90% do país com informação sismológica e vulcanológica e implementar 50% de sítios com interesse geológico conservados e valorizados

Em relação à informação sismológica e vulcanológica é de salientar que as atividades de monitorização das atividades sísmicas e vulcânicas é realizada a partir do laboratório em Mindelo (onde se concentram as informações das estações instaladas praticamente em todas as ilhas de Cabo Verde). Atualmente, na Ilha de Santo Antão foi reposto o funcionamento normal da estação sísmica do Planalto Norte, e reabilitada a repetidora do Monte Verde que retransmite os dados registados pela estação sísmica do Madeiral (S. Vicente).

O INMG tem desenvolvido uma rede de monitorização geofísica do País que lhe permitiu grandes avanços em termos de cobertura com informação sismológica e vulcanológica, cuja meta para 2022 era manter os 66% e aumentar para 77% em 2023, mas os **dados seguintes confirmam que atualmente a taxa de cobertura do país com informação sismológica e vulcanológica é de 100%.**

Em 2016, o país possuía 17 estações sísmicas. Em 2018, foram instaladas 3 estações sísmicas (1 na ilha Fogo e 2 na Brava), atingindo 20 estações sísmicas a nível nacional (Santo Antão 4, São Vicente 1, Sal 1, Santiago 1, Fogo 7 e Brava 6), cobrindo cerca de 67% das ilhas habitadas e com especial destaque para as ilhas do Fogo, de Santo Antão e Brava. **Atualmente, existe uma taxa de cobertura de comunicação de dados das estações sísmicas de 100%.**

Em 2016, havia apenas 1 servidor para captação de dados geofísicos; **atualmente o INMG tem 3 servidores para captação e transmissão de dados geofísicos. Este aumento permite ter, em tempo real, as informações para os avisos e alertas,** caso for necessário, assim como disponibilizar informações para tomada de decisão.

Relativamente aos **sítios com interesse geológico conservados e valorizados** verifica-se que o indicador fala em “percentagem”, a unidade de medida é “ha” e que o “baseline” aponta “0%”. No entanto, a meta proposta a ser atingida é de 20%. Neste item não existem avanços a apontar em termos numéricos, pois não existem propostas de criação de geossítios, bem como se desconhece a área total de sítio de interesse geológico. Recomenda-se analisar melhor este indicador.

Tendo por base instrumentos de apoio, salienta-se que em relação à Avaliação do Impacte Ambiental, o Governo fez a segunda alteração ao Decreto-lei n.º 3/2015, de 6 de janeiro, que define o regime jurídico de aproveitamento de massas minerais, que tem por objetivo fazer o diagnóstico da situação de extração

de Inertes e exploração de massas Minerais e aprovou ao abrigo do DL 23/2023 de 29 de agosto, o Regime jurídico de Avaliação Ambiental e Social Estratégica dos Planos e Programas em Cabo Verde.

Considerando a gestão de processo, um potencial ganho prende-se com a Estratégia Nacional de Exploração de Massas Minerais e Extração de Inertes está em elaboração, que em termos de execução física foi realizado o diagnóstico das fontes de exploração e extração de inertes e consequente elaboração parcial de relatórios assim como a elaboração da cartografia de potenciais sítios para exploração de massas minerais. No seu todo pode-se considerar que se alcançou os 70% de execução física.

2.2.3. Balanço das Entregas/Produtos Por Objetivo Específico

OBJETIVO	OBJETIVO ESPECÍFICO	PROJETO/UNIDADE	PRODUTO	UNIDADE	PRIORIZAÇÃO	METAS					ORÇAMENTO				RESPONSÁVEL/SETOR	VALOR OBSERVADO	OBSERVAÇÃO
						2022	2023	2024	2025	2026	2023	2024	2025	2026			
Objetivo Estratégico: Fomentar a coesão territorial, a qualidade e sustentabilidade urbanas, a sustentabilidade ambiental, a ação climática e a resiliência e valorizar a biodiversidade e a geodiversidade. Este programa se enquadra no Pilar Ambiente.	Objetivo Específico 1: Até 2026, aumentar a superfície terrestre protegida para 21 % e a superfície marinha protegida para 9%, com implementação de 75% dos instrumentos de gestão para as áreas protegidas sensíveis ao género.	Reforço da Capacidade Institucional na Implementação de Políticas de Intervenção em matéria de Qualidade Ambiental	Relatório Anual de Estado da Qualidade do Ambiente em Cabo Verde (REA-CV 2023) elaborado e aprovado desagregado por sexo e área geográfica (salvaguarda de direitos ambientais)		3		1 (31 - 07 - 23)	2	3	4	3.500.000,00	3.500.000,00	3.500.000,00	3.500.000,00	DSISQA-DNA/Ambiente	80%	Em fase de elaboração do Relatório Anual de Estado da Qualidade do Ambiente em Cabo Verde (REAQ-CV 2022)
		Gestão e Conservação dos Espaços Naturais	Cadastro Nacional de Serviços Ecossistémicos sensível ao género e grupos específicos elaborado		2		0	1 (28 - 12 - 24)				4.000.000,00	2.000.000,00		DSCN-DNA/Ambiente	0%	Sem dados relativos a este assunto. Todavia previsto para 2024

		Planos de Gestão de AP e AMP sensíveis ao género elaborados e revistos de forma participativa e aprovados		3		3	6	9	12	5.000.000,00*				DSCN-DNA/Am biente	10%	Em curso a elaboração de planos de gestão para 9 áreas protegidas (1 em Santa Luzia e ilhéus, 4 em BV, 2 no Sal 2 e santiago)
	Apoio à Consolidação das Reservas da Biosfera	Plano de Ação das Reservas da Biosfera Ilhas Fogo e Maio sensíveis ao género elaborados e revistos de forma participativa elaborados e aprovados		3		0	2			5 985 501,64	2 362 299,88	3.000.00 0,00	3.000.000 \$00	DSCN-DNA/Am biente	60%	Em curso a elaboração do plano de comunicação (1º versão preliminar concluída, logótipos concluídos e website concluído ações 6 de formação executadas em 3 ilhas
	Gestão e Conservação dos Espaços Naturais	Relatórios Nacional sobre o Estado da Biodiversidade em Cabo Verde elaborado (Obrigação Global CBD) - Relatórios traduzidos e elaborados em				1 (30 - 06 - 23)				1.500.000,00		3.000.00 0,00		DSCN-DNA/Am biente	0%	Previsto para 2023 mas aguarda orientações da convenção (CBD)

			Língua Portuguesa													
			Rede de sítios com interesse geológico criada (salvaguarda da implicação comunidades locais e género)		2		0	0	5			2.000.000,00		DSCN-DNA/Ambiente	0%	Sem início de atividade ou sem proposta, contudo previsto para 2025
			Decretos-Lei para a criação das áreas protegidas elaborados (salvaguarda de mecanismos de gestão, participação comunitária e género)		3		0	0	0	4	3.000.000 \$00			DSCN-DNA/Ambiente	20%	- Em curso a atualização do DL 3/2003 de 24 de fevereiro; - Resolução n.º 36/2023: » Conselho de Ministros Estabelece as condições de parcerias entre o Governo e as Organizações da Sociedade Civil (OSC) de cariz ambiental ou que tenham como um dos objetos a conservação e a preservação ambiental; Contudo aguarda-se o modelo de Governança - Decreto-lei n.º 8/2022: Estabelece medidas de conservação e proteção das espécies da flora e da fauna objeto de

															proteção especial, enquanto componentes da biodiversidade e parte integrante do património natural de Cabo Verde
	Informação e Educação para o Ambiente e Cidadania	Projeto da Agenda 21 Escolar Ilhas Fogo e Maio validado e implementado (perspetiva de género)		3	2				1.800.000 \$00	1.800.000 \$00	1.800.000 \$00	1.800.000 \$00	DSISQA-DNA/Ambiente	20%	Alterado o nome para Agenda da Biosfera) na qual deve constar agenda escolar para professores e caderno escolar para alunos. O plano de atividade está elaborado.
		Estratégia Nacional de Educação Ambiental 2023-2027 (utilizando uma abordagem igualitária e participativa) elaborada, aprovada e implementada		3		1 (30 - 11 - 23)			3.000.000 \$00				DSISQA-DNA/Ambiente	0%	Prorrogado para 2024
		Centro de Educação Ambiental de Santa Cruz - Pedra Badejo instalado, equipado e operacional		3			1 (31 - 12 - 24)		4 393 371,09	4 393 371,09	4 393 371,09		DSISQA-DNA/Ambiente	80%	Em fase de conclusão da obra e de aquisição de equipamento para sua respetiva instalação

		Gestão e Conservação dos Espaços Naturais	Lista Vermelha das espécies atualizada		3		1 (20 - 12 - 24)			6.000.000,00	2.000.000,00	2.000.000,00		DSCN-DNA/Ambiente	50%	Planificou-se elaborar uma lista vermelha e um catálogo. Contudo o Catálogo está concluído aguarda aprovação. A lista vermelha não foi elaborada portanto com 0% de execução
	Objetivo Específico 2: Até 2026, aumentar para 7 os grupos de espécies prioritárias monitorizadas e preservadas (Tartarugas marinhas, Aves, Cetáceos, Seláceos, Corais, Répteis Terrestres, Flora Endémica)	Gestão e Conservação dos Espaços Naturais	Plano de Conservação e de Gestão dos Tubarões		2		1 (31-12-23)				3.000.000,00	2.000.000,00		DSCN-DNA/Ambiente	0%	Previsto para 2024
			Praias recuperadas Santiago e Praia Bandeira Azul-Praia de Santa Maria, ilha do Sal		3	3	3	3	3	5.500.000	3.000.000,00	4.500.000	3.000.000,00	DSCN-DNA/Ambiente	0%	Esta componente está integrada dentro da Estratégia Nacional de Exploração de Inertes
		Gestão e Conservação dos Espaços Naturais	Regime jurídico de Avaliação Ambiental Estratégica elaborado e aprovado		3		1 (30 - 11 - 22)			700.000,00				DSPAIA-DNA/Ambiente	100%	Concluído Plano de Intervenção nos Aeroportos de Cabo Verde Zona Industrial e Logística do Lazareto
	Objetivo Específico 3: Até 2026, atingir 90% do País com informação sismológica e vulcanológica e	Implementação da Política sobre Saneamento Ambiental no Meio Rural e Urbano	Lei que regula a importação, produção e utilização de plásticos de uso único		3		1 (30 - 12 - 22)			3 965 082,00	3 965 082,00	2 775 557,00		DSSAAC - DNA/Ambiente	100%	Concluído

	implementar 80% do plano de conservação e valorização da geodiversidade	revista e aprovada														
	Mitigação de impacto Ambiental	Legislação sobre a exploração de massas minerais revista		2		1 (30 - 12 - 23)				800.000,00				DSPAIA-DNA/Am biente	100%	Concluído Decreto-lei o n.º 16/2023: Procede à segunda alteração ao Decreto-lei n.º 3/2015, de 6 de janeiro, que define o regime jurídico de aproveitamento de massas minerais, compreendendo a sua exploração.
	Reforço da Capacidade De Monitorização Geofísica Em Cabo Verde	Sistema Nacional de Monitorização e Informação Geofísica (SNMIG) Operacional (Laboratório de Geofísica ampliado e operacional)		2	1 (21 - 12 - 22)	1 (30 - 12 - 23)				5 041 039,00	5 507 479,00	4 765 524,00	4 765 524,00	INMG/ Direção da Geofísica	100%	Concluído
	Reforço da Capacidade De Monitorização Geofísica Em Cabo Verde	Informação Geofísica acessível		3											100%	Concluído

		Projeto Gestão Ambiental em Cabo Verde (Projeto NOVO)	Estratégia Nacional de Exploração de Inertes Aprovada sensível ao género		3		1 (27 - 12 - 23)				3.000.000,00	3.000.000,00	3.000.000,00		DSPAIA-DNA/Ambiente	70%	Em fase de conclusão a Estratégia Nacional de exploração de Inertes
--	--	---	--	--	---	--	------------------	--	--	--	--------------	--------------	--------------	--	---------------------	-----	---

2.3. PROGRAMA AÇÃO CLIMÁTICA E RESILIENCIA

O **Programa Ação Climática e Resiliência** enquadra-se no Pilar Ambiente do Plano Estratégico de Desenvolvimento Sustentável 2022-2026 e contribui para Objetivo Estratégico de fomentar a coesão territorial, a qualidade e sustentabilidade urbanas, a sustentabilidade ambiental, a ação climática e a resiliência e valorizar a biodiversidade e a geodiversidade.

O programa orienta-se ainda para a implementação de um conjunto de ações estratégicas que contribuem para o alcance de objetivos específicos e metas estabelecidas e direcionadas para a implementação de uma governança climática participativa, justa, eficaz e eficiente, assente na integração das mudanças climáticas nas políticas, planos e estratégias no aumento da resiliência face às mudanças climáticas, na reduzir das emissões de CO₂ e outros GEE e no reforço do acesso equitativo da população à informação e alertas climáticos, baseados no conhecimento e facilitados por uma diplomacia forte.

Com a implementação do programa prevê-se até 2026 reduzir em 13% as emissões de GEE em toda a economia num cenário com implementação da NDC, atingir 5 municípios, o equivalente a 23% do total dos municípios que implementam planos de adaptação às mudanças climáticas para uma maior resiliência das comunidades mais vulneráveis e aumentar para 70% a cobertura da população com acesso à informação a alertas climáticos.

As metas do referido programa estão alinhadas com o Programa do Governo, e o seu alcance está de acordo com os objetivos específicos indicados no quadro seguinte.

2.3.1. Evolução dos Indicadores de Resultado do Programa

Programa: Ação Climática e Resiliência					
Objetivo Específico 1: Até 2026, reduzir em 13% as emissões GEE em toda a economia, num cenário com Implementação do NDC ou reduzir em 10% as emissões de CO ₂ e outros GEE em todos os setores					
INDICADORES DE RESULTADO	Unidade de Medida	Baseline 2021	Meta 2023	Valor Observado	% Atingimento Meta
Indicador 1					
Redução de Emissões de GEE per capita por ano, comparando o cenário NDC, com cenário BAU	GgCO ₂ eq	0	ND	ND	ND
Objetivo Específico 2: Até 2026, atingir 5 municípios (23% do total dos municípios) que implementam planos de adaptação às mudanças climáticas para uma maior resiliência das comunidades mais vulneráveis.					
INDICADORES DE RESULTADO	Unidade de Medida	Baseline	Meta 2023	Valor Observado	% Atingimento Meta
Indicador 1: Percentagem de municípios que implementam planos de adaptação	Nº	0	5%	20%	400%

...					
Objetivo Específico 3: Até 2026, aumentar para 70% a cobertura da população com acesso à informação e alertas climáticos					
INDICADORES DE RESULTADO	Unidade de Medida	Baseline	Meta 2023	Valor Observado	% Atingimento Meta
Indicador 1 Taxa de cobertura da população com acesso à informação e alertas climáticos	%	25%	35%	50%	157.1%
...					

2.3.2. Análise Evolução do Programa

Relatório de Seguimento dos Produtos Por Objetivo Específico

Objetivo Específico 1: Até 2026, reduzir em 13% as emissões GEE em toda a economia, num cenário com Implementação do NDC

No que se refere ao indicador 1 **“Redução de Emissão de GEE per capita por ano comparando o cenário NDC com o cenário BAU”**, importa referir que no âmbito do Projeto 4CN-1BUR o ano civil para o inventário é 2019, com atualização de séries cronológicas e que segundo o Primeiro Relatório Bienal de Atualização de Cabo Verde (1 BUR), em 2019, o total das emissões nacionais sem LULUCF são estimadas em cerca de 969,53 Gg CO₂eq, representando um aumento de 16,71% em relação a 2015, e de 153,21% em relação a 1995. O total das emissões nacionais com LULUCF são estimadas em cerca de 910,54 Gg CO₂eq representando um aumento de 5,74% em relação a 2015, e de 126,80% em relação a 1995.

O Gás com Efeito de Estufa (GEE) com maior representatividade é o CO₂, estimado em cerca de 667,40 Gg, representando um aumento de 15,53% em relação a 2015, e de 118,27% em relação a 1995. Em 2019 cada pessoa no país emitiu cerca de **1,82 tCO₂** e representando um aumento de 75% em relação a 1995. Portanto, contrariamente à meta, não existe uma tendência de redução, porém, de referenciar que o inventário não faz referência à “Redução de Emissão de GEE per capita por ano comparando o cenário NDC com o cenário BAU”, daí as limitações associadas à harmonização do perfil da informação para efeito de avaliação, pelo que não se encontra disponível a informação (ND) para avaliar a % de Atingimento da Meta.

Objetivo Específico 2: Até 2026, atingir 5 municípios (23% do total dos municípios) que implementam planos de adaptação às mudanças climáticas para uma maior resiliência das comunidades mais vulneráveis

Quanto ao indicador **% municípios que implementam planos de adaptação**, na medida em que o Projeto Ação Climática só iniciou efetivamente em 2022 e será executado até o final de 2025, no referente ao indicador e meta estabelecida para 2023 na ordem dos 5%, o valor atual observado é de 20%. Com efeito, apesar de nenhum município piloto dispor de Plano Municipal de Adaptação às Mudanças Climáticas, passos largos estão sendo dados em termos de processo para que se possa alcançar progressivamente os resultados previstos nos produtos para o horizonte estabelecido (até 2026, 5 municípios, o equivalente a 23% do total dos municípios do país dotados dos referidos planos).

Objetivo Específico 3: Até 2026, aumentar para 70% a cobertura da população com acesso à informação e alertas climáticos

Relativamente à “**Taxa de cobertura da população com acesso à informação e alertas climáticos**”, partindo de uma situação de referência (Baseline) estabelecido em 2021 na ordem dos 25% e uma projeção de 35% previsto para o ano de 2023, a meta foi alcançada e superada na medida em que se regista atualmente uma taxa de cobertura de 50%, o que representa cerca de 55% do grau de atingimento da meta estabelecida (até 2026, 70% de cobertura).

Associada a este objetivo acrescenta-se a divulgação de informações relacionados através do **portal do clima** criado e operacional, assim como a realização da **semana cívica** a nível nacional nas escolas de ensino básico e a realização do parlamento **infantojuvenil** cujo público alvo enquadra-se nos níveis de ensino secundário, ações estas com forte impacto ao nível nacional.

2.3.3. Balanço das Entregas/Produtos Por Objetivo Específico

A nível da **Governança e Ação Climática**, a implementação do Programa de Ação Climática, financiado pelo Governo de Luxemburgo, ajudará o Governo a reforçar a Governança Climática. Este programa, cuja implementação iniciou em 2022, já elaborou e aguarda aprovação do **Plano de Comunicação cujo objetivo geral é apoiar a estratégia climática de Cabo Verde (NDC e NAP)**, através da Ação Climática aumentando a literacia climática da sociedade como parte crescente do conjunto de soluções para um país cada vez mais bem-adaptada às mudanças climáticas. De mencionar que recentemente foi aplicado um **Inquérito Nacional sobre Perceção e Vulnerabilidades Climáticas, em Cabo Verde**.

De destacar as seguintes ações que contribuem para a melhoria da Governança e ação Climática:

- ✓ Elaboração e aprovação de um **roteiro para implementação do Acordo de Paris**;
- ✓ Reformulação da Autoridade Nacional Designada para Fundos Climáticos para garantir maior eficiência na mobilização de recursos;
- ✓ Preparação do primeiro Readiness para o Fundo Verde do Clima e apresentação de projetos;
- ✓ A Lei do Clima que foi submetido para aprovação;
- ✓ **Criação de um quadro legal (Resolução n.º 35/2023)**, que estabelece as competências, composição e o modo de funcionamento do **Conselho Nacional do Ambiente e da Ação Climática (CNAAC) criado ao abrigo do BO nº 51 de 8 de maio de 2023**;
- ✓ Aprovação do **Plano Nacional de Adaptação - NAP CV**, elaborado em julho de 2021, ainda nesta vertente, de referir a realização de dois importantes estudos, a saber, o Estudo sobre a Variabilidade Climática e o Clima de Cabo Verde e o Estudo referente aos Cenários do Clima de Cabo Verde até 2075 e sua análise;
- ✓ Atualização da **Contribuição Determinada a Nível Nacional (NDC)**; o país encontra-se entre os **191 países que apresentaram a sua primeira NDC**, fixa eixos estratégicos para Cabo Verde, nas vertentes da Mitigação (Energia Transporte, Turismo Responsável e Economia Circular e Agricultura, Floresta e outros usos do solo) e da Adaptação (Água, Agricultura, Oceanos e Zonas Costeiras, Planeamento Espacial, Redução do Risco de Desastre e Saúde);
- ✓ Elaboração de um resumo **NDC e implementação de um Plano de Ação para o NDC**, período 2020-2030;
- ✓ Elaboração do **Plano de Comunicação de Estratégia Climática de Cabo Verde**, publicado no BO nº 84 de 10 agosto de 2023;
- ✓ Concluída a avaliação da vulnerabilidade climática em Cabo Verde com respetiva publicação no portal do clima;
- ✓ Concluída a primeira versão da Estratégia de Diplomacia Climática;

- ✓ Concluído o estudo sobre a Variabilidade Climática e o Clima de Cabo Verde;
- ✓ Concluída a Quarta Comunicação sobre Mudanças Climáticas (CQNUMC) em língua portuguesa, atualmente está em fase de tradução para língua inglesa.
- ✓ Concluída e publicada no site da referida convenção o Primeiro Relatório Bienal (1BUR);
- ✓ Capacitação em Coaching sobre liderança climática;
- ✓ Participação de Cabo Verde na Conferência das partes sobre Alterações Climáticas (COP 28) realizada em Dubai.

Em curso:

- ✓ Elaboração do Quarto Inventário Nacional de Gases com Efeito de Estufa (GEE) em fase de conclusão;
- ✓ Estudo e diagnóstico sobre as Circunstâncias Nacionais em relação à Mitigação e Adaptação às Mudanças Climáticas;
- ✓ Diagnóstico nacional em relação à integração das mudanças climáticas nos planos, estratégias e políticas setoriais;
- ✓ Elaboração do LT-LEDS (em fase de conclusão);
- ✓ Em elaboração o plano de capacitação das instituições públicas e municipais sobre a ação climática;
- ✓ Está em curso o sistema de transparência climático que inclui a identificação dos marcadores de clima no orçamento do estado e consequentemente o planeamento estratégico de mobilização de apoio climático;
- ✓ Em fase embrionária a discussão sobre a criação do fundo climático e ambiental;
- ✓ Elaboração de estudo sobre soluções baseados na natureza (em fase de conclusão), com considerável contributo para a execução do plano de adaptação nos municípios;
- ✓ Parcerias reforçadas com diferentes instituições publicas, nomeadamente a DNE, Serviço Nacional de Proteção Civil e Bombeiros, INGT, IMAR, INSP, INMG, DNP, ICIEG, UNICV, INFP, INE e as forças armadas. As parcerias fortalecem a execução do plano de comunicação, com a execução inclusive de tarefas específicas inerentes a cada entidade.

2.4. PROGRAMA NACIONAL DA CIÊNCIA

As metas do **Programa Nacional da Ciência** estão alinhadas com o Programa do Governo da IX^a Legislatura e o PEDS II (2022-2026), que têm como desafio **acelerar o desenvolvimento sustentável do setor agrário, através do aumento do investimento na investigação agrária, visando a transformação da agricultura.**

A estratégia de atuação do INIDA, em 2022, baseou-se na consolidação dos resultados do PEDS I (2017-2021), sobretudo, em matéria de descentralização e valorização das potencialidades de cada ilha, visando a gestão otimizada dos recursos, segurança alimentar e nutricional, e o reforço da resiliência das famílias agrícolas face aos impactos negativos das mudanças climáticas.

2.4.1. Análise da Evolução do Programa

Objetivo Específico 1: aumentar a produtividade e a rentabilidade das explorações hortofrutícolas e pecuárias, com recurso a pacotes tecnológicos e mecanização agrícola (maquinarias agrícolas, agricultura de precisão e digitalizada).

Os dados apresentados no quadro (**Evolução dos Indicadores de resultado e das Metas**), mostram que o objetivo específico estabelecido para o Programa Nacional de Investigação e o desenvolvimento no setor agrícola teve uma **evolução positiva e as metas preconizadas para o ano de 2022 foram superadas**. Tais metas foram monitorizadas através de três indicadores de desempenho, com vista a atender às demandas expressas pelos desafios de inovação. No entanto, considerando o caráter dinâmico dos ecossistemas de inovação agropecuária, as metas propostas poderão ser ajustadas, sempre que necessário, de modo a atender às demandas do setor produtivo, do governo e da sociedade.

Em 2022, o INIDA prosseguiu com a **implementação de ações de investigação, desenvolvimento e inovação, bem como transferência de tecnologias, o reforço de laboratórios** (reabilitação de 4 laboratórios de solos, geo-espacial e biofábrica e bromatologia) e a **modernização da instituição**, como um todo, com vista a viabilizar soluções tecnológicas que contribuam para implementação de sistemas de produção sustentáveis, através do desenvolvimento, adaptação e fomento de boas práticas de produção agropecuária, nomeadamente na criação de biofábricas para a produção de insumos biológicos; na segurança alimentar e nutricional da população (nexo alimentos, nutrição e saúde), de modo a preservar os recursos naturais (solos, água, biodiversidade, florestas naturais).

Os indicadores 1(Rentabilidade das explorações agropecuárias) e 2 (Produtividade das terras agrícolas cultivadas), estão diretamente relacionados com o **aumento da eficiência produtiva**, que tem como objetivos assegurar o abastecimento regular do mercado interno e melhorar a renda dos produtores rurais. São duas as formas básicas para aumentar a eficiência produtiva:

- 1) **Através do aumento da produtividade dos diferentes fatores de produção**, quais sejam: uso de sementes melhoradas, fertilizantes e fitofármacos mais eficientes, capacitação dos agricultores, boas práticas de produção e equipamentos e implementos agrícolas adequados.
- 2) **Via redução de custos**. Dentre os fatores que contribuem, destacam-se **gestão eficiente da propriedade** (incluindo controlo das operações agrícolas), **gestão integrada de pragas e doenças**, com destaque para o controlo biológico de pragas, **gestão da irrigação e correção da fertilidade dos solos**, incentivando o uso de fertilizantes orgânicos (estrume, composto orgânico, condicionadores).

Foram adotados **16 pacotes tecnológicos** (2 fichas de inquérito de rentabilidade de culturas, 2 folhetos sobre produção de forrageiras, métodos de controlo de 3 pragas, moscas dos frutos - *Ceratitidis capitata*, *Bractocera invadens* e *Dacus frontalis*, 7 novas variedades de tomate, repolho e batata-doce 1 ficha de espécies de plantas existentes no Jardim Botânico). A adoção, em maior escala, de inovações tecnológicas, além de refletir na redução de custos, contribui para uso mais eficiente de fertilizantes e fitofármacos e a melhoria da eficiência de todo o processo produtivo. Tudo isso traduziu-se em ganhos na rentabilidade das explorações agrícolas, através de aumentos do Rácio Benefício Custo das culturas de 1,5 para 3,6 (avaliação de 7 culturas em 2022) e da produtividade das culturas hortofrutícolas de 15,0 t/ha para 17,97 t/ha, superando as metas estabelecidas que eram de 1,5 e 15/ha respetivamente (DEGI- MAA, 2022).

O indicador 3 (Índice de explorações agrícolas que usam ferramentas e tecnologias inovadoras aumentado em 5%) é mais difícil de ser mensurado, devido à **inexistência de dados estatísticos evidentes** (novo RGA). Contudo, constatou-se que a agricultura se tem modernizado pelo uso, cada vez maior, de inovações tecnológicas tais como **produção em estufa e hidroponia**, tratores e implementos agrícolas, sementes melhoradas, fertirrigação, entre outras ferramentas e práticas inovadoras de produção, o que, leva a crer que a meta tenha sido alcançada ou até superada.

É neste contexto que o INIDA vem estruturando o seu programa de investigação aplicada e desenvolvimento de soluções tecnológicas, bem como o seu papel catalisador das ações dos diversos

atores, com vista a auxiliar no desenho de políticas que sejam ancoradas em tecnologias e impulsionam a resiliência da nossa agricultura.

Em resumo, segue o quadro denominado de **Evolução dos Indicadores de resultados e das Metas**, por Objetivo Específico.

2.4.2. Evolução dos Indicadores de resultado e das Metas

Programa Nacional da Ciência				
Objetivo Específico: <i>Aumentar a produtividade e a rentabilidade das explorações hortofrutícolas e pecuárias, com recurso a pacotes tecnológicos e mecanização agrícola (maquinarias agrícolas, agricultura de precisão e digitalizada).</i>				
Indicadores de resultado	Unidade de Medida	Baselines	Meta 2022	Valor Observado
1. Rentabilidade das explorações agropecuárias.	%	1,5	2	3,6
2. Produtividade das terras agrícolas cultivadas	%	15 (valor médio) DEGI-MAA	17	17,97
3. Índice de explorações agrícolas que usam ferramentas e tecnologias inovadoras aumentado em 5%	%	7,5% (RGA 2015)	8	8

2.5. PROGRAMA TRANSFORMAÇÃO DA AGRICULTURA

Para o setor agrícola, alinhada com Visão 2030, ambiciona-se, com a transformação da agricultura, isto é uma agricultura competitiva, setor de oportunidades para os jovens, inteligente, com elevada produtividade e valor acrescentado capaz de penetrar o mercado turístico, de exportar e de reforçar a contribuição para a segurança alimentar.

Para alcançar o propósito do setor definiu-se dois grandes pilares:

- ✓ I reforço da resiliência e adaptação às mudanças climáticas;
- ✓ II estruturação de cadeias de valor orientadas para os mercados.

Os resultados da implementação das diretrizes do programa em questão agrupas por objetivo específicos

2.5.1. Análise da Evolução do Programa

Objetivo Específico 1: *Até 2026, aumentar anualmente, em pelo menos 15% o VAB do setor agrícola e o rendimento dos produtores*

Com vista a alcançar este objetivo no horizonte PEDS II, foram implementadas no ano 2022, algumas medidas:

- 1) Transferência das tecnologias e de boas práticas para melhorar a capacidade de intervenção dos produtores, através de:
 - ✓ Realização de 4 feiras agropecuárias e 2 intercâmbios (1 de criadores de gado e 1 de técnicos);
 - Instalação de 11 campos escolas, nas parcelas dos agricultores, beneficiando 161 produtores agrícolas (95 homens e 66 mulheres).
 - Capacitação de 140 técnicos e 454 agricultores nos diferentes domínios, para além de realização de 29 jornadas técnicas
 - Assistência na instalação de um banco comunitário de sementes nas localidades de Ponta Verde, Campanas de Baixo, e R^a do Ilhéu, concelho de S. Filipe na ilha do Fogo;
 - Realização de 3 exposições de máquinas agrícolas nas ilhas de Santiago, Sto. Antão e São Nicolau, para chamar a atenção dos produtores, sobretudo os jovens para a mecanização do sector, visando driblar o problema de falta de mão de obra, facilitar a vida no campo.

2- Melhoria das condições de irrigação, através da:

- Instalação de 350 m de rede de adução de água de rega;
- Construção de reservatórios que possibilitou o aumento da capacidade de estocagem de água para rega em mais 580 m³;
- Aumento da penetração de sistema de rega gota a gota em mais 106 há através da bonificação dos materiais e instalação dos sistemas de rega em 50% do preço.
- Reabilitação de um dique.

3- Definição de uma estratégia de logística para os produtos agrícolas e das pescas, com o objetivo de dotar o país de um instrumento que permita que os produtos do setor primário cheguem ao mercado consumidor com qualidade comercial.

- No quadro da retoma da economia, no pós-COVID, o Governo disponibilizou um financiamento no valor de 300 mil contos, para financiar projetos de empresas privadas nacionais e cooperativas de produção, na área de agricultura, agro-transformação, pecuária, indústria, produção, distribuição e comercialização de bens e serviços agro/pastoral. Um total de 24 projetos foram apresentados em 2022, no valor de aproximadamente 188 mil contos, tendo sido tecnicamente aprovados e homologados 7 desses projetos, da qual um aprovado pela banca, no valor de 6.000.00\$00 (seis milhões de escudos).

Objetivo Específico 2: Até 2026, recuperar 6942 ha de terras degradadas, com boas práticas de conservação de solos e água, florestação e reflorestação

Durante o ano 2022, foram recuperadas 308 há de áreas florestais degradadas e reflorestadas mais 346 há, com plantas florestais, endémicas, forrageiras e fruteiras.

Com vista a melhoria da cobertura do solo e construção de infraestruturas (de CSA e contingentação de animais), visando diminuir a erosão dos solos, aumentar a infiltração, **combater a desertificação** e o impacto negativo do pastoreio livre sobre a biodiversidade, bem como garantir a saúde e bem-estar animal e o controlo de doenças e zoonoses, temos os seguintes resultados:

- 61 infraestruturas pecuárias (49 currais, 5 aviários e 7 pocilgas) construídas, a nível nacional, para a contingentação dos animais;

- Aquisição de 1.845 kg de sementes e pasto, para lançamento durante a campanha agrícola de 2022-23.

Objetivo Específico 3: Até 2026, aumentar anualmente em 5% a produção agrícola

A produção hortícola que foi definida como uma das prioridades para o País nesta Governação (2021/2022). A produção estimada de produtos hortícolas referente ao **IVº trimestre 2022**, indica um aumento à volta de 4%, em relação ao trimestre anterior. No tocante às Raízes & Tubérculos verifica-se um aumento de 10%, e aos produtos frutícolas indica uma descida à volta de 18% em relação ao trimestre anterior.

Esta capacidade de produção do país numa conjuntura de sucessivos anos de seca traduz os investimentos no setor nomeadamente na investigação, na forte aposta na diversificação das fontes de mobilização de água associada a uma melhoria e gestão dos recursos hídricos com a massificação do sistema de rega (micro- irrigação).

Tendo como meta do Governo melhorar a gestão dos recursos hídricos (com ênfase na massificação do sistema de micro irrigação) em 2021 foi publicado o Decreto Lei nº 47/2021 que aprova as bases gerais da concessão do serviço de gestão, exploração e distribuição dos recursos hídricos para a rega através da Empresa Água de Rega criada em 2020.

E a política de diversificação das fontes de água para agricultura (rega e pecuária) associada às energias renováveis para reduzir os custos de produção e distribuição elencada como uma das prioridades para o setor agrário, vai ser operacionalizado através do **Programa de Mobilização de Água para Agricultura**, com um financiamento de **35 000 000 Euros** (3 859 275 000 CVE), financiado no âmbito do acordo de Crédito entre os governos de **Cabo Verde e da Hungria**, executado através Empresa Água de Rega.

Referente a componente I do Programa- Dessalinização de água para agricultura, prevê-se a instalação nesta primeira fase (2023-2025) de 11 sistemas de dessalinização alimentadas por sistemas fotovoltaicos híbrido, para beneficiar os agricultores de 5 ilhas e 6 municípios nas ilhas de Sto. Antão, São Nicolau, Boa Vista, Maio e Santiago com resultados em cerca de 5350 m³/água mobilizadas ao dia. **Nesta 1ª fase estes investimentos estão estimados em 1 715 856 807,00 ECV.**

No quadro da mobilização de água, foram construídos **5 reservatórios** (em São Nicolau, Sal, Sta. Cruz-2 e Sta. Catarina-ST), contribuindo assim para o aumento da capacidade de estocagem de água para irrigação em **480 m³**. Foram ainda reabilitados **6 reservatórios**, sendo **4 na ilha do fogo e 2 em São Nicolau** e instalados um total **300 m de rede de adução nas localidades de Cachaço e Baleia, na ilha da Brava.**

Como foco no reforço da resiliência, tornando o sector menos dependente das chuvas, o setor tem apostado na promoção do sistema eficiente de irrigação, através do Programa de Subvenção atribuída pelo Governo através do MAA a cada agricultor no valor correspondente a 50% do custo total da aquisição e instalação do sistema de rega gota-a-gota, **O programa de subvenção do sistema de rega gota a gota** tem incentivado a massificação do sistema de rega com gota a gota, permitindo a instalação de **150,40 ha** a nível nacional, cerca de **42% do previsto, que representa 1057 instalações** a nível nacional com destaque para os Municípios de Ribeira Grande-SA e Sta. Cruz.

Igualmente o Programa de Promoção de Oportunidades Socioeconômicas Rurais (POSER), através dos 4 projetos hidroagrícolas e os 2 hidropastoris concluídos permitiram a 289 Chefes de famílias desenvolverem as suas atividades agrícolas e pecuárias, com a mobilização de **mais de 894 m³/dia de água com recurso a energia limpa fornecida por 7 parques solares** para uma área estimada de **80,5 Há nas ilhas de Santo Antão, São Nicolau, Santiago (Ribeira Grande-ST, Sta. Cruz e São Miguel), Fogo e Brava.**

Está prevista a inauguração do Projeto de RIBEIRA DOS PICOS (Concelho de Sta. Cruz, Ilha de Santiago), com um orçamento de 68,5 mil contos que visam os resultados seguintes, a favor de 152 famílias.

Este projeto prevê a melhoria do sistema de irrigação em POLONZINHO/TAMAREIRA e SETCHANI/VARZE A NOVA, assegurando assim a produtividade de **73 Há de terreno**, permitindo a redução do custo de bombagem de água através da utilização da energia solar fotovoltaica e a eficiência energética dos sistemas de bombagem.

As secas ocorridas nos últimos anos têm afetado negativamente o desempenho da agricultura de sequeiro. Os rendimentos obtidos variam de fraco a nulo. Contudo, a **campanha agrícola 2022/2023 foi relativamente favorável face aos últimos cinco anos.** Uma comparação da produção do ano agrícola 2022-2023 com a média dos últimos cinco anos mostra aumentos para o milho e o feijão de +1128,8% e +1593,7% respetivamente.

Objetivo Específico 4: Até 2026, aumentar anualmente a produção animal em 5%

Os investimentos realizados durante a implementação do Programa do Governo (2021-2022) permitiram a disponibilidade dos produtos agrícolas e pecuárias no mercado durante este período apesar dos sucessivos anos de seca e efeitos causados pela pandemia da COVID 19 e pela Guerra na Ucrânia devido à Inflação com reflexo direto nas tarifas de transportes, preços de insumos utilizados na agricultura e pecuária.

A nível da pecuária, priorizou-se a produção de espécies de ciclo curto (avicultura intensiva, pequenos ruminantes de forma contingentada, suinicultura e cunicultura) e com a continuação da política de melhoria de raças acompanhada de uma gestão sustentável, promoção da recolha, conservação e valorização dos recursos forrageiros e da prevenção de doenças que resultou num melhor desempenho da produção animal.

Como resultado, no período homologado de 2021 para 2022 a produção total de carne de ruminantes e de suínos teve uma variação 1% e a produção de carne de frango com uma variação negativa de cerca de 10%, a produção de leite bovina e caprina com uma variação positiva de 2% e a produção de ovos com uma variação positiva de cerca de 8% face ao ano anterior.

Durante o ano de 2022 dedicou-se à preparação da logística e importação dos materiais, equipamentos e consumíveis necessários para a implementação do programa de inseminação artificial a 80 porcas.

Foram implementadas medidas de políticas públicas (Resolução nº 96/2021 e Resoluções N.ºs 28 e 64 de 2022), para atender as necessidades da população, fustigadas pelos efeitos da COVID-19, pelas secas anteriores, e pela guerra na Ucrânia, que permitiram a 20 744 criadores, de manter a capacidade produtiva do seu efetivo pecuário (226 391 ruminantes e 651 797 monogástricos). Essas medidas possibilitaram ainda criar emprego e criar rendimento a 11 757 famílias agrícolas, através da construção de infraestruturas de utilidade pública;

Objetivo Específico 5: Até 2026, aumentar anualmente em 10% o valor dos produtos agropecuários locais no mercado turístico

OBS: Em relação a este objetivo, ainda não temos dados trimestrais disponíveis referente aos indicadores de resultado.

Objetivo Específico 6: assegurar o acesso regular e permanente da população a uma alimentação suficiente, segura, saudável e nutritiva, reduzindo a insegurança alimentar moderada e grave em menos de 37,7% e insegurança Alimentar grave em menos de 9,6% no horizonte 2026

À semelhança dos outros países, Cabo Verde desde 2020 tem passado por recessão, tendo o país perdido entre **18 e 20 mil empregos**. A pandemia da covid-19 e o conflito Rússia-Ucrânia vieram interromper os ganhos tidos em matéria de Segurança Alimentar e Nutricional nas últimas décadas. A **última análise do Quadro Harmonizado de Segurança Alimentar e Nutricional**, demonstrou entre **junho a agosto de 2022**, que devido a esta conjuntura, **9,5% da população Cabo-verdiana** (46.093 pessoas) encontra-se em situação de **crise alimentar**.

O aumento acentuado dos preços internacionais dos alimentos e a fraca perspetiva de produção mundial, tem impacto direto nos preços de alimentos e abastecimento alimentar do país.

Segundo os **inquéritos semanais de recolha dos preços nos consumidores a nível dos municípios** e os **Boletins informativos sobre a evolução dos preços internacionais, preços nacionais, evolução do stock no mercado nacional**, o mercado nacional tem verificado uma certa estabilização dos preços dos Produtos Alimentares de Primeira Necessidade (PAPN) a partir de março de 2022, no entanto, quando comparar os preços no mês de agosto de 2022 em termos homólogo, sofreram aumentos expressivos, sobretudo no óleo alimentar (**40%**), farinha de trigo (**36%**) e leite em pó (**29%**).

Através do Programa para Mitigação dos Impactos da Guerra na Ucrânia nos Sistemas Alimentares 2022_2023, o Governo aprovou, através das **Resoluções N.ºs 28 e 64 de 2022**, um conjunto de medidas de políticas públicas, nomeadamente: (i) reforço da alimentação animal, com uma subvenção de 30% do preço de ração para ruminantes (forragem e concentrado) e monogástricos; (ii) promoção do emprego público Modelo Cash for Work nos 22 Municípios; (iii) **assistência alimentar a 5% da população em situação de crise alimentar**; (iv) **fortalecimento da alimentação escolar**, (v) aumento da capacidade de stock de cereais, e (vi) manutenção dos níveis de preços dos produtos de base (PAPN – milho, farinha, trigo a granel, óleo de cozinha), afetando nesta primeira fase o montante de 433 254 136,00 ECV.

O **Reforço do programa de alimentação escolar durante o período de férias escolares**, permitiu o acesso a uma refeição quente para crianças em idade escolar, em vários municípios do país. Essa medida foi implementada de forma mista, ou seja, em algumas escolas/município foi a distribuição de uma refeição diária, e noutras foi distribuição de cestas básicas. No total foram **beneficiadas 8369 crianças**.

E através da **Assistência alimentar às famílias**, o Governo assinou Protocolos de Colaboração com as ONG's caritativas, no montante de 12 000 000 ECV (doze mil contos), por um período de 3 meses. As ONG's implementaram essa medida junto das famílias.

Em resumo, segue o quadro denominado de Evolução dos Indicadores de resultados e das Metas, por Objetivo Específico.

2.5.2. Evolução dos Indicadores de resultado e das Metas

Aguarda-se o envio das informações referente aos valores observados.

Programa Transformação da Agricultura					
Objetivo Específico 1: Até 2026, aumentar anualmente, em pelo menos 15% o VAB do setor agrícola e o rendimento dos produtores					
INDICADORES DE RESULTADO	Unidade de Medida	Baseline	Meta 2022	Valor Observado	% Atingimento Meta
Taxa de crescimento do Valor Acrescentado Bruto	%	6,8	8,4		
Objetivo Específico 2: Até 2026, recuperar 6942 ha de terras degradadas, com boas práticas de conservação de solos e água, florestação e reflorestação					
INDICADORES DE RESULTADO	Unidade de Medida	Baseline	Meta 2022	Valor Observado	% Atingimento Meta
Área recuperada	Ha	942	1 542		
Objetivo Específico 3: Até 2026, aumentar anualmente em 5% a produção agrícola					
INDICADORES DE RESULTADO	Unidade de Medida	Baseline	Meta 2022	Valor Observado	% Atingimento Meta
Variação anual da quantidade de produtos agrícolas produzidos	Ton	6 404	6 724,4		
Objetivo Específico 4: Até 2026, aumentar anualmente a produção animal em 5%					
INDICADORES DE RESULTADO	Unidade de Medida	Baseline	Meta 2022	Valor Observado	% Atingimento Meta
Variação anual da quantidade de produtos pecuários produzidos	Ton	17 203	18 063,15		
Objetivo Específico 5: Até 2026, aumentar anualmente em 10% o valor dos produtos agropecuários locais no mercado turístico					
INDICADORES DE RESULTADO	Unidade de Medida	Baseline	Meta 2022	Valor Observado	% Atingimento Meta
Variação anual do valor dos produtos agropecuários entrados no mercado turístico	%				
Objetivo Específico 6: Assegurar o acesso regular e permanente da população a uma alimentação suficiente, segura, saudável e nutritiva, reduzindo a insegurança alimentar moderada e grave em menos de 37,7 % e insegurança Alimentar grave em menos de 9,6% no horizonte 2026					

Prevalência de desnutrição crónica	%	13,3%(2009)	10,2%	10,2%	
Prevalência de desnutrição aguda	%	5.2%(2009)	3,8%	3,8%	
Prevalência de Insegurança Alimentar Moderada e Grave	%	37,7% (2018)	32,1%	32,1%	
Prevalência de Insegurança Alimentar Grave	%	9,6% (2018)	5,6%	5,6%	
Prevalência de subalimentação (média de 3 anos)	%	13%	13%		

2.6. PROGRAMA OPERACIONAL DO TURISMO

2.6.1. Relatório Evolução dos Indicadores de Resultado do Programa Operacional do Turismo

O programa operacional do turismo aprovado através de resolução nº31/2022, de 5 de abril, do Conselho de ministros, enquadra-se no objetivo estratégico 1 do PEDS II : Garantir a recuperação económica, a consolidação orçamental e o crescimento sustentável, promover a diversificação e fazer de Cabo Verde uma economia de circulação localizada no Atlântico Médio, mais concretamente no pilar Diversificação da Economia Cabo Verdiana.

O programa tem como objetivo alterar um problema central previamente identificado: O produto turístico é pouco diversificado e qualificado. A partir do problema central foi construído a árvores de problemas e árvores de objetivos que permitiu elaborar o quadro lógico do programa e a teoria do programa seguinte: “Se resolvermos os principais constrangimentos relacionados com a infraestruturização geral, conectividade (interna e externa), melhorarmos o nosso modelo de governação e, aproveitarmos as potencialidades do nosso património natural e cultural alicerçado numa estratégia de marketing moderna e coerente, iremos conseguir tornar o produto turístico mais qualificado e diversificado, com efeitos na melhoria da sustentabilidade do destino, na desconcentração do fluxo turísticos para todas as ilhas, no aumento das despesas realizadas pelos turistas no destino e ainda diversificação dos operadores e mercados emissores com consequências a nível da maximização dos impactos económicos e sociais do turismo na generalidade das ilhas, no desenvolvimento da cadeia de valor do turismo e, por na competitividade do destino”.

O presente relatório abarca o período compreendido entre 1 de janeiro à 31 de dezembro de 2023

2.6.1.1. Evolução dos Indicadores de Resultado do Programa

Programa: Programa Operacional do turismo					
Objetivo Específico 1: Até 2026 Atingir 1,26 milhões de turistas até 2026 e proporção de entradas em ilhas que não Sal e Boavista, de 40%					
INDICADORES DE RESULTADO	Unidade de Medida	Baseline	Meta 2023	Valor Observado 2023(anual)	% Atingimento Meta
<i>Número de hóspedes anuais nos estabelecimento de alojamento do país</i>	Nº	819. 308 (2019)	605.000 (plano de marketing)	1.010.739	+ 67
<i>Percentagem de hóspedes entrados nos estabelecimentos de</i>	%	25,1% (2019)	30-32%	17%	-43%- -47%

alojamento nas ilhas. excetuando Sal e Boavista					
Objetivo Específico 2: Até 2026, Diminuir a proporção dos 3 mercados emissores principais para 44% e Chegadas provenientes de op. Turísticos para 75%					
INDICADORES DE RESULTADO	Unidade de Medida	Baseline 2019	Meta 2023	Valor Observado 2023(anual)	% Atingimento Meta
Percentagem 3 principais mercados emissores relativamente ao total	%	45,7%(2019) Reino Unido+França+Alemanha	45,5-47% (meta é no sentido crescente, ou seja, tende-se diminuir a dependência dos principais mercados)	48,5% (Reino Unido +Alemanha+ Belg/Holanda)	-0.2% - 4%
Percentagem de chegadas provenientes de Operadores turísticos	%	81,40%(2019)	79%-77%	86% dados do INE publicado em 2022 Dados do IGST 2021, publicado em 2022 mostra a tendência de aumento e não diminuição	Valores andaram a volta dos -9%-12%
Objetivo Específico 3: Até 2026, Reduzir o Índice Saturação turística no Sal e Boavista para 9,5 e aumentar e Santiago para 0,6 nas restantes Ilhas para 1,13					
INDICADORES DE RESULTADO	Unidade de Medida	Baseline	Meta 2023	Valor Observado 2023(anual)	% Atingimento Meta
Índice Saturação turística (Nº turistas/nº Pop. Residente)	Nº	Sal e BV :10, 5 ; Sant: 0,35; Outras :0,6	Sal e BV : 10, Sant: 0,35; Outras :0,9 Obj diminuir sal e bv e aumentar nas restantes	Sal e BV :10.6% Sant : 0,37 Outras : 0,46	Sal e Boavista: -67 %; Santiago: 0% Outras ilhas: -49%

2.6.1.2. Análise Evolução do Programa

- Analisando as tabelas acima verificamos que apenas um indicador tem resultado acima do esperado. Esse indicador diz respeito ao crescimento da procura turística, que tem tido um comportamento muito acima do esperado, desde 2022, e com continuidade em 2023, onde o país ultrapassou 1 milhão de turistas, muito acima das previsões do plano de marketing que apontava que país deveria atingir o fluxo de 2019 (819 mil turistas) apenas em 2024. No entanto, no que diz respeito a desconcentração os resultados estão aquém do esperado. Ou seja, previa-se que em 2023, houvesse uma maior desconcentração do fluxo turístico para outras ilhas que não o Sal e Boavista, mas o que se verifica é que há uma tendência de reforço desta concentração, tanto em 2022, como também em 2023: Explicando melhor, neste momento o nível de concentração do fluxo turístico no Sal e na Boavista é superior até aos valores de 2019, ou seja, a percentagem de turistas que entraram em outras ilhas que não o Sal e Boavista, em 2023, é inferior a 2019, 17% em 2023, para 25% em 2019;
- No que diz respeito a diversificação, os dados indicam a mesma tendência, pelo menos relativamente aos mercados (que já existem dados), ou seja, há um reforço de concentração nos 3 principais mercados emissores, embora tenha havido uma alteração no TOP 3 dos principais mercados, enquanto que em 2019 este ranking era ocupado por Reino Unido, Alemanha e França, em 2023 mudou para Reino Unido, Alemanha e Bélgica/Holanda. Quanto a percentagem de turistas que entraram no país via operadores turísticos, ainda não existem dados

atualizados. Provavelmente quando for publicado o Inquérito aos Gastos e Satisfação dos turistas, mas em princípio a tendência não vai ser alterado relativamente a 2019;

- Quanto ao índice saturação turística em 2023 existem algumas diferenças consoante o grupo de ilhas. Relativamente as ilhas do Sal e Boavista, a estratégia do POT, é promover a diminuição, mas como podemos verificar existe uma tendência de aumento; quanto a Santiago era aumentar e de facto em 2023 os números da ilha mostram que índice aumentou relativamente ao baseline de 2019, quantos as restantes ilhas, onde também a meta era aumentar na prática o índice aumentou efetivamente, mas está ainda abaixo do baseline de 2019.
- Os principais resultados de efeito do POT, não obstante, o que possa ser feito no programa em si, estão muito dependentes da oferta de voos e da movimentação dos passageiros. Assim, os objetivos pretendidos sobretudo a nível da desconcentração, diversificação dos mercados e operadores, bem como a sustentabilidade, só poderão ser atingidos, mediante boa performance do setor aéreo sobretudo a nível doméstico. Os dados relativos ao transporte aéreo a nível doméstico mostram que a oferta de voos e de passageiros nos voos domésticos em 2023, que são fundamentais para promover a desconcentração, estão ainda muito aquém do registado em 2019. Por exemplo a nível da oferta de voos domésticos, em 2019 movimentaram-se cerca de 16.083 aeronaves, enquanto que em 2023 este mesmo indicador registou apenas 9.721 aeronaves, ou seja, menos 42% que em 2019. Em relação a passageiros domésticos, em 2019 foram transportados cerca de 821.227 passageiros, mas em 2023 este número foi de apenas 550.758, ou seja, menos 33% em relação a 2019. Em relação aos movimentos de voos e passageiros internacionais verifica-se o contrário, ou seja, há um aumento tanto em voos como na quantidade de passageiros transportados em 2023 em relação a 2019.

2.6.1.3. Relatório de Seguimento dos Produtos Por Objetivo Específico

Objetivo 1: Até 2026 atingir 1,26 milhões de turistas até 2026 e proporção de entradas em ilhas que não Sal e Boavista, de 40%

O objetivo 1 do Programa está ligado ao Subprograma Requalificação da Oferta Turística, que, por sua vez, subdivide-se em 5 categorias de projetos quais sejam: Projeto de infraestruturas Básicas, Projeto qualificação das localidades, Projeto de infraestruturas Turísticas, Projetos de Turismo Rural e de natureza e Projetos de turismo cultural. Dentro de cada um inclui várias tipologias de produtos, onde as 3 primeiras, visam sobretudo a qualificação da oferta turística e os 2 últimos tem enfoque principal na estruturação do produto turístico.

- No que diz respeito ao Projeto infraestruturas básicas em 2023, relativamente ao produto estradas edificadas e requalificadas, foram concluídas as Requalificações das acessibilidades às aldeias rurais do município São Miguel e está em curso mais 2 estradas e um caminho vicinal (Estrada _Palmeiras _Santa Maria, Reabilitação e Estrada de Achada Colaço. Foram realizados estudos Técnicos para o Caminho vicinal de Caniço De Boas Entradas (Estudos técnicos). Ainda dentro desta categoria de projetos está em curso o Estudo preparatório para as Gares marítimas da Praia, de Sal Rei, de São Nicolau e do Maio, e quanto as zonas rurais eletrificadas estão em andamento projetos de iluminação de Mato Dentro Principal de Santa Catarina e Mato Dentro de São Salvador do Mundo, bem como a Iluminação do Morro no Maio que ficou concluída em 2024. Existe ainda um produto, Pontes construídas/reabilitadas em que 2 iniciativas estão em curso: Aqueduto Chã das Caldeiras e Passadeira área de São Domingos. Todos estes projetos são financiados pelo FSST;

- No Projeto qualificação das localidades o destaque vai para 2 categorias de produtos: as requalificações urbanas e os projetos de requalificação da orla marítima. Em matéria das **requalificações urbanas**, foram concluídas a Requalificação Porto Inglês, a Requalificação Urbana e a Reabilitação de Infraestruturas no município do Porto Novo (1ª fase), a Requalificação da zona dos Rabelados e a Requalificação Presídio Fogo. Estão em curso, a Requalificação da Drenagem Ribeira Brava, a Requalificação Urbana e Ambiental de Pontinha De Janela, a Construção do Muro Plataforma em Ribeira de Penedo -Paul, a Requalificação Charco Aldeias rurais Santa Catarina e a Requalificação urbana Chã das Caldeiras na componente da eletrificação com energia renováveis). Quanto a Orla marítima destaca-se a Requalificação da Praia Branca em São Nicolau, os estudos da orla marítima Rincão já estão concluídas, mas com as obras de execução em curso. Em andamento, estão a Requalificação da orla marítima de Ribeira Grande de Santiago, concluída o Estudo técnico da Orla da Boca Arbera em São Nicolau, com as obras a arrancar brevemente;
- No Projeto Infraestruturas turísticas, no produto Atrativos requalificados, como entrega temos: a Melhoria do acesso a Boa Entrada e Requalificação do espaço Polião em Santa Catarina; em curso temos o Caso do turismo no Maio. No que diz respeito ao produto centros interpretativos de acolhimento de visitantes criados, está em execução a Criação de um Centro de Interpretação Turístico, em Telhal, Ribeira dos Engenhos em Santa Catarina de Santiago; Relativamente a Praias e estâncias balneares recuperados, estão concluídas as intervenções da 1ª fase de requalificação da Praia do Beco Mosteiros em Praia Branca em São Nicolau e estão a ser feita intervenções Praia de Curraletes (Porto Novo/Santo Antão) - 2.ª fase, e na Praia de Santa Maria;
- Nos Projetos de turismo rural e de natureza, destaque em 2023 para conclusão do mapeamento e sinalização de trilhas de Santiago e Fogo (+ 500 Km de trilhos mapeados e sinalizados) e em curso está o mapeamento e sinalização de cerca 30Km de trilhos na Ilha da Brava. Está ainda em curso o restauro de cerca 47 km de trilhos para ilha de Santo Antão estando previsto brevemente lançar um segundo concurso abrangendo uma vez mais os 3 concelhos da ilha e desta vez incluindo alguns miradouros. Em 2024 espera-se completar o dossier técnico de restauro das trilhas de São Nicolau. Relativamente a miradouros foi concluído o Miradouro de Cova em Santo Antão e está em curso o Miradouro de Cruz de Picos em Santa Catarina e de Alto Babosa em São Salvador do Mundo. Em 2023 destaque também para implementação do projeto de valorização turística das aldeias rurais com várias iniciativas em curso Requalificação ambiental de Arredores Polivalente de São Jorge e ainda acesso ao Jardim Botânico. Estão em andamento também a Requalificação aldeia Agostinho Pereira, a Requalificação do Acessos a Pico Agudo e Campinho Norte, a Requalificação de Rotcha Scribida, a Reabilitação da Praça Matilde - Aldeia Rural De Fajã d'Água, a Requalificação das vias e acessibilidade Internas Aldeias de Fontainhas, a Requalificação de Monte Trigo, o Levantamento Topográfico das Aldeias Rurais de Achada Leite e Charco. Ainda dentro deste projeto, existe ainda uma tipologia de produtos designados de Produtos locais valorizados com as obras de construção de Centro de Valorização de Produtos Locais – Mercado de Fajã São Nicolau;
- Por fim neste subprograma temos os produtos associados ao projeto de turismo cultural, existindo várias categorias de produtos. Quanto aos produtos espaços culturais reabilitados, destaque para a Requalificação do CNAD em São Vicente, financiado pelo FSSST. Estão em curso a Reabilitação e aquisição de equipamentos para o Centro de Artesanato de São Domingos e o Projeto de reabilitação do Cine Teatro de São Lourenço dos Órgãos. No que diz respeito a festividades tradicionais revitalizadas, foram financiadas via FSSST, as festividades do centenário de São Felipe na ilha do Fogo e os Festejos de Santo António das Pombas em Paúl, Santo Antão.

Quanto a Museus e núcleos museológicos criados foi já concluído o Museu de Arqueologia Subaquática de Boavista.

Objetivo 2. Até 2026, Diminuir a proporção dos 3 mercados emissores principais para 44% e Chegadas provenientes de op. Turísticos para 75%

O objetivo 2 do POT está associado a 3 subprogramas: Promoção do Turismo, Governança e Qualificação dos RH. Cada um deles estão igualmente subdivididos em categorias de projetos que contém tipologias de produtos diferentes.

- Começando pelo subprograma promoção do turismo, em 2023 destaque para iniciativas em 3 categorias de projetos: ***Projeto eventos, Projeto imagem de marca/materiais promocionais e Projeto marketing digital.***
 - No Projeto eventos, temos 3 produtos principais: i. Eventos internacionais organizados no país, onde o destaque vai para organização no país do Ocean Race em Mindelo, uma etapa do Mundial de kitsurf no Sal, Conferencia Internacional de turismo de natureza em Santo Antão e eventos do Meet Up Trecking nas Ilhas do Fogo, Santo Antão e São Nicolau; ii. Promoção externa do destino, o Instituto de turismo participou nas feiras internacionais de turismo, BTL (Lisboa), FITUR (Espanha) e WTM (Londres) bem como em alguns eventos como o Festival Eno Gastronómico Saboreia Canárias Lazarote, VIII Jornadas de Turismo de Águeda. Iii. Eventos nacionais patrocinados, em que de entre os principais enventos patrocinados destacam-seo Kriol Jazz, a AME 2023, a 2ª Edição do Festival Internacional de Batuko, a IX Edição do Kavala Fresk festival, a Feira de Artesanato – URDI, o Festival de Cinema nas ilhas do Fogo e Santiago, o Projeto Festival Oia 2023, a 2ª Edição Pedra Lume in concert, o Cabo Verde Music Awards 2023 e a 9ª Edição do Morna Fest Premio Lhana Literatura.
 - No projeto imagem de marca/materiais promocionais, iniciou-se, em 2023, um processo de reestruturação da imagem de marca do destino, concluído em 2024. Também foram concebidos vários brindes e materiais promocionais que foram usados nas feiras internacionais de turismo e nos eventos internacionais organizados no país.
 - No projeto de marketing digital foi iniciado o processo de reestruturação do site institucional e promocional do ITCV e alterações de conteúdo nas redes sociais do ITCV;
- No subprograma Governança temos as seguintes categorias de projeto: ***Projeto de criação de Estruturas governança e de DMO, Projeto reformas legislativas no setor de turismo, Projetos de ordenamento do território, POTS e Planos de ordenamento costeiro elaborados e Projeto de Monitorização do destino.***
 - Relativamente ao primeiro projeto , destaque para aprovação do PCCS do ITCV em 2023 , e reforço da equipa técnica de gestão do projeto turismo resiliente e desenvolvimento economia azul em 2023, também importa sublinhar o acordo conseguido junto do Banco Mundial para um 2º pacote adicional para financiamento de iniciativas do POT, para além disso neste projeto são financiados diversas despesas funcionamento de várias estruturas do MT'T e também de outras entidades como do Gabinete realojamento do Ministério família e inclusão social para Sal e Boavista e ainda do Gabinete do Turismo de Tarrafal criado também em 2023.

- No Projeto reforma legislativas, destaque para produção da Legislação de base dos caminhos pedestres do país que vem criar o quadro legal para enquadrar um importante produto turístico do país.
 - A seguir nos projetos de ordenamento do território está em curso a elaboração do Plano de Salvaguarda do centro histórico de Cidade velha. Nos Planos de ordenamento costeiro e ordenamento turístico foi concluído o Plano ordenamento de Mangue Monte Negro e está em curso o POOC da ilha do Sal.
 - Por fim relativamente a Monitorização do destino está em curso uma assistência técnica junto do INE para digitalização do Inquérito aos gastos dos residentes;
- Ainda associado ao segundo objetivo do POT, temos o Subprograma Qualificação do RH, que visa, sobretudo, a capacitação dos Recursos Humanos do setor e da cadeia de valor do turismo. Em 2023 foram executadas várias iniciativas.
- A nível dos profissionais do MTT foram realizadas ações: Capacitação em marketing organizado pelo ITCV; Capacitação de técnicos do MTT sobre estatísticas, no Instituto turismo Portugal, para 2 técnicos do MTT e uma do INE; Capacitação em Prestação de contas e análise de dados para 5 colaboradores MTT; e Participação ITCV nas Jornadas Atlânticas.
 - Relativamente a outros profissionais do setor externos ao MTT e da cadeia de valor, os principais destaques são: Capacitação de 266 Hiacistas, no Sal, de dezembro de 2022 a março de 2023; Capacitação de 50 formandos em Cozinha e Serviço Alimentação e bebidas e formação inicial da EHTCV, em São Vicente; Formação em enologia em Itália, para formandos da ilha do Fogo; Ação de capacitação em Imagem de vídeo para Tour Virtual Macaronésia; Subsídios atribuídos a vários alunos cabo-verdianos nas escolas de hotelaria em Portugal; Cofinanciamento para capacitação de 22 Enfermeiros e técnicos de saúde no Sal; e Formações profissionais realizadas pelo IIEFP.
 - Importa frisar igualmente algumas ações de capacitação no Projeto valorização turística das aldeias rurais: Capacitação 90 Beneficiários, potenciais prestadores de serviço nas Aldeias turísticas rurais da Ilha do Maio_ Aldeia Pedro Vaz; Capacitação de beneficiários das Aldeias rurais de Figueiral, Fontainhas e Pico da Cruz e Tarrafal Monte trigo; e Capacitação para Fomento de pequenas atividades económicas de base local, em São Nicolau.

Objetivo Específico 3: Até 2026, reduzir o Índice Saturação turística no Sal e Boavista para 9,5 e aumentar e Santiago para 0,6 nas restantes Ilhas para 1,13

- Este objetivo do POT tem ligação direta com o Sub programa Sustentabilidade que está dividido em 3 categorias de projeto: Projetos de sustentabilidade Ambiental, Projetos de Sustentabilidade social e Projetos de sustentabilidade económica.
- Em 2023 a maior parte das iniciativas concentram-se nos projetos de sustentabilidade social onde os principais destaques concentram-se em 2 categorias de produtos: Habitações sociais do Sal e Boavista, com as intervenções nos bairros sociais de Alto São João e Alto Santa Cruz no Sal e no Bairro Boa Esperança na Boavista. Só no ano 2023 foram investidos mais de 219 mil contos nestes bairros. Outra tipologia de produtos importante são os Hospitais/centros de saúde, USB construídos e requalificados, estando em curso as seguintes iniciativas executadas sobretudo pelo Ministério da Saúde: Ampliação do Centro Saúde da Boavista, Construção do Centro Psicossocial e Reabilitação do Centro de emergência infantil no Sal, Construção do Posto

Sanitário de Palmeira, e Remodelação do Usb Chã das Caldeiras no Fogo. Para além disso através do FSST foram investidos cerca de 10 mil contos na Polícia Nacional no reforço do Modelo Integrado de Policiamento de Proximidade;

- No projeto de sustentabilidade ambiental em 2023 destaque vai o Cofinanciamento do projeto de Requalificação Urbana de Chã das Caldeiras na componente da Eletrificação com energia renováveis através do FSST. Este projeto foi posteriormente alargado com a componente económica estando em curso o projeto de fomento de unidades de negócios associados ao turismo e cadeia de valor. Foi financiado igualmente a Locação de uma máquina giratória e Camião remoção resíduos e escombros Bairro Boa Esperança dentro desta categoria de projeto.
- A nível da sustentabilidade economia aguarda-se a finalização da assistência técnica para conceção do projeto de pequenos fornecedores executado pela Pró-empresa, para se iniciar com iniciativas mais concretas.

2.7. JUSTIÇA E PAZ SOCIAL

A paz social, o acesso à justiça e o reforço institucional são elementos fundamentais para o desenvolvimento e a estabilidade. Enquanto Estado de Direito Democrático, Cabo Verde aposta no fortalecimento das suas Instituições como forma de garantir aos seus Cidadãos e a todos os que escolheram Cabo Verde para residir, a defesa dos seus direitos liberdades e garantias e o pleno conhecimento de seus deveres e assim criar as condições e oportunidades necessárias para a felicidade e um crescimento sustentável.

O Governo perspetiva uma justiça promotora da competitividade do país, capaz de decidir causas em tempo razoável e com previsão de duração máxima dos processos seja na sua tramitação a nível das comarcas seja a nível das instâncias de recurso e superiores. A realização da justiça implica uma sinergia permanente entre os vários operadores, com o objetivo essencial de vencer a morosidade processual para se atingir o resultado que todos almejam ou seja uma justiça célere e eficaz, para uma sociedade pacífica, inclusiva, justa, livre do medo e da violência.

A redução da morosidade na realização da justiça é, pois, um dos grandes desafios do setor, visto que, uma Justiça tardia é uma não Justiça.

Ambicionamos no horizonte 2030, uma justiça efetiva, célere, acessível, imparcial e transparente, baseada no respeito pelos direitos, liberdades e garantias dos cidadãos e nos princípios do Estado de direito democrático, promovendo a cultura da paz, da segurança e contribuindo para o desenvolvimento sustentável.

O PEDS II operacionaliza, através do Programa Justiça e Paz Social o primeiro ciclo desta ambição priorizando um conjunto de ações a desenvolver, para alcançar os objetivos específicos do programa, quais sejam:

- Até 2026, garantir o acesso à justiça e aos direitos fundamentais, a 100% dos cidadãos membros do Cadastro Social dos grupos I e II em todo o território nacional, assegurando a igualdade do género.
- Até 2026, atingir uma proporção de 30% de processos submetidos a mediação ou arbitragem, resolvidos por meio de conciliação.
- Até 2026, garantir o acesso online dos cidadãos a 80 % dos serviços dos RNI, promovendo

a igualdade de género.

- Até 2026, atingir uma taxa de Reinserção Social dos Ex reclusos de 75% e diminuir a taxa de reincidência para 25%.
- Até 2026, atingir um Rácio de processos julgados/ (Entrados + Transitados) nos Tribunais igual a 65% e reduzir para 20% a proporção dos processos pendentes nos tribunais, há mais de 3 anos.
- Até 2026, reduzir os processos pendentes no Ministério Público em 80% e o tempo médio de tramitação processual para 18 meses.
- Até 2026, modernizar em 80% os serviços da Polícia Judiciária.

O Programa Justiça e Paz Social contribui para o **Objetivo Estratégico 4**: “*Consolidar a soberania nacional, aprofundar a valorização da democracia, da Diáspora e do prestígio internacional de Cabo Verde, promover a integração regional e a inserção dinâmica de Cabo Verde no Sistema Económico Mundial*” e se enquadra no **Pilar Soberania**.

2.7.1. Evolução dos Indicadores de Resultado e das Metas do Programa

Em virtude ao grau de cumprimento dos objetivos preconizados e às atividades desenvolvidas para serem atingidos, elencam-se algumas considerações abaixo:

Objetivo Específico 1: Até 2026, garantir o acesso à justiça e aos direitos fundamentais, a 100% dos cidadãos membros do Cadastro Social dos grupos I e II em todo o território nacional, assegurando a igualdade do género.

O objetivo principal do projeto de informação jurídica é criar um sistema integrado que permita levar à sociedade e às pessoas, o conhecimento de toda a legislação produzida no país, dotando-as de ferramentas necessárias e indispensáveis, para o exercício duma cidadania ativa a bem da democracia, do progresso e da paz social, tendo como, público alvo, a sociedade civil e de uma forma geral todos os cidadãos nacionais ou estrangeiros com especial atenção, às pessoas em situação de vulnerabilidade social e económica. Para o efeito, o Ministério da Justiça firmou 26 Protocolos, com 15 (quinze) Câmaras Municipais, 11 (onze) Associações comunitárias, com duas Universidades, Fundação Direito e Justiça a Associação Nacional de Luta contra VBG, com a ADECO para difusão de informação jurídica na rádio, televisão e redes sociais, com o Observatório da Cidadania Ativa e MORABI, a Associação de Defesa do Consumidor (ADECO), a Associação Zé Moniz e outras associações de promoção ou defesa de interesses difusos sectoriais.

É nesse sentido, que o MJ vem organizando a mais ampla e efetiva informação jurídica relevante aos cidadãos, que requerem este serviço, tendo atingido os seguintes números em termos de beneficiários: A assistência judiciária está sendo ampliada em resposta ao aumento da criminalidade. A intenção de associá-la ao cadastro social é um passo adicional para garantir o acesso à justiça para os mais necessitados.

Este serviço vem sendo assumida pelo Ministério da Justiça, como sendo um dos direitos constitucionalmente previsto, de garantia de acesso à justiça. Durante o ano 2021 foram beneficiados com assistência judiciária 4672 cidadãos. Em 2022 foram beneficiados com assistência judiciária 4602 cidadãos. Em 2023 (até 30 de agosto já foram beneficiados com assistência judiciária um total de 8376 cidadãos. Em suma, tanto a informação jurídica como a assistência judiciária vem sendo garantidos a todos os que requerem estes serviços.

Objetivo Específico 2: Até 2026, atingir uma proporção de 30% de processos submetidos a mediação ou arbitragem, resolvidos por meio de conciliação.

O Programa do governo da X Legislatura, para o Setor da Justiça, elenca como uma das ações a desenvolver dentro do pilar Redução da Morosidade na Realização da Justiça, a Promoção da Justiça Restaurativa de onde prevê, de entre outras medidas, a instalação de Centro Nacional de Arbitragem, Mediação e Conciliação. Entretanto, para atingir o objetivo específico em apreço há que criar as condições básicas para o exercício da mediação e da arbitragem, nomeadamente a criação de uma bolsa de mediadores e árbitros e também a instalação de um Centro, para atender às demandas. Em 20023 deu-se início às formações para a criação da bolsa de árbitros e mediadores. Já se encontram formados 13 (Treze) árbitros e 25 (Vinte e cinco) mediadores.

Temos previsão do início do curso de árbitros em São Vicente para novembro de 2023, que será ministrada pela Universidade Lusófona. Já temos um espaço para instalação do Centro Nacional de Arbitragem e Mediação e pretendemos operacionalizar o CNMA ainda em 2023. O início da formação para a criação da bolsa de árbitros e mediadores é um avanço importante na promoção da justiça restaurativa. A criação do Centro Nacional de Arbitragem e Mediação vai contribuir para a resolução de conflitos de forma mais eficaz, através dos mecanismos alternativos como a mediação e a arbitragem.

Objetivo Específico 3: Até 2026, garantir o acesso online dos cidadãos a 80 % dos serviços dos RNI, promovendo a igualdade de género.

Foi desenvolvido o Portal da Justiça: O portal já está online em www.justica.gov.cv, oferecendo mais de 11 serviços online na primeira fase, incluindo certidões de nascimento, casamento, perfilhação, óbito, registo criminal, registo predial, registo comercial atualizado, registo automóvel, renovação do CNI, agendamento de serviços presenciais, e contraprova”.

Objetivo Específico 4: Até 2026, atingir uma taxa de Reinserção Social dos Ex reclusos de 75% e diminuir a taxa de reincidência para 25%.

As ações levadas a cabo a nível dos serviços prisionais e de reinserção social estão claramente direcionados para a humanização do sistema prisional, a promoção de penas alternativas, a melhoria das condições das prisões e o apoio à reintegração dos reclusos na sociedade. Essas iniciativas visam não apenas reduzir a sobrelotação das prisões, mas também fornecer aos reclusos oportunidades de formação e desenvolvimento pessoal que podem ser essenciais para sua reintegração bem-sucedida após o cumprimento da pena.

Em relação à reinserção social ainda não dispomos de dados que nos permitem aferir quantos Ex reclusos abandonaram o mundo do crime e estão completamente integrados na sociedade, mas é um trabalho que está previsto fazer, para melhor seguimento e avaliação deste objetivo específico, através do indicador constante do quadro lógico do Programa Justiça e Paz Social.

Objetivo Específico 5: Até 2026, atingir um Rácio de processos julgados/ (Entrados +Transitados) nos Tribunais igual a 65% e reduzir para 20% a proporção dos processos pendentes nos tribunais, há mais de 3 anos.

No decurso do referido ano judicial deram entrada em todos os tribunais de comarca do país 14.282 processos, com considerável aumento em relação aos processos entrados no ano anterior (13.537), sendo 5.988 (42%) de natureza cível e 8.294 (58%) de natureza criminal, o que representa um aumento da demanda na ordem dos 5,2%, comparativamente com o período homólogo anterior. O apogeu ao

nível das entradas processuais passa a ser o ano judicial 2022/2023, o que demonstra que o volume de processos entrados tem aumentado ano após ano, sendo de referir que no ano a que o presente relatório faz alusão, registou um forte incremento nos processos criminais entrados nos tribunais (8.294), o que representa 58% dos mesmos. Assim, no ano judicial a que o presente relatório diz respeito, os Tribunais e Juízos de Cabo Verde dispunham de 24.442 processos em tramitação (mais 717 em relação ao ano judicial anterior), sendo na sua maioria processos cíveis (12.454) não obstante a maior entrada de processos se tenha registado na jurisdição criminal.

Tal se deve ao facto de que, uma parte significativa dos processos tramitados (10.160) são os designados transitados por serem provenientes de anos anteriores em que não foi possível resolvê-los. Os restantes (14.282) são os denominados entrados pois deram entrada nos Tribunais no ano judicial ora sob escrutínio (2022/23). Destaca-se, ainda, que mais de metade dos processos, isto é, 13.291 processos foram resolvidos ficando os restantes pendentes (11.151), o que permite fazer um balanço positivo em relação ao funcionamento dos tribunais. Concernente ao ano judicial anterior (2021/22), verifica-se um aumento de 717 processos em tramitação e na taxa de resolução por processos pendentes (54,4%) uma diminuição em torno 2,8 por cento o que fica a dever-se ao forte incremento de processos entrados e que impediu que o número de processos resolvidos tivesse o impacto desejado na curva da pendência, como tínhamos previsto. De igual modo há que referir o julgamento de processos cada vez mais complexos que requerem mais tempo para análise, ponderação e decisão, o que nos leva a concluir que a performance dos tribunais não deve cingir apenas à análise fria dos números. Para além disso, cumpre frisar que trabalhamos no ano a que o presente relatório faz alusão com um quadro deficitário de recursos humanos, tanto magistrados como oficiais de justiça o que também não potenciou uma maior produtividade dos tribunais, num país em que os mecanismos alternativos de resolução de litígios não existem e tudo vai desembocar nos tribunais."

Objetivo Específico 6: Até 2026, reduzir os processos pendentes no Ministério Público em 80% e o tempo médio de tramitação processual para 18 meses.

"No ano judicial em apreço, registou-se a nível nacional, com referência ao período compreendido entre 01 de agosto de 2022 e 31 de julho de 2023, o seguinte movimento processual, no Ministério Público:

- Processos vindos do ano judicial anterior: 59 135 (cinquenta e nove mil cento e trinta e cinco);
- Processos entrados: 27 207 (vinte e sete mil, duzentos e sete);
- Processos resolvidos: 28 550 (vinte e oito mil, quinhentos e cinquenta);
- Processos transitados: 57 792 (cinquenta e sete mil, setecentos e noventa e dois).

Somando os processos-crime transitados do ano judicial anterior com os que entraram no decurso deste ano judicial, o Ministério Público movimentou e tramitou um total de 86 342 (oitenta e seis mil, trezentos e quarenta e dois), o que corresponde a uma diminuição de 5 299 (cinco mil, duzentos e noventa e nove) processos-crime em relação ao ano judicial 2021/2022, em que tinham sido tramitados 91 641 (noventa e um mil, seiscentos e quarenta e um), processos, traduzindo-se numa diminuição de 5,8%. Foram resolvidos 28 550 (vinte e oito mil, quinhentos e cinquenta) processos-crime, menos 3 956 (três mil, novecentos e cinquenta e seis) processos-crime comparativamente com o ano judicial de 2021/2022, em que tinham sido resolvidos 32 506 (trinta e dois mil, quinhentos e seis) processos-crime, traduzindo-se numa diminuição de produtividade na ordem dos 12,2%. Encontram-se pendentes e a transitar para o próximo ano judicial, 57 792 (cinquenta e sete mil, setecentos e noventa e dois) processos, menos 1 343 (mil, trezentos e quarenta e três) processos-crime do que no ano judicial

anterior, em que tinham ficado pendentes 59. 135(cinquenta e nove mil, cento e trinta e cinco) processos-crime, o que corresponde a uma diminuição da pendência em 2,3%."

Objetivo Específico 7: Até 2026, modernizar em 80% os serviços da Polícia Judiciária.

2.7.2. Análise Evolução do Programa

O Programa Justiça e Paz Social apresenta a seguinte evolução, de acordo com a percentagem de atingimento das metas definidas nos objetivos específicos:

- Objetivos Específicos com maior percentagem de atingimento da(s) meta (s):
- Até 2026, garantir o acesso à justiça e aos direitos fundamentais, a 100% dos cidadãos membros do Cadastro Social dos grupos I e II em todo o território nacional, assegurando a igualdade do género.
- Até 2026, garantir o acesso online dos cidadãos a 80 % dos serviços dos RNI, promovendo a igualdade de género.
- Até 2026, atingir uma taxa de Reinserção Social dos Ex reclusos de 75% e diminuir a taxa de reincidência para 25%.
- Até 2026, modernizar em 80% os serviços da Polícia Judiciária.

Objetivos Específicos com menor percentagem de atingimento da(s) meta

- a. Até 2026, atingir uma proporção de 30% de processos submetidos a mediação ou arbitragem, resolvidos por meio de conciliação.
- b. Até 2026, atingir um Rácio de processos julgados/ (Entrados + Transitados) nos Tribunais igual a 65% e reduzir para 20% a proporção dos processos pendentes nos tribunais, há mais de 3 anos.
- c. Até 2026, reduzir os processos pendentes no Ministério Público em 80% e o tempo médio de tramitação processual para 18 meses.

Análise dos objetivos com menor

Até 2026, atingir uma proporção de 30% de processos submetidos a mediação ou arbitragem, resolvidos por meio de conciliação.

Em relação ao objetivo que tem haver com o uso de mecanismos alternativos para resolução de conflitos é de referir que a meta proposta para 2022 foi de 0% e para 2023 de 10%. Partimos de metas muito tímidas, porque é necessário criar as condições quer em termos de pessoal (formação e mediadores e árbitros) como em termos de espaço físico (Instalação do Centro Nacional de Mediação e Arbitragem - CNMA), para poder efetivar a prestação deste serviço e assim propor às partes em conflito o recurso a estes mecanismos para os redimirem. No orçamento de 2022, não foi atribuído verbas para dar início à preparação das condições para implementação da mediação e arbitragem apesar da nossa solicitação junto ao MF. Só no ano de 2023 é que prevemos verbas no Orçamento do CGJ, para podermos avançar com as formações, que nos permite dispor da bolsa de mediadores e árbitros. A esta parte já temos os mediadores e árbitros formados e também já dispomos de um espaço, para instalação do CNMA. Portanto, em 2023 não será possível alcançar a meta proposta em termos de resolução de processos, mas até final de 2023 estarão concluídas todas as ações tendentes ao arranque efetivo do funcionamento do CNMA e esperamos em 2024 atingir a meta em relação à resolução de processos.

Neste objetivo específico temos elencado três produtos a serem entregues, quais sejam: Mediadores formados em todos os conselhos do país, Serviço de mediação e arbitragem funcional, em todo território nacional e Processos resolvidos por via da mediação/arbitragem. Em 2022 não se previa entregar nenhum desses produtos, pelos motivos em cima expostos. Já em 2023 temos definidos como meta ter 10 (Dez) mediadores e árbitros formados em todos os conselhos do país e já formamos 13 (Treze) árbitros e 26 vinte e seis) mediadores, ter 6 serviço de mediação e arbitragem funcional, em todo território nacional e, neste ponto estamos no processo de instalação do CNMA , para depois criar centros regionais ou locais, conforme a demanda e por fim temos como meta ter 10% de processos resolvidos por via da mediação/arbitragem , mas este produto não vai ser possível entregar , pelos motivos acima expostos.

Até 2026, atingir um Rácio de processos julgados/ (Entrados + Transitados) nos Tribunais igual a 65% e reduzir para 20% a proporção dos processos pendentes nos tribunais, há mais de 3 anos.

Para o alcance deste objetivo específico concorrem várias ações que tem que ser executadas, para reforço da capacidade institucional dos Serviços dos Tribunais e visando melhorar a eficiência e a eficácia do sistema de justiça, reduzindo as pendências e acelerando a resolução de casos judiciais.

A nível do Planeamento, foi elaborado o Plano de Redução de Pendências, que dispõe de um conjunto de medidas e ações que o CSMJ e o MJ deverão implementar, para que se consiga atingir as metas propostas, no mesmo. Este plano está subdividido em 4 fases, com os seguintes indicadores de resultados e medidas de ações.

Os resultados dependem em grande escala da execução das medidas de ações previstas. Apesar de afetação de recursos para a execução do plano, traduzido numa primeira fase, em apostas a nível de recrutamento de mais juizes e oficiais de diligência para os Tribunais, os processos de recrutamento foram concluídos em 2023 e os recrutados terão que passar por uma fase de formação, antes de ingressarem em definitivo na carreira.

Assim sendo, o impacto deste reforço de pessoal, a nível do seu contributo para a redução das pendências, só será sentido nos anos judiciais vindouros. Outras medidas que estão em curso, com previsão de concretização em 2024 e 2025, tal como a operacionalização do SIJ, a conclusão da instalação do Campus de Justiça, a entrada em funcionamento do Centro Nacional de Mediação e Arbitragem, as Reforma Legislativas em curso, de certo que terão impacto positivo, a nível da redução de pendências. Analisando em concreto o objetivo específico em apreço, para o ano Judicial ora findo, 2022/2023, foi definido como meta resolver 61% dos processos em tramitação (entrados + transitados), mas a mesma não foi alcançada, pois atingiu -se uma percentagem de resolução de processos igual a 54,4%, menos 6,6 % do planeado.

Em relação à justificativa para não atingimento da meta proposta citamos o que vem descrito no Relatório Sobre a Situação de Justiça 2022/2023 do CSMJ: “Concernente ao ano judicial anterior (2021/22), verifica-se um aumento de 717 processos em tramitação e na taxa de resolução por processos pendentes (54,4%) uma diminuição em torno 2,8 por cento, o que fica a dever-se ao forte incremento de processos entrados e que impediu que o número de processos resolvidos tivesse o impacto desejado na curva da pendência, como tínhamos previsto. De igual modo há que referir o julgamento de processos cada vez mais complexos que requerem mais tempo para análise, ponderação e decisão, o que nos leva a concluir que a performance dos tribunais não deve cingir apenas à análise fria dos números. Para além disso, cumpre frisar que trabalhamos no ano a que o presente relatório faz alusão com um quadro deficitário de recursos humanos, tanto magistrados como oficiais de justiça

o que também não potenciou uma maior produtividade dos tribunais, num país em que os mecanismos alternativos de resolução de litígios não existem e tudo vai desembocar nos tribunais”.

Até 2026, reduzir os processos pendentes no Ministério Público em 80% e o tempo médio de tramitação processual para 18 meses.

À semelhança do exposto no ponto anterior, para o alcance deste objetivo específico concorrem várias ações que tem que ser executadas, para reforço da capacidade institucional dos Serviços do Ministério Público, visando melhorar a eficiência e a eficácia do sistema de justiça, reduzindo as pendências e acelerando a resolução de casos judiciais.

A nível do Planeamento, foi elaborado o Plano de Redução de Pendências do Ministério Público, que dispõe de um conjunto de medidas e ações que o CSMP e o MJ deverão implementar, para que se consiga atingir as metas propostas, no mesmo. Este plano está subdividido em 4 fases, com os seguintes indicadores de resultados e medidas de ações.

2.8. PROGRAMA CABO VERDE PLATAFORMA AÉREA

2.8.1. Relatório Evolução dos Indicadores de Resultado do Programa: Plataforma Aérea

No âmbito do Plano Estratégico de Desenvolvimento Sustentável (PEDS II) o Governo de Cabo Verde traçou como o seu principal objetivo estratégico, “Garantir a recuperação económica, a consolidação orçamental e o crescimento sustentável, promover a diversificação e fazer de Cabo Verde uma economia de circulação localizada no Atlântico Médio”.

Um dos grandes pilares desse objetivo estratégico é fazer de” Cabo Verde um País Plataforma de Circulação no Atlântico Médio”. O objetivo principal dessa Plataforma é a transformação de Cabo Verde num centro internacional de negócios, aproveitando da sua localização estratégica no atlântico médio, entre Europa, Africa e América. Para o cumprimento deste objetivo estratégico, o PEDS definiu um conjunto de programas, do qual se destaca o de transformar Cabo Verde numa plataforma aérea, condição essencial para ampliar a malha de conectividade aérea do país, quer a nível internacional e doméstico. É neste contexto que o Programa Cabo Verde Plataforma Aérea aponta um conjunto de objetivos específicos e produtos, que deverão concorrer para a melhoria da mobilidade e conectividade aérea de passageiros e carga, o reforço da qualificação dos quadros técnicos do sector aéreo, melhoria do ambiente regulatório e de negócios da aviação civil, designadamente o sistema de Obrigações de Serviço Público para o mercado de transporte aéreo regular domestico, agilização e flexibilização, com base nas melhores práticas, do processo de estabelecimento e certificação de operações aéreas no país, o desenvolvimento da Zona Económica Especial do Sal, ancorado ao hub aéreo, retoma de operação e privatização da TACV, concessão do aeroporto do Sal à Vinci Airports e atração de companhias de low cost.

2.8.1.1. Evolução dos Indicadores de Resultado do Programa

Programa: Cabo Verde Plataforma Aérea
Objetivo Específico 1: Até 2026, atingir um crescimento médio anual de 28% no movimento de passageiros e de 15% no movimento de cargas nos aeroportos e aeródromos nacionais.....

INDICADORES DE RESULTADO	Unidade de Medida	Baseline	Meta 2022	Valor Observado	% Atingimento Meta
Indicador 1					
1 - Movimento Total Passageiros	Número	2021	1 878 584	2 593 728	138%
2 - Movimento de Passageiros Mercado Internacional	Número	2021	1 227 488	2 042 970	166%
3 - Movimento de Passageiros Mercado Doméstico	Número	2021	651 096	550 758	85%
4 - Movimento Total de Carga	Número	2021	942 070	861 857	91%
5 - Movimento de Carga Mercado Internacional	Número	2021	769 725	694 188	90%
6 - Movimento de Carga Mercado Doméstico	Número	2021	172 345	167 669	97%
Objetivo Específico 2: Até 2026, atingir o número de 200 técnicos qualificados no Sector da Aviação Civil.....					
INDICADORES DE RESULTADO	Unidade de Medida	Baseline	Meta 2022	Valor Observado	% Atingimento Meta
Indicador 1					
1 - Técnicos Formados no Sector da Aviação Civil	Número	NA	20	0	0%
Objetivo Específico 3: Até 2026, aumentar em 20% as rotas domésticas e internacionais (Conectividade)					
INDICADORES DE RESULTADO	Unidade de Medida	Baseline	Meta 2022	Valor Observado	% Atingimento Meta
Indicador 1					
1 - Movimento Total de Aeronaves	Número	2021	23 679	28 421	120%
2 - Movimento Aeronaves Mercado Internacional	Número	2021	12 938	18 700	145%
3 - Movimento Aerónaves Mercado Doméstico	Número	2021	10 741	9 721	91%
Objetivo Específico 4: Até 2026, atingir 5% do desenvolvimento global da Zona Especial da Economia Aérea (ZEEA)					
INDICADORES DE RESULTADO	Unidade de Medida	Baseline	Meta 2022	Valor Observado	% Atingimento Meta
1 - Investimento Realizado	%				

2.8.1.2. Análise Evolução do Programa

O transporte aéreo em Cabo Verde no ano 2023 manteve a tendência de crescimento, acompanhando a dinâmica internacional. O tráfego global de passageiros atingiu 130% da meta prevista, com um crescimento de 19% em relação ao ano 2022. Se se considerar a tendência de crescimento em relação a 2019 (ano pré-pandêmico), o tráfego global de passageiros atingiu 93,5% do de 2019. O tráfego internacional de passageiros (2 042 970) registou, em relação a 2022, um aumento de 21%, tendo ultrapassado o nível de 2019 (1 950 704). Já o tráfego doméstico de passageiros teve um aumento 11% em relação a 2022, tendo atingido 67% do nível de 2019.

No que diz respeito ao movimento de carga global atingiu 91% da meta prevista para 2023, tendo tido um crescimento de 8% em relação ao tráfego de 2022. Em relação ao movimento de carga internacional e doméstico manteve-se a tendência de crescimento em relação a 2022, tendo sido registado um aumento de 7% e 13%, respetivamente.

Por sua vez, o movimento global de aeronaves teve o mesmo percurso de crescimento, tendo atingido 120% da meta prevista para 2023 e um aumento de 12% em relação ao movimento de 2022. Já em relação a 2019, o movimento global de carga atingiu 62% do nível deste ano. Relativamente ao movimento de carga internacional e doméstico, o crescimento, em relação a 2022, foi de 18% e 2%, respetivamente.

De realçar que tanto o movimento de passageiros como o movimento de aeronaves nos aeroportos nacionais já atingiram as metas em 138% e 120% respetivamente, consequência da forte dinâmica do sector internacional. O doméstico embora também numa tendência de recuperação, mas a um ritmo menos acelerado.

2.8.2. Relatório de Seguimento dos Produtos Por Objetivo Específico

De seguida, descreve-se o ponto da situação dos produtos em função de cada objetivo específico:

OBJETIVO ESPECÍFICO 1 - Até 2026, atingir um crescimento médio anual de 28% no movimento de passageiros e de 15% no movimento de cargas nos aeroportos e aeródromos nacionais (Mobilidade):

- Plataforma Digital Tarifa Aérea Especial implementada - embora concluída a conceção da plataforma digital, contudo carece de funcionamento, devido a problemas técnicos que ainda prevalecem em termos de interface com a plataforma de reservas e distribuição da operadora aérea.
- Quadro Legal do Sector da Aviação Civil revisto – Em decorrência das recomendações do Estudo sobre Revisão do quadro legal e regulamentar da aviação civil, ações foram tomadas com vista ao recrutamento de consultorias específicas para a elaboração de propostas de dispositivos legais e regulamentares, com vista a tornar o sector de aviação civil mais competitivo. Contudo, devido ao atraso na aprovação do financiamento pelo Banco Mundial, somente no final do ano 2023 foi lançado o concurso para uma consultoria jurídica local e expert técnico internacional para a elaboração dos instrumentos legais e regulamentares a respeito. Os trabalhos dos consultores já começaram e prevê-se que as propostas de dispositivos legais e regulamentares sejam entregues no final de outubro de 2024.
- Novo Aeroporto de Santo Antão construído – Foi concluído a primeira etapa, referente ao Plano Diretor, que define a localização, as características técnicas e avalia a sustentabilidade da construção do aeroporto. Contudo, a sua execução vai depender do financiamento.

- Concessão dos Aeroportos e Aeródromos Nacionais concluída – O processo foi concluído em julho de 2023, tendo a Concessionária Cabo Verde Airports do grupo Vinci iniciado a exploração/gestão das infraestruturas aeroportuária.
- Plano de investimentos para a requalificação dos aeródromos e aeroportos nacionais implementado – Devido ao atraso na finalização no processo de transferência da concessão, os investimentos programados para 2023 ficaram atrasados, pelo que a maior parte se realizará a partir de 2024.
- Privatização da Cabo Verde Handling concluída – Estava prevista para acontecer em dezembro de 2023, mas devido a atrasos foi reprogramado para 2024, tendo sido já lançado o concurso de privatização.

OBJETIVO ESPECÍFICO 2 - Até 2026, atingir o número de 200 técnicos qualificados no Sector da Aviação Civil (Qualificação):

- Plano de Formação e Fundo de Apoio à Qualificação Técnica e Profissional da Aviação Civil implementado – Embora o estudo tenha sido concluído, com um conjunto de propostas de instrumentos para estimular a qualificação de quadros técnicos na aviação civil, contudo há um atraso na aprovação dos instrumentos e mobilização dos recursos financeiros. Um dos grandes obstáculos para a implementação do plano de qualificação e requalificação dos quadros técnicos da aviação civil tem a ver com a dificuldade de financiamento. Há sim um conjunto de ações de atração de empresas privadas para investir na criação de centro de treinamento na aviação civil e que já começaram o processo de implementação. Uma maior ação na formação de técnicos por essas iniciativas privadas poderá ter lugar a partir de 2024.
- Instituto Superior de Aeronáutica e do Turismo (ISAT) criado - Foi criado o Instituto Superior Aeronáutico e Turismo, tendo sido já inaugurado a sua sede na ilha do Sal. O mesmo Instituto, que faz parte Universidade Técnica do Atlântico (UTA), será gerido pela Universidade e encontra-se no processo de elaboração da programação curricular, prevendo-se que os primeiros cursos na área de aeronáutica venham a acontecer durante 2024.
- Plano de sensibilização para atrair mulheres para o sector da Aviação Civil e Modulo de Formação Igualdade de Género e Assédio Sexual e Moral no ambiente Laboral (integrado no Plano de Formação e Fundo de Apoio à Qualificação Aviação Civil) ministrado – Trata-se de uma ação já em curso, designadamente no que diz respeito à participação de mulheres na administração de empresas e instituições ligadas ao setor de aviação civil.

OBJETIVO ESPECÍFICO 3 - Até 2026, aumentar em 20% as rotas domésticas e internacionais (Conectividade):

- Plano de Reestruturação, Retoma e Estabilidade da TACV implementado – Foi finalizado o Business Plan de reestruturação, retoma e estabilização da TACV e início do processo da sua implementação em 2022. A empresa retomou a sua operação em 2022 e está a operar com duas aeronaves nas rotas étnicas e do turismo. Durante 2023 ampliou o seu network, passando a voar não só para Lisboa, mas também para Paris e Bergamo, para além de ter aumentado significativamente as suas frequências para Lisboa, a partir dos aeroportos da Praia, Sal e S. Vicente.
- Devido a retirada da TACV/Bestfly do mercado doméstico em 2014, a TACV está a garantir atualmente a conectividade aérea inter-ilhas, operando com duas novas aeronaves turbo hélice em regime de ACMI (Aircraft Crew, Maintenance and Insurance);
- Está em curso o estudo de viabilidade para a criação de uma nova empresa de transporte aéreo doméstico, cuja operação está prevista para iniciar no final de 2024, com vista a assegurar a

estabilidade de operação no mercado doméstico, reforçar a conectividade e garantir a mobilidade inter-ilhas dos cabo-verdianos.

- Processo de reprivatização da TACV concluído – O processo está dependente da consolidação do precoce de reestruturação e estabilização da operação. Prevê-se que o processo da privatização possa se concretizar no período de 2025 a 2026.
- Plano Estratégico de Desenvolvimento do Sector Aéreo – Devido a dificuldade na obtenção de recursos financeiros para a elaboração do estudo, o prazo ficou comprometido. Embora os Termos de Referência para a elaboração do Estudo estejam prontos e atualizados, falta ainda o financiamento, pelo que se prevê que o estudo venha a acontecer no período 2024 a 2025.
- Estudo do Observatório do Transporte Aéreo implementado – Devido a dificuldade de mobilização de recursos financeiros, não foi possível ter o estudo conceptual pronto para o ano 2023, pelo que foi reprogramado para o período 2024 a 2025.
- Regime de Obrigações de Serviço Público implementado – Foi aprovado e publicado o Decreto-lei 05/2023 em janeiro, que define as bases de contratação e obrigações de serviço público para a prestação de serviço regular de transporte aéreo interno. Todas as propostas dos instrumentos regulatórios do mesmo Decreto-Lei já foram finalizadas, designadamente Resolução sobre obrigações mínima de serviço público, caderno de encargos para o lançamento do concurso no âmbito de concessão de obrigações de serviço público, minuta do contrato de concessão, aguardando a sua aprovação pelo Governo.
- Pacote de estímulos e incentivos / Conectividade Aérea (helicópteros, táxi aéreo, companhias de baixo custo, operadoras charters...) executado – Foram concluídos em junho de 2023 propostas orçamentais para 2024, visando estimular as companhias de low cost e operadores turísticos que trabalham com voos charters. Em 2023, graças aos incentivos, começaram os primeiros voos de companhia de low costs e um aumento de voos charters para apoiar o turismo. Para 2025 foi reforçado o pacote de incentivos à conectividade e mobilidade de passageiros, tendo em conta o mercado internacional e doméstico. Nesse pacote de incentivos, prevê-se incentivos com vista a redução de tarifas aéreas no mercado doméstico, com impacto diretamente aos passageiros, e garantia de frequências mínimas das rotas inter-ilhas, no âmbito de contrato de concessão com o operador aéreo. Prevê-se que essas medidas de incentivos venham a ser reforçadas com a aprovação de resoluções do Governo, cujo o impacto poderá ser a partir de 2025.
- Carta de Política de Transporte Aéreo revista e ajustada à realidade pós-pandemia – Devido as dificuldades financeiras em 2023, não foi possível contratar uma Consultoria para a revisão e atualização da Carta de Política, pelo que foi reprogramado para 2024.

OBJETIVO ESPECÍFICO 4 - Até 2026, atingir 5% do desenvolvimento global da Zona Especial da Economia Aérea (ZEEA):

- Estudo sobre a Zona Especial da Economia Aérea implementado – A implementação da Zona Económica Especial de Economia Aérea na ilha do Sal depende da elaboração do Estudo, que irá desenhar a seu conceito estratégico, avaliar as oportunidades e o modelo de negócios, definir o plano de investimentos e o plano de negócios, os recursos financeiros necessários, a sua base jurídica e de gestão, numa perspectiva de parceria pública privada. Apesar dos Termos de Referência terem sido elaborados para a elaboração do estudo, contudo não foi possível ainda garantir o seu financiamento, que se estima ser de 350-400 mil usd. Neste contexto, não foi possível ainda arrancar com este projeto, sendo reprogramada para acontecer no período de 2024 a 2025.

2.9. PROGRAMA DESENVOLVIMENTO DE CAPITAL HUMANO

2.9.1. FORMAÇÃO PROFISSIONAL DE EXCELÊNCIA”

O desenvolvimento do capital humano, constitui um dos principais aceleradores do desenvolvimento sustentável, sendo considerada, um ativo fundamental para a contribuição do progresso econômico, a inovação e a sustentabilidade, para uma sociedade justa e equilibrada, garantindo que, oportunidades de desenvolvimento sejam acessíveis a todos, independentemente da origem econômica, gênero, entre outros fatores.

Alinhado às necessidades do mercado de trabalho, a formação profissional, constitui uma ferramenta-chave para o aprimoramento das habilidades, conhecimentos e competências dos jovens e, considerada uma das vias prioritárias para a promoção e inserção dos jovens no mercado de trabalho e sua estabilidade socioprofissional.

Enquadrado no pilar “Desenvolvimento do Capital Humano” o programa “Formação Profissional de Excelência” visa, reduzir a taxa de desemprego, com prioridade para a criação de emprego qualificado para jovem, mulher e grupos vulneráveis para massificar a inserção produtiva e, conseqüentemente a incidência da pobreza absoluta.

Igualmente, o programa contribui para os seguintes objetivos estratégicos:

- Sustentabilidade da formação profissional, através da concepção de um modelo de financiamento de corresponsabilidade, eficiente e eficaz;
- Valorização da formação profissional, através da conscientização do seu papel na sociedade;
- Excelência da formação profissional, através da adequação entre a ofertas de formação e às necessidades do mercado profissional, bem como assegurar a massificação e igualdade do acesso;
- Políticas, estratégias e ações no âmbito da melhoria dos programas de emprego e empregabilidade e assegurar a execução das atividades promotoras de emprego e empregabilidade.

2.9.1.1. Análise de Evolução do Programa

O programa encontra-se alinhado com as necessidades do mercado de trabalho e, de realçar que, são políticas de emprego que tem vindo a oferecer a cada jovem, oportunidades de desenvolvimento profissional e de inserção no mercado de trabalho.

É notório o progresso ao longo dos últimos anos do programa “Formação Profissional de Excelência” executado pelo Setor EFE sob a liderança da DGE, que tem trabalhado para atender aos objetivos iniciais e às necessidades dos jovens e, do mercado de trabalho.

Pelos resultados que o Setor EFE tem vindo a atingir, de notar que, a maioria das metas estipuladas para o ano 2022 foram atingidas, resultado alcançado com base nas estratégias adotadas e, no aprimoramento das ações cujo objetivo é, fortalecer a eficácia e eficiência do programa, garantindo que, cada meta contribua de forma significativa para o alcance dos objetivos definidos, componentes essenciais para a maximização do impacto e a promoção do sucesso a longo prazo.

Não obstante aos resultados positivos, a taxa de inserção dos beneficiários das políticas ativas de emprego constitui um indicador de desafio para o Setor da Educação, Formação e Emprego uma vez que, nos demais indicadores são notórios o avanço e o alcance das metas.

Entretanto, de realçar que, os projetos estruturantes em curso, servirão para consolidar os objetivos do setor para os próximos anos (até 2026) assentes na implementação da Estratégia Nacional de Promoção de Emprego Digno (ENPED) com ênfase na governança, parceria público-privado e aposta na sustentabilidade e financiamento do setor com prioridade para a capacitação dos jovens.

2.9.1.2. Evolução dos Indicadores de Resultado do Programa

Programa: “Capital Humano – Formação Profissional de Excelência”					
Objetivo Específico 1: Até 2026 aumentar para 15% a taxa de participação dos jovens dos 15 aos 35 anos e garantir a participação de 60% de mulheres, em medidas de apoio a qualificação e empregabilidade, garantindo a excelência da formação profissional no mercado trabalho					
INDICADORES DE RESULTADO	Unidade de Medida	Baseline	Meta 2022	Valor Observado	% Atingimento Meta
Indicador 1 Taxa de participação dos jovens (15-24 anos e 25-35 anos) em medidas de apoio à formação, qualificação, empregabilidade, empreendedorismo, ensino técnico	Percentagem (%)	5,95%	6,80%	8,41%	8,41%
Objetivo Específico 2: Até 2026 aumentar para 15% a taxa de participação dos jovens dos 15 aos 35 anos e garantir a participação de 60% de mulheres, em medidas de apoio a qualificação e empregabilidade, garantindo a excelência da formação profissional no mercado trabalho					
INDICADORES DE RESULTADO	Unidade de Medida	Baseline	Meta 2022	Valor Observado	% Atingimento Meta
Indicador 2 Taxa de participação dos jovens NEET (15-35 anos) em medidas de apoio à formação, qualificação e empregabilidade	Percentagem (%)	N/A	9,59%	27,64%	27,64%
...					
Objetivo Específico 3: Até 2026 aumentar para 15% a taxa de participação dos jovens dos 15 aos 35 anos e garantir a participação de 60% de mulheres, em medidas de apoio a qualificação e empregabilidade, garantindo a excelência da formação profissional no mercado trabalho					
INDICADORES DE RESULTADO	Unidade de Medida	Baseline	Meta 2022	Valor Observado	% Atingimento Meta
Indicador 3 Taxa de participação de mulheres nas medidas de política ativa de emprego	Percentagem (%)	48,4%	48,7%	53%	53%
...					

Objetivo Específico 4: Até 2026 aumentar para 15% a taxa de participação dos jovens dos 15 aos 35 anos e garantir a participação de 60% de mulheres, em medidas de apoio a qualificação e empregabilidade, garantindo a excelência da formação profissional no mercado trabalho					
INDICADORES DE RESULTADO	Unidade de Medida	Baseline	Meta 2022	Valor Observado	% Atingimento Meta
Indicador 4 Taxa de inserção dos beneficiários das políticas ativas de emprego	Percentagem (%)	65,5%	65,9%	61,63%	61,63%

2.9.2. EDUCAÇÃO DE EXCELÊNCIA

No quadro das prioridades do sector da Educação no horizonte 2022-2026 que integra o Plano Estratégico da Educação e Ensino Superior e enquadradas na situação macroeconómica do país e no conhecimento da situação do sistema educativo, foi definido em sede do Plano Estratégico de Desenvolvimento Sustentável (PEDS II), um conjunto de ações, indicadores e metas a atingir gizadas para o programa Desenvolvimento do Capital Humano - Educação de Excelência.

O Plano Estratégico da Educação e o Plano Estratégico para o Desenvolvimento Sustentável (PEDS), serão os documentos norteadores de toda a intervenção do sector da Educação horizonte 2022-2026.

A coordenação da implementação da avaliação do PDES sectorial e assegurada pelo Direção Geral de Planeamento, Orçamento e Gestão do Ministério da Educação, através dos Serviços de Estudos e Planeamento, que periodicamente tem a incumbência de elaborar um quadro de seguimento e evolução do progresso dos indicadores do sector e tem a responsabilidade de definir os passos a seguir em termos de estratégias.

Assente sobre o objetivo 2 do PESD II: *promover o desenvolvimento social pelo capital humano, inclusão e mobilidade, redução das desigualdades, erradicação da pobreza extrema e igualdade de género, a seguir procura-se apresentar os Indicadores de Resultado do Programa Desenvolvimento do Capital Humano - Educação de Excelência.*

2.9.2.1. Evolução dos Indicadores de Resultado do Programa

	Programa: Educação de excelência				
	Objetivo Específico 1: Até 2026, aumentar para 90% o acesso das crianças na faixa etária dos 4-5 anos, com qualidade e garantir que, em média, à entrada do EB as crianças tenham 80% de aptidões cognitivas, 95% socio emocionais, 80% motoras e 80% de linguagem e comunicação.				
INDICADORES DE RESULTADO	Unidade de Medida	Baseline	Meta 2023	Valor Observado 2023	% Atingimento Meta
Indicador 1: Taxa de Cobertura no Pré-Escolar (Crianças com 4-5 anos)	%	85,1%	88,9%	86,4%	-2,5
Indicador 2 : 90% de crianças com competências elementares de lecto-	%	80% aptidões cognitivas			
		95% socio emocionais			

escrita e raciocínio lógico para o ingresso EB.		80% motoras			
		80% de linguagem e comunicação			
	Objetivo Específico 2: Até 2026, garantir 97% das crianças no EB, com equilíbrio de género e inclusão de crianças com necessidades educativas especiais, e outras vulnerabilidades, com capacidade para aprendizagem, devidamente sinalizadas				
INDICADORES DE RESULTADO	Unidade de Medida	Baseline	Meta 2023	Valor Observado 2023	% Atingimento Meta
Indicador 3: Taxa líquida de escolarização	%	99,6%	99,8%	90,4%	-9,4
Indicador 4: Percentagem de aprovação dos rapazes no último ano do Ensino Básico (8º ano)	%	67,4%	71,3%	56,9%	-14,4
Indicador 5: Percentagem de crianças não escolarizadas, portadoras de necessidades educativas especiais, com capacidade para aprendizagem, devidamente sinalizadas, integradas no Ensino Básico.	%	N/D			
	Objetivo Específico 3: Até 2026, atingir uma taxa de transição do EB de 90%, reduzir o abandono em 50 % e aumentar para 15% a proporção de jovens do ensino secundário que seguem a via técnica				
INDICADORES DE RESULTADO	Unidade de Medida	Baseline	Meta 2023	Valor Observado 2023	% Atingimento Meta
Indicador 6: Taxa Líquida de escolarização no Ensino Secundário (9º ao 12º ano)	%	67,2%	73,8%	59,5%	-14,3
Indicador 7: Percentagem do abandono no Ensino Secundário	%	1,5%	0,1%	1,7%	1,6
Indicador 8: Taxa de acesso ao Ensino Técnico	%	3,1%	5,0%	2,9%	-2,1
Indicador 9 % de alunos que seguem a Via Técnica	%	9,4%	11,4%	11,9%	0,5
Indicador 10: Taxa de Transição do Ensino Básico para Ensino Secundário	%	78%	86,2%	54,0%	-32,2

Indicador 11: Taxa de acesso de 90% independentemente da diferença de género, origem social ou porte de necessidades educativas especiais.	%	78%	82,6%	59,5%	-23,1
Indicador 12: Taxa de sucesso de 80% respetivamente, independentemente da diferença de género, origem social ou porte de necessidades educativas especiais.	%	74%	76,3%	74,3%	2,0
Objetivo Específico 4: Até 2026, atingir uma cobertura de 25%, dos jovens dos 18 aos 24 anos no ensino superior					
INDICADORES DE RESULTADO	Unidade de Medida	Baseline	Meta 2023	Valor Observado 2023	% Atingimento Meta
Indicador 13: Percentagem de jovens que concluem o Ensino Secundário e ingressam no Ensino Superior no mesmo ano, independentemente do seu concelho de origem, igual a 45%	%	50,5%		39,6%	
Indicador 14: Percentagem de cobertura de 25% dos jovens dos 18 aos 24 anos	%	22,5%	23,5%	23,0%	-0,5

2.9.2.2. Análise Evolução do Programa Desenvolvimento do Capital Humano - Educação de Excelência

Objetivo Específico 1: Até 2026, aumentar para 90% o acesso das crianças na faixa etária dos 4-5 anos, com qualidade e garantir que, em média, à entrada do EB as crianças tenham 80% de aptidões cognitivas, 95% socio emocionais, 80% motoras e 80% de linguagem e comunicação.

A taxa de acolhimento ou cobertura na Educação Pré-escolar teve uma redução de 3,8 pontos percentual em relação ao ano base. Relativamente a meta estipulada para 2022/2023 recuou 2,5 pontos percentuais aproximadamente. Esta situação justifica-se devido os efeitos da crise económica internacional.

Espera-se a inversão dessa situação com a implementação das políticas educativas que se prende com a implementação do Pacto de Parceria: “Melhorar a inclusão e qualidade das aprendizagens da Educação Pré-escolar e do 1º Ciclo do EBO”, no Eixo 1 - Universalização do acesso equitativo e inclusivo a Educação Pré-escolar (EPE).

O cumprimento deste objetivo: garantir que, em média, à entrada do EB as crianças tenham 80% de aptidões cognitivas, 95% socio emocionais, 80% motoras e 80% de linguagem e comunicação, será possível com a elaboração do Estudo sobre o perfil das crianças à entrada do Ensino Básico, por forma a medir as aptidões através de um teste específico. Baseline foi conseguido com base no Estudo realizado em 2012 através da parceria com a UNICEF.

Relativamente a medidas de políticas educativas em relação a este objetivo, prevê-se no Plano Estratégico da Educação a realização da Aferição para o efeito, cujo objetivo estratégico definido foi: melhorar o desempenho das aprendizagens das crianças, sobretudo no que tange às competências em língua portuguesa (leitura, escrita) e o conhecimento dos números.

Objetivo Específico 2: Até 2026, garantir 98% das crianças no EB, com equilíbrio de género e inclusão de crianças com necessidades educativas especiais, e outras vulnerabilidades, com capacidade para aprendizagem, devidamente sinalizadas.

- Indicador 3: Taxa líquida de escolarização no Ensino Básico não foi atingido em 2022 cujo valor observado foi de 90,4%.
- Indicador 4: Percentagem de aprovação dos rapazes no último ano do Ensino Básico (8º ano), não foi atingido. No ano base este indicador situava nos 67,4%, e previa-se um aumento de 3,9 pontos percentuais em 2022/2023. O valor observado foi de apenas 56,9 %, ou seja, houve um retrocesso de aproximadamente 14,4 pontos percentuais. Relativamente a este indicador deve-se a uma drástica redução da percentagem de aprovação no Ensino Básico. É preciso sublinhar que a variação do rendimento interno no 8º ano de escolaridade a nível nacional, nos três anos letivos 2020/2021 e 2022/2023, pode estar ligado a dois fatores: i) “passagem flexível” dos alunos no ano letivo 2019/2020 devido a Situação pandémica de 2019 provocado pelo COVID-19 e ii) não aplicabilidade na íntegra do Normativo da Avaliação no ano letivo seguinte. Quanto ao Sistema de Avaliação, repara-se que após a passagem flexível de 2019/2020, não foi aplicado em 2020/2021 os critérios de avaliação em todas as duas dimensões, por exemplo, no 8º ano por ser a conclusão do Ensino Básico nenhum aluno não deveria ficar aprovado com nota inferior a 10 valores.
- Indicador 5: Percentagem de crianças não escolarizadas, portadoras de necessidades educativas especiais, com capacidade para aprendizagem, devidamente sinalizadas, integradas no Ensino Básico. Este indicador não foi medido. Os dados não nos permitem ainda saber especificamente quantas crianças com necessidades especiais e outras vulnerabilidades, com capacidade para aprendizagem, foram incluídas no Sistema de ensino porque os instrumentos de recolha de dados não estão adaptados para o efeito.

Objetivo Específico 3: Até 2026, atingir uma taxa de transição do EB de 90%, reduzir o abandono em 50 % e aumentar para 15% a proporção de jovens do ensino secundário que seguem a via técnica.

- Indicador 6: Taxa Líquida de escolarização no Ensino Secundário (9º ao 12º ano), cuja meta estipulada para 73,8% não foi atingida, cujo o défice é expresso em 14,3%.
- Indicador 7: Percentagem do abandono no Ensino Secundário, cujo valor situa-se nos 1,7% não teve a redução desejada, onde teve um aumento de 0,2 ponto percentual em relação ao ano 2021/2022.

- Indicador 9: % de alunos que seguem a Via Técnica. Este indicador ultrapassou a meta estipulada para 2023 (11,4%). O valor observado foi de 11,9%. Este pode dever-se ao alargamento dos anos de estudos cujos alunos tem a possibilidade de optar por esta Via de ensino (10º ano de escolaridade).
- Indicador 10: Taxa de Transição do Ensino Básico para Ensino Secundário, cuja baseline foi de 78,0%, o valor atingido em 2023 foi de 54,0%, ou seja, faltando aproximadamente 32,2 pontos percentuais em relação a meta estabelecida e 24,0 pontos percentuais em relação a baseline em 2021. As razões do não cumprimento deste indicador estão associadas a explicação do indicador 4.
- Indicador 11: Taxa de acesso de 90% independentemente da diferença de género, origem social ou porte de necessidades educativas especiais, considera-se não atingido a meta estipulada, em relação a meta estabelecida houve um défice de menos 23,1 pontos percentuais em relação ao ano 2023.
- Indicador 12: Taxa de sucesso de 80% respetivamente, independentemente da diferença de género, origem social ou porte de necessidades educativas especiais. Este indicador não foi atingido. As razões prendem-se com os fatores relacionados com a crise de aprendizagem devidos aos efeitos de COVID19. No que concerne ao indicador 12, houve uma ligeira diminuição deste indicador expresso em 2,0 pontos percentuais, pelo que este indicador pode ser perfeitamente alcançável.

Objetivo Específico 4: Até 2026, atingir uma cobertura de 25%, dos jovens dos 18 aos 24 anos no Ensino Superior

- Indicador 13: Percentagem de jovens que concluem o Ensino Secundário e ingressam no Ensino Superior no mesmo ano, independentemente do seu concelho de origem. Não foi atingido.
- Indicador 14: Percentagem de cobertura de 25% dos jovens dos 18 aos 24 anos. O indicador não foi atingido. A Taxa Bruta de Acesso ao Ensino Superior teve uma diminuição de 0,5 pontos percentuais em relação a meta prevista em 2022/2023 e ligeiro aumento em relação ao baseline.

2.10. DESENVOLVIMENTO INTEGRADO DA SAÚDE

Este Programa, pertencente ao Pilar Social, tem como objetivo estratégico promover o desenvolvimento social pelo capital humano, inclusão e mobilidade, redução das desigualdades, erradicação da pobreza extrema e igualdade de género, ambicionando até 2030 garantir o acesso à saúde de qualidade e promover o bem-estar para todos em todas as idades, criando valor para a economia.

O Ministério da Saúde (MS), com o propósito de implementar o Plano Estratégico Desenvolvimento Sustentável II (PEDS II) e a Agenda 2030, desenvolveu o PNDS 2022-2026 que tem como objetivo principal, definir as linhas orientadoras para o sector da saúde, delineado para responder às políticas nacionais de forma transversal, contribuindo assim para o desenvolvimento nacional, harmonioso e equitativo.

2.10.1. Evolução dos Indicadores de Resultado e das Metas do Programa

INDICADORES	BASELINE	RESULTADOS ALCANÇADOS	
	2021	2022	2023

Taxa de mortalidade infantil	12,3 ‰ (REMS)	15,0 ‰ (REMS)	ND
Taxa de mortalidade materna	45,5 /1000.000 (REMS)	36,8/1000.000 (REMS)	ND
Taxa de redução de adolescentes grávidas	"45,4‰ (INE-Censo 2021) ou 15,8% (REMS)	32.1 ‰ /15,7% (REMS)	ND
Nº de líderes comunitários com acesso à plataforma "uma só saúde"	0	0	0
Nº de óbitos por grupos de doenças não transmissíveis	ND	ND	ND
Taxa de cobertura pelos cuidados de saúde	0	0	0
Taxa de redução de transmissão vertical do VIH/SIDA, paludismo, tuberculose, transmissão vertical mãe-filho	Transmissão vertical VIH M-F:2,3% Tuberculose: 35/100.000 Paludismo importado: 0,04‰ Paludismo autóctone: 0‰	Transmissão vertical VIH M-F:0 % Tuberculose: 29/100.000 Paludismo: 0,05 ‰ Paludismo autóctone: 0‰	Transmissão vertical VIH M-F:1,7% Tuberculose: 26,5/100.000 Paludismo: 0,07 ‰ Paludismo autóctone: 0‰

2.10.2. Análise Evolução do Programa

O fortalecimento da resiliência no Setor da Saúde e a melhoria na promoção e prestação de cuidados de saúde têm sido pilares fundamentais na estratégia do Ministério da Saúde de Cabo Verde, visando cumprir o compromisso de assegurar saúde e qualidade de vida. Este objetivo passa por garantir que os cidadãos cabo-verdianos tenham acesso a um sistema de saúde que ofereça cuidados humanizados e de alta qualidade ao longo de todo o seu ciclo de vida. Neste contexto, alinhado com o Programa do Governo, o setor tem implementado iniciativas que reforçam esta capacidade, visando transformar-se numa estrutura robusta e apta a satisfazer as necessidades e exigências da população.

Contudo, apesar dos avanços notórios de vários indicadores de impacto, Cabo Verde continua a enfrentar desafios significativos devido ao seu perfil demográfico e epidemiológico atual, marcado pelo "duplo fardo". Isto implica a necessidade de o país continuar a desenvolver programas eficazes tanto na prevenção e combate a doenças transmissíveis, como o HIV/SIDA, tuberculose e paludismo, quanto na resposta ao aumento das Doenças Crónicas Não Transmissíveis, tais como hipertensão, diabetes, doenças cardiocerebrovasculares e oncológicas. Estas últimas representando 60% das causas de mortalidade geral no país e têm gerado desafios nas questões relacionadas com a evacuação de pacientes para tratamentos no exterior.

A implementação de estratégias destinadas a prosseguir na redução das mortalidades evitáveis, o combate às doenças crónicas através da promoção de estilos de vida mais saudáveis, a eliminação do paludismo, bem como o reforço e a reestruturação dos recursos humanos no Setor da Saúde para responder ao desígnio da Cobertura Universal em Saúde, constituem exemplos claros do empenho do Ministério da Saúde em elevar a qualidade dos cuidados prestados e reduzir as assimetrias sociais e desigualdades de género.

Neste contexto, alinhado com o Programa do Governo e a Moção de Confiança 2021-2026, bem como com o Plano Estratégico de Desenvolvimento Sustentável (PEDS II), o Setor da Saúde comprometeu-

se, em reforçar a robustez das capacidades de governança e a implementação de políticas de promoção da saúde, para a melhoria dos indicadores da saúde.

O presente relatório tem como objetivo realizar uma análise qualitativa e quantitativa dos resultados alcançados nos indicadores definidos no quadro de desenvolvimento integrado do setor da saúde no PEDS II, apresentando as principais atividades desenvolvidas que vão ao encontro de cada objetivo e resultados obtidos pelo Setor no período de 2022 - 2023.

Objetivo Específico - Indicadores de Resultado

Objetivo Específico 1: reduzir a taxa de mortalidade infantil

Relativamente à taxa de mortalidade infantil 2021 (baseline) e 2022, os dados são provisórios, aguardando a validação dos respectivos relatórios estatísticos. Contudo, o aumento verificado do indicador de 2021 para 2022, deve-se ao ligeiro aumento dos óbitos infantis (menores de 1 ano) de 108 para 122 casos e à redução do número de nascidos vivos em relação aos respectivos anos.

Várias atividades têm vindo a ser desenvolvidas pelo Programa Nacional de Saúde Infantil (PNSI) e o Programa Nacional de Saúde sexual e Reprodutiva (PNSSR) da Direção Nacional da saúde, através dos programas de saúde pública, de forma integrada, com o propósito de reduzir os óbitos infantis, sobretudo por causas evitáveis.

Neste contexto, foi elaborado o plano estratégico de atenção integral à saúde da criança e do adolescente 2023-2027, que integra estratégias e intervenções direcionadas para atingir a meta estabelecida no PEDS e Plano Nacional de Desenvolvimento Sanitário (PNDS) 2022-2026;

Foram feitas sessões de formação para os técnicos de saúde (médicos e enfermeiros) em 2021 e 2022, em atendimento integral à saúde da criança; capacitação em abordagem ao recém-nascido e reanimação neonatal; reforço institucional dos serviços de neonatologia com equipamentos (monitores e ventiladores), entre outros consumíveis e materiais para assegurar a prestação de cuidados em situações de urgências e doença.

Objetivo Específico 2: manter a taxa de mortalidade materna < 70 * 100000 Nascidos Vivos

No que se refere a este indicador, desde 2019 em que se constatou um aumento exponencial da taxa (105,1/100.000 = 11 óbitos), a tendência tem sido para diminuir desde então (2020: 7 óbitos - 67,4/100.000; 2021: 4 óbitos - 45,5/100.000; 2022: 3 óbitos - 36,8/100.000; 2023: 2 óbitos) graças às intervenções de capacitação técnica promovidos pelo PNSSR em cuidados maternos, abordagem da hemorragia pós-parto como a principal causa de óbito, implementação do novo partograma da OMS, através de ações de capacitação a nível nacional e de monitorização, como instrumento de suporte para o seguimento do andamento/evolução do trabalho de parto e das condições da mãe e do feto, permitindo a diminuição de intervenções desnecessárias com desfechos obstétricos favoráveis.

Objetivo Específico 3: reduzir para 10% a proporção de adolescentes (10 - 19) que já tiveram pelos menos um filho

No âmbito da atenção integral à saúde dos adolescentes, e reduzir os agravos à sua saúde, o Programa de Saúde dos Adolescentes (PSA) tem vindo a trabalhar na garantia do acesso rápido dos adolescentes a serviços de saúde e proteção humanizados, equitativos e inclusivos, através da criação ou abertura de espaços específicos para os adolescentes nas estruturas de saúde ou outros espaços cedidos a nível concelhio em colaboração e parceria com as camaras municipais e outros intervenientes.

Desde 2016 até 2023, foram criados 23 espaços, nos diferentes concelhos e ilhas, a exceção da Brava, na construção da integralidade em saúde, onde os adolescentes possam ser acolhidos por profissionais capacitados e terem respostas específicas que vão de encontro às demandas e necessidades da fase do ciclo de vida que vivenciam.

O PSA e o PNSSR têm vindo a desenvolver várias ações de comunicação e sensibilização para o planeamento familiar (PF)/contraceção, sobretudo para utilização dos métodos contraceptivos modernos e de longa duração, no intuito de reduzir as necessidades não satisfeitas em PF e as gravidezes não desejadas, com foco nos adolescentes. A formação dos professores e de pares adolescentes no domínio de sexualidade, contraceção e prevenção da gravidez, tem sido uma aposta dos programas para reduzir a taxa de gravidez na adolescência que embora tem-se verificado uma redução do número de grávidas registadas e da taxa desde 2015 (19,1%), nos últimos 3 anos (2020-2022) tem estado estacionária, a volta dos 15,5% (meninas adolescentes de 10-19 anos grávidas no universo do total de grávidas captadas nas estruturas públicas de saúde). Outro indicador administrativo utilizado desde 2021 para acompanhar a gravidez na adolescência é o “número de nascimentos ocorridos de mães de 10 a 19 anos / nº de meninas adolescentes de 10-19 anos x 1000” que, em termos de números absolutos, permite fazer uma análise entre as grávidas recebidas nas estruturas de saúde e as grávidas que tiveram bebé no ano, para desenhar intervenções mais assertivas e assim, atingir a meta estabelecida até 2026.

Implementar uma plataforma de partilha de informação em tempo real, contribuindo para a melhoria da vigilância e alerta precoce no âmbito de uma “Uma Só Saúde”:

A plataforma foi concebida pelo Instituto Nacional de Saúde Pública, devendo ser implementada ainda este ano (2024).

Objetivo Específico 4: reduzir em 5% o número de óbitos por doenças não transmissíveis via promoção de saúde, prevenção, tratamento e reabilitação:

Neste assunto, o MS através do Programa, tem vindo a reforçar as ações de promoção da saúde que visem educar a população sobre a redução dos fatores de risco para DNTs, controlo e tratamento das DNT, bem como a melhorar a abordagem deste grupo de doenças através da capacitação dos técnicos e a disponibilização de protocolos de tratamento baseados em evidências. Porém, ainda persistem desafios na mudança de comportamentos ou adoção de estilos de vida mais saudáveis que contribuam para a redução da morbilidade e mortalidade, sobretudo da mortalidade prematura por DNT. Daí, as DNT estarem a liderar as estatísticas do MS entre as principais causas de mortalidade, com oscilações dos números e taxas de incidência por grupos de doenças.

Em 2023 a DNS, através do Programa de Prevenção e controlo da Diabetes e distúrbios metabólicos, iniciou a elaboração do Plano Estratégico Multisectorial de Prevenção e Controlo das DNT 2023-2027, visando assegurar a melhoria do acesso da população a cuidados de saúde preventiva, como exames de rastreio regular de doença ou outros agravos da saúde, para o tratamento precoce, mediante a disponibilização de equipamentos, materiais e medicamentos essenciais.

A reabilitação e cuidados de longo prazo dos pacientes com DNTs para minimizar as complicações ou sequelas para melhor qualidade de vida, estão entre as preocupações e prioridades do setor. Porém, a redução das desigualdades em saúde e as disparidades socioeconómicas e geográficas que influenciam no acesso aos cuidados de saúde e contribuem para as DNT e complicações, são fatores que exigem um trabalho coordenado e intersectorial para atingir os objetivos almejados até 2026.

Objetivo Específico 5: melhorar os resultados em saúde e bem-estar, através da criação de novos mecanismos de resposta, reforço da liderança, governança, quadro legal e institucional, incluindo a consolidação da regionalização em saúde e políticas de igualdade de género e orientação sexual (LGBTQIA+)

No âmbito do direito internacional dos direitos humanos, e a obrigação dos Estados membros de criar as condições necessárias para proteger os direitos humanos de todos, incluindo das pessoas LGBTQIA+, o MS tem vindo a trabalhar na adoção de estratégias inclusivas que não discriminem esse grupo e criar instituições ou serviços dotados de recursos necessários e capacitados para garantir uma efetiva promoção e proteção dos direitos das pessoas LGBTQIA+.

No ano de 2023, o PNSSR junto de outros intervenientes neste domínio (ACLCVBG; CCS-SIDA), promoveu duas ações de formação para o reforço das competências dos profissionais de saúde sobre género, sexualidade e saúde das pessoas LGBTQIA+, visando aumentar o acesso das pessoas LGBTQIA+ aos cuidados de saúde, sem preconceitos e julgamentos, bem como a melhoria da assistência na saúde das /para as mesmas.

Neste contexto, foram capacitados a volta de 60 técnicos (médicos e enfermeiros), devendo-se dar continuidade as ações de formação até 2026 e organizar os serviços para a recolha de informações sobre os cuidados prestados à população, desagregadas por grupo etário, sexo e género, de forma a permitir medir ou monitorizar os avanços do setor na garantia da igualdade de género.

Objetivo Específico 6: eliminar a transmissão do VIH/SIDA de mãe para filho, a Tuberculose, o Paludismo e outras doenças transmissíveis como problemas de saúde pública

Concernente a este objetivo, o MS tem vindo a trabalhar na garantia das condições elementares para o acesso e qualidade dos cuidados prestados à população, através do reforço das estruturas de saúde com equipamentos, materiais e consumíveis necessários para o rastreio e diagnóstico precoce de doenças prioritárias, capacitação dos profissionais de saúde e a disponibilização de medicamentos essenciais para o tratamento oportuno e gratuito, reduzindo assim a transmissão.

A eliminação da transmissão vertical do VIH/SIDA (transmissão de mãe para filho) é um objetivo alcançável pelo país, estando previsto a organização da documentação de verificação para a certificação da eliminação no corrente ano. O reforço das estratégias de intervenção, cada vez mais eficazes e abrangentes para atingir os indicadores chave, bem como do sistema de informação robusto para evidenciar os avanços alcançados neste domínio estão em pauta no setor.

Graças à testagem universal e precoce de todas as mulheres grávidas para o VIH durante o pré-natal e o tratamento com antirretroviral (TAR), independentemente dos níveis de contagem de células CD4 ou da carga viral, tem sido possível identificar as mulheres seropositivas e iniciar o tratamento antirretroviral o mais cedo possível, reduzindo quase a 0% o risco de transmissão do VIH para o bebé. Ainda, neste contexto, tem-se vindo a trabalhar na alimentação infantil segura, uma vez que não se aconselha a amamentação exclusiva para mães seropositivas, dando-se o apoio necessário às famílias no acesso a substitutos do leite materno. O apoio psicossocial para mulheres seropositivas durante a gravidez, parto e pós-parto tem sido fundamental na garantia da adesão ao tratamento e redução do estigma e autoestigma associado ao VIH.

Os bebés expostos ao vírus durante a gravidez e com resultado positivo, têm vindo a beneficiar do seguimento e tratamento necessário.

No que se refere à eliminação da tuberculose (TB) como um problema de saúde pública é um objetivo ambicioso, mas alcançável com esforços coordenados e abrangentes, contudo, na sua abordagem integrada com o VIH-SIDA, tem-se evidenciado uma redução da taxa de incidência da doença. Entre as estratégias que tem vindo a contribuir para a redução da taxa de incidência podemos destacar a promoção da saúde para a prevenção e envolvimento comunitário, a vacinação à nascença contra a TB (BCG), sobretudo contra as formas mais graves da doença, o rastreio e diagnóstico precoce em comunidades de alto risco, incluindo populações vulneráveis, como pessoas vivendo com o VIH, etc., o tratamento imediato e gratuito para interromper a transmissão da doença, bem como a monitorização regular dos pacientes para assegurar a adesão ao tratamento, diminuindo assim o abandono e a resistência antimicrobiana.

Sobre a eliminação do paludismo e o controlo do paludismo importado, o MS tem vindo a assegurar uma abordagem abrangente intra e intersectorial, com forte engajamento comunitário e compromisso de todas as partes interessadas. Os esforços envidados nesta luta têm contribuído para os resultados louváveis até então alcançados de zero casos de paludismo autóctone e uma taxa de incidência do paludismo importado inferior a 1‰. De destacar que Cabo Verde recebeu a certificação da OMS de país livre de paludismo em 2024. No entanto, com esforços deverão ser persistentes e coordenados para manter a sua eliminação.

2.11. DESENVOLVIMENTO DA CULTURA E DAS INDÚSTRIAS CRIATIVAS

O programa Desenvolvimento da Cultura e das Indústrias Criativas, tem como objetivo reestruturar a setor da Cultura e das Indústrias Criativas, mormente no reforço da preservação do património arquivístico, bibliográfico, material e imaterial e no fomento do setor artístico, criativo e literário através do aumento de programas de incentivos e valorização. Tem ainda como objetivo, reforçar e capacitar os recursos humanos nos diferentes setores culturais e criativos; aperfeiçoar e inovar os serviços de comunicação e difusão dos acervos patrimoniais, nomeadamente dos Arquivos, Bibliotecas e Museus, com a aposta nas novas tecnologias; atualização e adequação do quadro jurídico e produção dos instrumentos de gestão nos diferentes setores.

Esses objetivos enquadram no pilar Económico cujo objetivo Estratégico é de garantir a recuperação económica, a consolidação orçamental e o crescimento sustentável, promover a diversidade e fazer de Cabo Verde uma economia de circulação localizada no Atlântico Médio, enquanto que nos ODS – Objetivo de Desenvolvimento Sustentável enquadram-se nos números 1,4,5,8,11 e 17.

2.11.1. Evolução dos Indicadores de Resultado do Programa

Programa: Desenvolvimento da Cultura e das Indústrias Criativas					
Objetivo Específico 1: Até 2026, atingir 50% da formalização e da profissionalização do setor cultural e das indústrias criativas					
INDICADORES DE RESULTADO	Unidade de Medida	Baseline	Meta 2023	Valor Observado 2023	% Atingimento Meta
Indicador 1					
Nível de formalização dos Artistas Nível de formalização dos Agentes Culturais	%				

Nível de profissionalização dos Artistas					
Objetivo Específico 2: Até 2026, atingir um crescimento médio anual de 40% do acesso à fruição, à prática e ao conhecimento da cultura					
INDICADORES DE RESULTADO	Unidade de Medida	Baseline	Meta 2023	Valor Observado 2023	% Atingimento Meta
Indicador 1					
Nível das Crianças e adolescentes com acesso a formação artística Conhecimento da população sobre os bens culturais Participação na Produção do Carnaval Participação da população no carnaval Participação dos Artesões na URDI	%				
Objetivo Específico 3: Até 2026, atingir um crescimento médio anual de 25% das visitas aos bens culturais e patrimoniais e atingir 90% dos bens patrimoniais e equipamentos culturais preservados e 20% de equipamentos criados.					
INDICADORES DE RESULTADO	Unidade de Medida	Baseline	Meta 2023	Valor Observado 2023	% Atingimento Meta
Indicador 1					
Preservação dos bens Patrimoniais e equipamentos culturais Grau de Execução da agenda de criação de equipamentos culturais	%				

2.11.2. Análise Evolução do Programa

Objetivo Específico 1: Até 2026, atingir 50% da formalização e da profissionalização do setor cultural e das indústrias criativas.

Avanços na Realização dos Produtos:

- **Escolas de Artes acreditadas** - melhorou a Qualidade da Educação currículos abrangentes e atualizados, com corpo docente qualificado e experiente.
- Formadores de iniciação artísticas reconhecidos, permitiu uma formação adequada e experiência comprovada dos formadores na área artística e educativa.
- **Base de Dados de artistas, agentes, técnicos e produtores culturais criado** - permitiu a visibilidade dos profissionais registrados e facilitando oportunidades de trabalho e networking; Ferramentas de fácil acesso e uso para que artistas, agentes e outros profissionais possam se cadastrar e buscar informações

- Estatuto do Artista Criado - Legislação Clara e Eficaz; Reconhecimento e Valorização profissional; Apoio e Incentivos para a produção artística e cultural e na Proteção à Propriedade Intelectual com Participação e Representatividade
- Artesãos inscritos no Siarte - melhorou a qualidade e diversidade de produtos apresentados, a plataforma Siarte é considerada uma ferramenta poderosa para o desenvolvimento do artesanato e da economia local.
- ***Artesãos com reconhecimento profissional*** – carta, cartão e selos de artesão entregues; - O programa de reconhecimento fortaleceu o setor artesanal, contribui para preservar o patrimônio cultural e contribui ainda para o desenvolvimento econômico local.

Principais Dificuldades:

- Escolas de Artes acreditadas: (quais são as dificuldades enfrentadas na implementação)
- Base de Dados de artistas, agentes, técnicos e produtores culturais – dificuldades na estruturação e montagem da base que ainda se encontra em construção
- Artesãos inscritos no Siart – dificuldades dos artesões em aceitar a mudança.

Realizações Mais Significativas:

- Estatuto do Artista Criado: recebeu avaliações positivas de toda a classe artística durante a socialização do estatuto, o diploma já se encontra agendado para aprovação em Conselho de Ministros
- Artesãos inscritos no Siarte: melhorou a qualidade e diversidade de produtos apresentados e permite facilidade de contactos.

Objetivo Específico 2: Até 2026, atingir um crescimento médio anual de 40% do acesso à fruição, à prática e ao conhecimento da cultura

Avanços na Realização dos Produtos:

- Edital Financiamento BA Cultura Publicado - processo de seleção dos projetos tornou-se mais transparente, viável e relevante, aumentou significativamente a qualidade das propostas recebidas e gerou impacto positivo das iniciativas apoiadas. Permitiu fomentar a cultura nos diferentes aspetos, promoveu-se a criação artística, a valorização cultural e o desenvolvimento económico do País e na criou-se empregos;
- Escola/Associações/ONG's beneficiários - O benefício atribuídos ajudou a prosperar e alcançar os objetivos, melhorou a qualidade e diversidade de produtos apresentados.
- 2022- Foram beneficiados 70 Escolas Associações/ONG's e Indicador de Resultado – em 8 Ilhas e 17 Municípios e em 2023 foram beneficiadas 108 escolas;
- Instrumentos distribuídos – 120 flautas/51 guitarras/5 baterias/3 cavaquinhos/1 violino
- Bolsas de acesso atribuído as crianças e jovens oriundas de famílias vulneráveis – a atribuição de bolsas de acesso as crianças e jovens ajudou a criar um futuro mais equitativo e próspero, permitiu a inclusão social desse grupo oriundo de famílias vulneráveis foram contemplados 3272 alunos bolseiros em 2022;
- Crianças e jovens inscritas nas atividades de iniciação artísticas - Essas atividades tem desempenhado um papel vital no desenvolvimento integral de crianças e jovens, envolvidas

nas atividades, promoveu-se a criatividade, habilidades sociais e culturais, e o bem-estar geral. Foram inscritas 3272 crianças em 2022.

Principais Dificuldades:

- Edital Financiamento BA Cultura Publicado – limitações financeiras devido a procura pelos apoios;
- Escola/Associações/ONG's beneficiários - limitações financeiras devido ao aumento do número das escolas na procura de ano para ano;
- Bolsas de acesso atribuído as crianças e jovens oriundas de famílias vulneráveis- limitações financeiras devido a procura pelos apoios;
- Crianças e jovens inscritas nas atividades de iniciação artísticas - dificuldades financeiras para abarcar todos os pedidos de inscrição dos alunos que procuram os apoios do Programa BA-Cultura.

Realizações Mais Significativas:

- Escola/Associações/ONG's beneficiários – tem aumentado significativamente o numero de Escolas/Associações/ONG's beneficiados com os incentivos financeiros do Programa BA-Cultura.

Objetivo Específico 3: Até 2026, atingir um crescimento médio anual de 25% das visitas aos bens culturais e patrimoniais, e atingir 90% dos bens patrimoniais preservados e 20% criados

Avanços na Realização dos Produtos:

- Inventário dos bens patrimoniais criado – permitiu identificar, conhecer e classificar todos os bens patrimoniais, colocar a disposição do público a lista desses patrimónios com 845 bens inscritos;
- Bens patrimoniais classificados (níveis municipal e nacional);
- Candidatura da tabanca submetida a UNESCO - fase de entrega em 2025;
- Candidatura do campo de Concentração do Tarrafal a património Mundial – fase de entrega em 2025;
- Museus e Centros interpretativos criados - permitiu conhecer a história por detrás desses museus e centros interpretativos foram reabilitados 34 museus.

Principais Dificuldades:

- Inventário dos bens patrimoniais criado: Limitações financeiras e de Recursos Humanos/Dispersão de locais para recolha de dados;
- Candidatura da tabanca em processo de submissão a UNESCO – limitação de especialistas para constituição do dossier/limitações orçamentais/dispersão de lugares para recolha de dados/dificuldades logísticas;
- Candidatura do Campo de Concentração do Tarrafal a património Mundial em processo de submissão a Unesco - limitação de especialistas para constituição do dossier/limitações orçamentais.

Esse balanço destaca de forma clara os avanços, dificuldades e realizações, permitindo uma visão geral e objetiva do progresso em cada objetivo específico. Para uma análise mais detalhada, seria necessário acesso a dados específicos e relatórios internos dos Setores do MCIC.

3. ENQUADRAMENTO ECONÓMICO E EXECUÇÃO FINANCEIRA DOS PROGRAMAS

Num contexto de desafios desconhecidos e de elevado grau de incerteza, em que as crises se acumulam, mormente crises provocadas pelas alterações climáticas (seca severa), pela COVID-19 e pelas guerras, o Orçamento do Estado para o ano de 2023, configurou-se como um dos principais instrumentos de gestão de contingências e das crises, como também da preparação do país para o futuro, tendo como um dos principais objetivos acelerar a agenda que visa fazer de Cabo Verde uma Plataforma Internacional de Prestação de Serviços, em linha com os objetivos estratégicos definidos no PEDS II.

OE 2023 colocou as pessoas no centro das prioridades, reconhece os jovens como fator determinante para o desenvolvimento, protege as famílias, com especial foco nos mais vulneráveis e, apoia as empresas como um dos principais agentes de geração de emprego e do rendimento, tendo sempre em vista o processo de construção da resiliência e do desenvolvimento sustentável, donde se destaca a sustentabilidade das finanças públicas.

3.1. Conjuntura Económica Internacional

Os dados publicados pelo Fundo Monetário Internacional (FMI), em janeiro de 2024, apontam para um crescimento mundial em 3,1% em 2023 e 2024. Para 2025, o crescimento projetado é de 3,2%, apresentando uma melhoria na dinâmica económica mundial. De acordo com o FMI, essa performance reflete a resiliência maior do que o esperado nos Estados Unidos e em vários grandes mercados emergentes e economias em desenvolvimento, bem como o apoio fiscal na China.

Vale frisar que o nível de atividade económica projetado para 2024-25 está abaixo da média histórica de 3,8% (2000-19), com taxas de juros elevadas para combater a inflação, pesando sobre a atividade económica e baixo crescimento subjacente da produtividade. Entretanto, os níveis de preços estão caindo mais rápido do que o esperado na maioria das regiões, com a inflação mundial a cair para 5,8% em 2024 e para 4,4% em 2025.

Com a desinflação e o crescimento constante, os riscos para o crescimento mundial estão se equilibrando. Do lado positivo, a redução rápida nos preços contribui para um maior alívio nas condições financeiras. Uma dinâmica mais forte das reformas estruturais poderia reforçar a produtividade. Do lado negativo, novos picos de preços das commodities, de choques geopolíticos (incluindo conflitos contínuos no Médio Oriente) e interrupções na oferta ou inflação subjacente mais persistente podem prolongar as condições monetárias apertadas. Por sua vez, a situação atual do Médio-Oriente pode apresentar um benefício para a dinâmica do setor do turismo em Cabo Verde, uma vez que o mercado nacional pode apresentar-se como um mercado substituto, desviando o turismo para as duas principais ilhas, Sal e Boa Vista.

Tabela Nº 1 – Perspetivas Económicas Mundiais

	2022	2023E	2024P	2025P	2024P	2025 P
					Dif. Face a Out. 2023 (p.p)	
Economia Mundial	3,5	3,1	3,1	3,2	0,2	0,0
Economias Avançadas	2,6	1,6	1,5	1,8	0,1	0,0
Zona Euro	3,4	0,5	0,9	1,7	-0,3	-0,1
EUA	1,9	2,5	2,1	1,7	0,6	-0,1
Reino Unido	4,3	0,5	0,6	1,6	0,0	-0,4
Japão	1,0	1,9	0,9	0,8	-0,1	0,2
Economias Emerg. E em Desenv.	4,1	4,1	4,1	4,2	0,1	0,1
China	3,0	5,2	4,6	4,1	0,4	0,0
Índia	7,2	6,7	6,5	6,5	0,2	0,2
África Subsaariana	4,0	3,3	3,8	4,1	-0,2	0,0

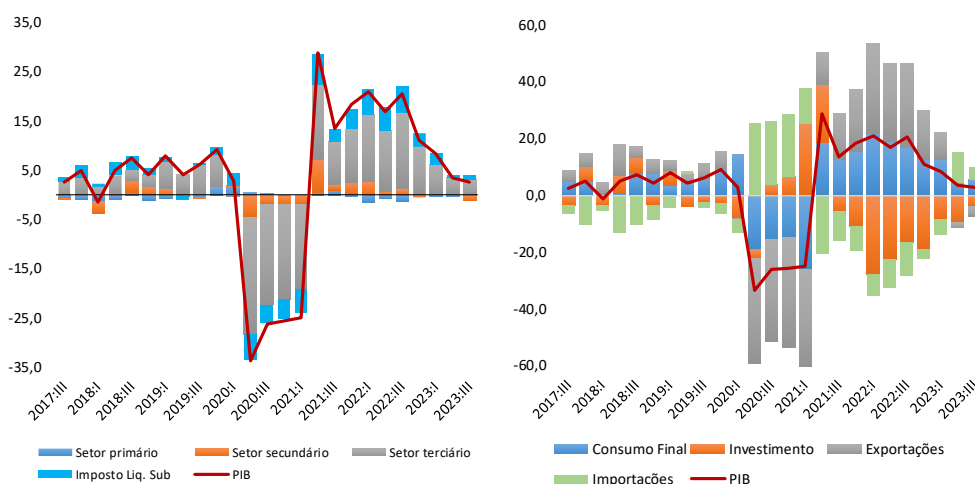
Fonte: FMI (WEO, janeiro de 2024).

3.2. Economia Nacional – Evolução Recente

A atividade económica nacional voltou a desacelerar no 3º trimestre de 2023. De acordo os dados provisórios do Instituto Nacional de Estatísticas (INE), o PIB cresceu 2,7% (+20,4% no trimestre homólogo).

Do lado da oferta, esse crescimento advém nomeadamente dos contributos do setor terciário e dos impostos líquidos de subsídios. O setor terciário cresceu 4,6% no período (contributo de +3,1 p.p., para o crescimento), derivado dos desempenhos positivos dos ramos do Alojamento e Restauração (+17,8%), refletindo a dinâmica do turismo, das Atividades de Serviços às Empresas (+46,2%), das Atividades Imobiliárias (+6,6%), das Outras Atividades de Serviços (+18,2%), da Atividade de Informação e Comunicação (+20,5%), da Administração Pública (+8,5%) e dos Serviços Financeiros e Seguros (+4,5%). Por outro lado, a atividade do setor secundário caiu 8,7% (contributo de 1,0 p.p., para o crescimento) face ao período homólogo, derivado do desempenho negativo da Construção (-31,3%), apesar dos resultados positivos apresentados pelos subsectores da Eletricidade e Água (+7,8%) e da Indústria Transformadora (+11,3%).

Gráfico N° 1 - Evolução da Taxa de Crescimento PIB Real



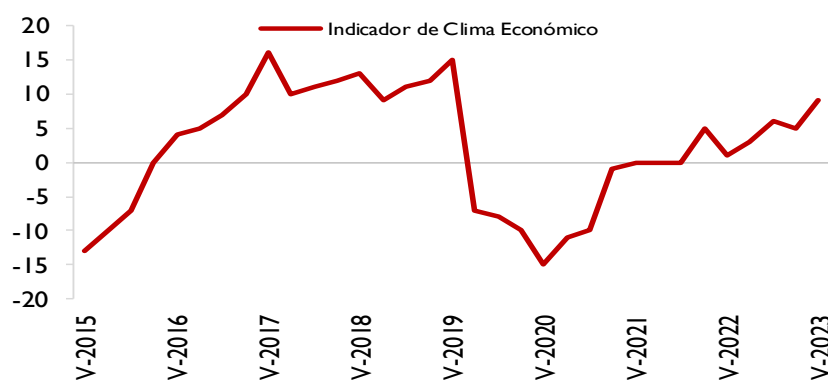
Fonte: INE

A atividade do setor primário manteve da tendência negativa, caindo 2,7% (contributo de -0,1 p.p., para o crescimento), derivado nomeadamente do desempenho do subsector da Pesca e Aquacultura (-26,5%), das Indústrias Criativas (-31,3%), apesar do crescimento registado no ramo da Agricultura, Pecuária e Silvicultura (+10,9%). Os Impostos Líquidos de Subsídios cresceram 5,5% (contributo de 1,0 p.p.) no período, refletindo sobretudo a dinâmica do produto e a eficiência da Administração Fiscal.

Do lado da demanda, esse resultado reflete o desempenho das despesas de consumo final. As despesas de consumo final cresceram 5,9% (contributo de 5,6 p.p., para o crescimento), resultante, sobretudo, da trajetória do consumo privado (+6,2%) e do consumo público (+4,6%). Os investimentos mantiveram a trajetória decrescente registrada nos trimestres anteriores (-23,2%, contributo de -4,0 p.p., para o crescimento), refletindo sobretudo a evolução do subsetor da construção. As exportações de bens e serviços, no entanto, caíram 7,1% (contributo de 3,3 p.p., para o crescimento) face ao período homólogo, derivado sobretudo da queda registrada nas exportações de bens (-49,0%), nomeadamente do peixe congelado (-27,5%), dos produtos transformados (-10,7%) e outros produtos (-50,9%). Da mesma forma, as importações totais também caíram 7,1% no período (contributo de +4,4 p.p., para o crescimento), particularmente dos bens intermédios (-17,7%) e dos combustíveis (-29,1%). No acumulado até o 3º trimestre, a economia nacional cresceu em média 4,7%.

No 4º trimestre de 2023, o ritmo de crescimento económico inverteu a tendência decrescente do último trimestre, revelando que a conjuntura económica é favorável. Este diagnóstico resultou, principalmente, da síntese das apreciações positivas transmitidas pelos empresários dos ramos de comércio em feira e em estabelecimentos, do turismo, da Construção e da indústria transformadora, conforme dados do INE.

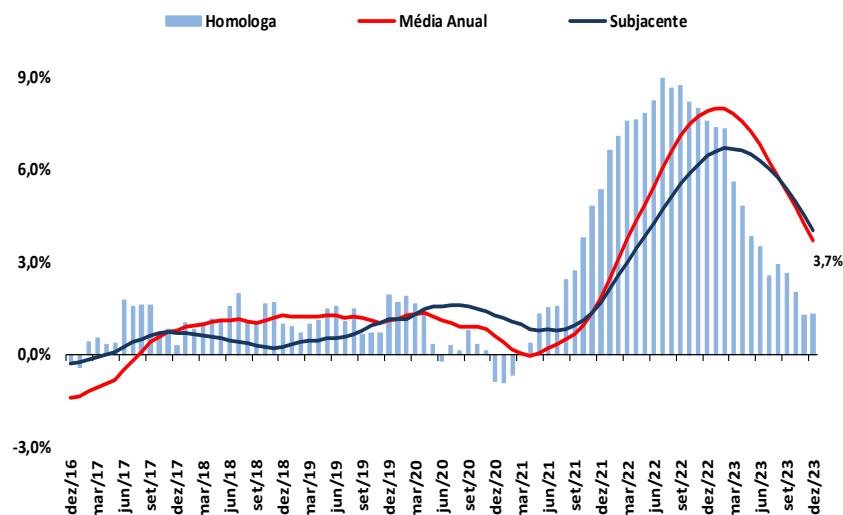
Gráfico N° 2 - Evolução do Indicador de Clima Económico



Fonte: INE

Os preços voltaram a cair no último trimestre do ano. Conforme os dados publicados pelo INE, em dezembro, a inflação média anual foi de 3,7% (ante, 7,9% no período homólogo), derivado fundamentalmente da evolução decrescente dos preços internacionais dos bens energéticos e dos bens alimentares no mercado internacional. As classes de bens e serviços que contribuíram positivamente para essa trajetória são: Produtos alimentares e bebidas não alcoólicas (+3,7 p.p.), Bens e serviços diversos (+0,3 p.p.), Bebidas alcoólicas e tabaco (+0,2 p.p.), Bens Energéticos (+0,2 p.p.) e Hotéis e restaurantes (+0,2 p.p.).

Gráfico N° 3 - Evolução das Taxas de Inflação



Fonte: INE.

Os preços das restantes classes de bens que compõem o cabaz permaneceram estáveis no período. A Inflação subjacente reduziu para 4,0%, refletindo a diminuição da pressão da demanda nos preços.

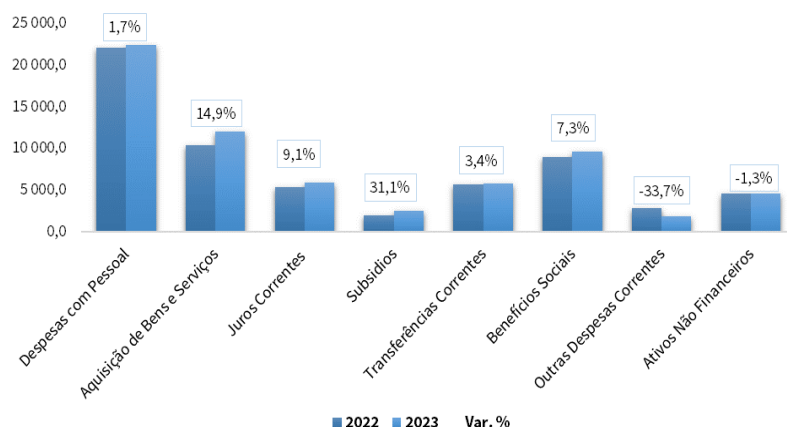
No setor externo, os dados da Direção Geral das Alfandegas mostram que, no período, a balança comercial de bens registou um superavit de 12,1% no 4º trimestre de 2023. As exportações de bens caíram 36,4% em valor e 60,3% em volume, nomeadamente de produtos do mar (-57,6% em valor e -64,0% em volume).

3.3. Despesa por Classificação Económica

No 4º trimestre de 2023, o total das despesas (65.670,7 milhões de CVE) desagrega-se, comparativamente ao mesmo período em 2022, conforme a seguir se apresenta:

- Despesas com pessoal em +1,7% (+373,4 milhões de CVE);
- Aquisição de bens e serviços em +14,9% (+1.550,3 milhões de CVE);
- Juros em +9,1% (+490,9 milhões de CVE);
- Subsídios em +31,1% (+611,2 milhões de CVE);
- Transferências em +3,4% (+192,8 milhões de CVE);
- Benefícios sociais em +7,3% (+654,3 milhões de CVE);
- Outras despesas correntes em -33,7% (-970,8 milhões de CVE); e
- Ativos não financeiros em -1,3% (-58,8 milhões de CVE).

Gráfico N° 04 – Taxa de Variação das Despesas



Fonte: DNOCP, elaborado a partir de dados do Sistema Integrado de Gestão orçamental e Financeira (SIGOF)

3.4. Despesas por classificação orgânica

Em dezembro de 2023, o total das despesas do Estado (incluindo ativos não financeiros) situou-se no montante de 65.670,7 milhões de CVE e se distribui em termos orgânicos conforme a tabela abaixo.

Tabela Nº 02 - Classificação Orgânica (em milhões de CVE)

Estrutura Orgânica	Orçamento Atual (OA)	Execução	Taxa de Execução (EXE/OA)	Peso/ Pago
		2023		
Presidência Da República	228,1	216,7	95,0%	0,3%
OSOB - Assembleia Nacional	1 031,0	904,7	87,8%	1,4%
Osob - Tribunal Constitucional	53,3	44,4	83,4%	0,1%
OSOB - Supremo Tribunal De Justiça	58,8	55,4	94,3%	0,1%
OSOB - Procuradoria Geral Da República	73,2	68,4	93,4%	0,1%
OSOB - Tribunal De Contas	268,0	246,7	92,1%	0,4%
OSOB - Conselho Superior Da Magistratura Judicial	722,6	529,9	73,3%	0,8%
Osob - Conselho Superior Do Ministerio Publico	390,8	338,1	86,5%	0,5%
CHGOV - Gabinete Do Primeiro Ministro	433,4	337,4	77,8%	0,5%
CHGOV - Gabinete Do Vice Primeiro Ministro	15,1	12,9	85,2%	0,0%
CHGOV - Ministro Dos Assuntos Parlamentares e da Presidencia Conselho Ministr	246,2	218,3	88,7%	0,3%
CHGOV - Ministro Adjunto do Primeiro-Ministro para a Juventude e Desporto	551,0	451,4	81,9%	0,7%
GOV - Ministério Das Finanças e do Fomento Empresarial	26 610,4	24 024,1	90,3%	36,6%
GOV - Ministério Da Economia Digital	588,4	276,3	47,0%	0,4%
GOV - Ministerio Da Familia, Inclusao e Desenvolvimento Social	3 633,7	3 352,4	92,3%	5,1%
GOV - Ministério Da Defesa Nacional	1 525,7	1 263,6	82,8%	1,9%
GOV - Ministério Da Coesão Territorial	57,3	36,3	63,4%	0,1%
GOV - Ministério Dos Negocios Estrangeiros, Cooperação e Integração Regional	1 725,9	384,0	22,3%	0,6%
GOV - Ministerio Das Comunidades	50,2	46,8	93,2%	0,1%
GOV - Ministério Da Administração Interna	3 983,1	3 833,4	96,2%	5,8%
GOV - Ministério Da Justiça	2 192,4	1 883,2	85,9%	2,9%
GOV - Ministerio Da Modernização Do Estado E Da Administração Publica	411,5	176,8	43,0%	0,3%
GOV - Ministério Da Educação	11 225,8	10 314,1	91,9%	15,7%
GOV - Ministério Da Saúde	10 238,3	6 216,9	60,7%	9,5%
GOV - Ministerio Da Cultura e das Industrias Criativas	527,6	475,4	90,1%	0,7%
GOV - Ministerio Do Turismo E Transportes	1 493,6	937,0	62,7%	1,4%
Gov - Ministerio Do Mar	3 985,3	2 569,3	64,5%	3,9%
GOV - Ministério Da Agricultura e Ambiente	6 658,8	2 956,3	44,4%	4,5%
GOV - Ministério Da Industria, Comércio E Energia	1 686,9	1 040,0	61,7%	1,6%
GOV - Ministério Das Infraestruturas, do Ordenamento do Territorio e Habitação	2 273,6	1 486,8	65,4%	2,3%
GOV - Comissão De Recenseamento Eleitoral	63,9	56,5	88,3%	0,1%
Despesas por regularizar	0,0	917,0	-	1,4%
Total	83 003,8	65 670,7	79,1%	100,0%

Fonte: DNOCP, elaborado a partir de dados do Sistema Integrado de Gestão orçamental e Financeira (SIGOF).

Na ótica da estrutura orgânica das despesas, os ministérios com peso mais significativo, em face ao total da execução, foram os seguintes: das Finanças e do Fomento Empresarial (36,6%), da Educação (15,7%), da Saúde (9,5%), da Administração Interna (5,8%), da Família, Inclusão e Desenvolvimento Social (5,1%), da Agricultura e Ambiente (4,5%) e do Mar (3,9%).

O peso maior das despesas na estrutura das Finanças e do Fomento Empresarial resultou das rubricas de pensões, transferências aos municípios, encargos com a dívida pública, aquisições de bens e serviços e despesas com pessoal.

3.5. Despesa por classificação funcional

Analisando as despesas públicas (Correntes e ANF) numa ótica funcional, ou seja, afetadas às suas componentes por grandes funções do Estado, verificou-se que, no 4º trimestre de 2023, 84,3% das despesas públicas foram realizadas no âmbito das funções “Sociais” e “Gerais de Soberania”.

A função “Social” representou maior peso na sua execução, com 48,1% do total global, podendo-se destacar a subfunção Proteção Social e Educação, que registaram um peso de 17,9% e 16,3%, respetivamente.

A função “Gerais de Soberania”, com um peso de 36,1% do total global, incorpora a subfunção “Serviços Públicos Gerais” que representou 69,4% do total da função “Gerais de Soberania” e 25,1% do total geral executado.

A função “Económica” e a “Ambiental” registaram uma execução de 12,8% e 1,6% do total, respetivamente.

Tabela Nº 3 – Funções do Estado (em milhões de CVE)

FUNÇÕES E SUBFUNÇÕES	ORÇAMENTO ATUAL	EXECUÇÃO	GRAU EXEC	ESTRUTURA %
Funções Gerais da Soberania	27 347,2	23 718,7	86,7	36,1
Serviços Públicos Gerais	19 295,2	16 455,6	85,3	25,1
Defesa	1 543,9	1 288,4	83,5	2,0
Segurança e Ordem Pública	6 508,1	5 974,7	91,8	9,1
Funções Sociais	39 208,2	31 611,5	80,6	48,1
Educação	12 433,9	10 733,3	86,3	16,3
Saúde	10 640,5	6 619,2	62,2	10,1
Proteção Social	12 387,0	11 776,3	95,1	17,9
Habituação e Desenvolvimento Urbanístico	2 671,8	1 560,9	58,4	2,4
Serviços Culturais Recreativos e Religiosos	1 075,0	922,0	85,8	1,4
Função Económica	13 458,1	8 381,5	62,3	12,8
Assuntos Económicos	13 458,1	8 381,5	62,3	12,8
Função Ambiental	2 990,3	1 041,9	34,8	1,6
Proteção Ambiental	2 990,3	1 041,9	34,8	1,6
Por regularizar	0,0	917,0	0,0	1,4
Total Despesas	83 003,8	65 670,7	79,1	100,0

Fonte: DNOCP, elaborado a partir de dados do Sistema Integrado de Gestão Orçamental e Financeira (SIGOF)

A nível da “Função Económica” é de salientar que a execução da subfunção Marítimo registou uma maior fatia (26,7% do total desta função), situando-se em termos absolutos em 2.239,2 milhões de CVE,

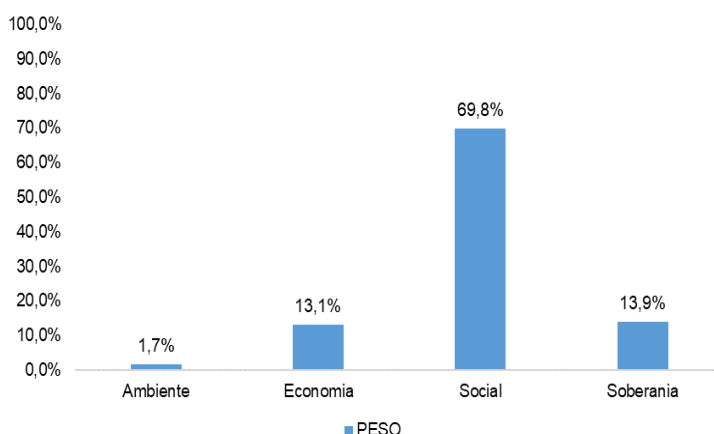
seguido das subfunções Assuntos económicos não especificados que registou uma execução de 1.812,4 milhões de CVE, Turismo e Agricultura que atingiram os 1.278,0 milhões de CVE e 1.015,9 milhões de CVE, respetivamente.

3.6. Despesa por classificação programática/pilares

As despesas por classificação de programas estruturam-se, nos termos definidos no Plano Estratégico de Desenvolvimento Sustentável II (PEDS 2022-2026), ou seja, em 29 programas setoriais e transversais, agrupada por 4 pilares estratégicos e que são operacionalizados através dos respetivos projetos ou unidades orçamentais, de modo a dotar os recursos necessários para a prossecução dos objetivos propostos.

Assim, analisando a execução das despesas por pilares, constatou-se que, no período em análise, o pilar “Social” teve o maior peso (69,8%), seguido do pilar “Soberania” (13,9%), do pilar “Economia” (13,1%) e do pilar Ambiente (1,7 %). Os restantes 1,4% refere-se aos valores de despesas por regularizar.

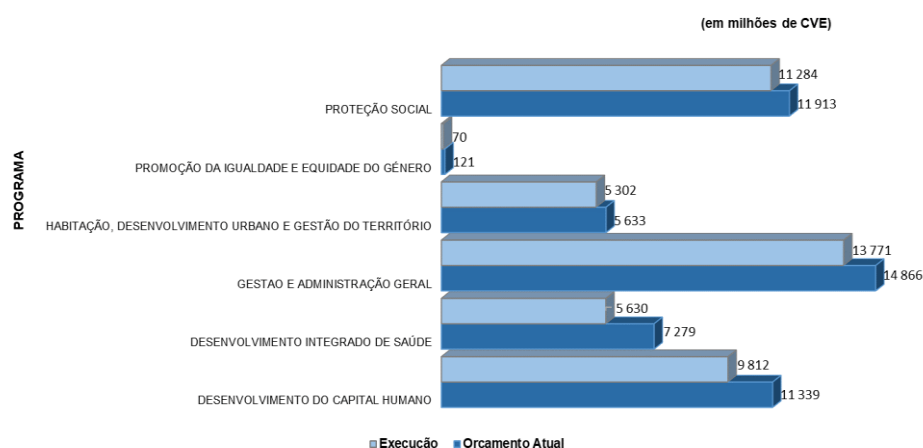
Gráfico N° 05 – Pilares (peso em %)



Fonte: DNOCP, elaborado a partir de dados do SIGOF

O Pilar “Social” atingiu uma execução de 45.868,0 milhões de CVE (com um peso de 69,8% sobre o total). Do montante executado, constatou-se que grande parte do mesmo foi canalizado para os programas: “Gestão e administração geral” (13.771,2 milhões de CVE), que suporta o funcionamento do Estado e todo o apoio a execução dos demais programas, “Proteção social” (11.284,1 milhões de CVE), “Desenvolvimento do capital humano” (9.811,5 milhões de CVE), “Desenvolvimento integrado de saúde” (5.629,8 milhões de CVE) e “Habitação, desenvolvimento urbano e gestão do território” (5.301,7 milhões de CVE).

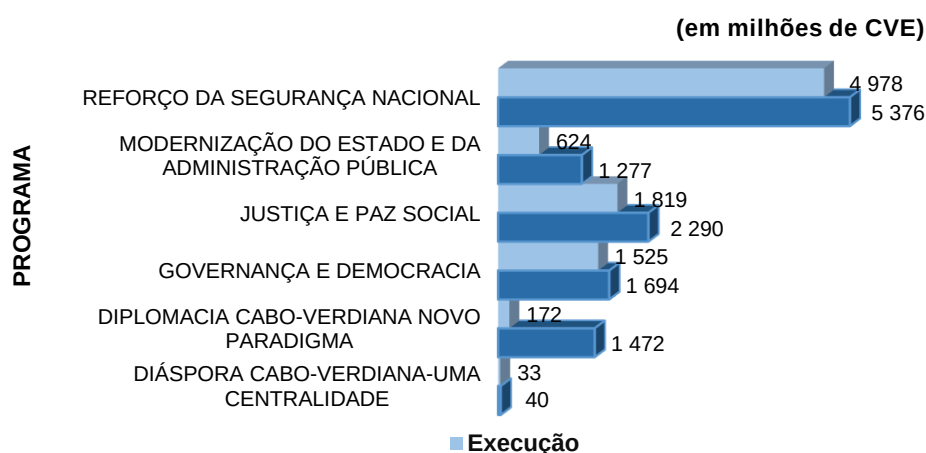
Gráfico N° 06 – Pilar Social: Programas e Recursos Executados



Fonte: DNOCP, elaborado a partir de dados do SIGOF

O Pilar “Soberania” assinalou uma execução de 9.149,1 milhões de CVE (com um peso de 13,9 % sobre o total). Do montante executado, constatou-se que grande parte do mesmo foi direcionado para as áreas: “Reforço de segurança nacional” (4.977,6 milhões de CVE), “Justiça e paz social” (1.818,5 milhões de CVE), “Governança e democracia” (1.524,5 milhões de CVE), “Modernização do Estado e da Administração Pública” (624,1 milhões de CVE) e “Diplomacia Cabo-Verdiana novo paradigma” (171,7 milhões de CVE).

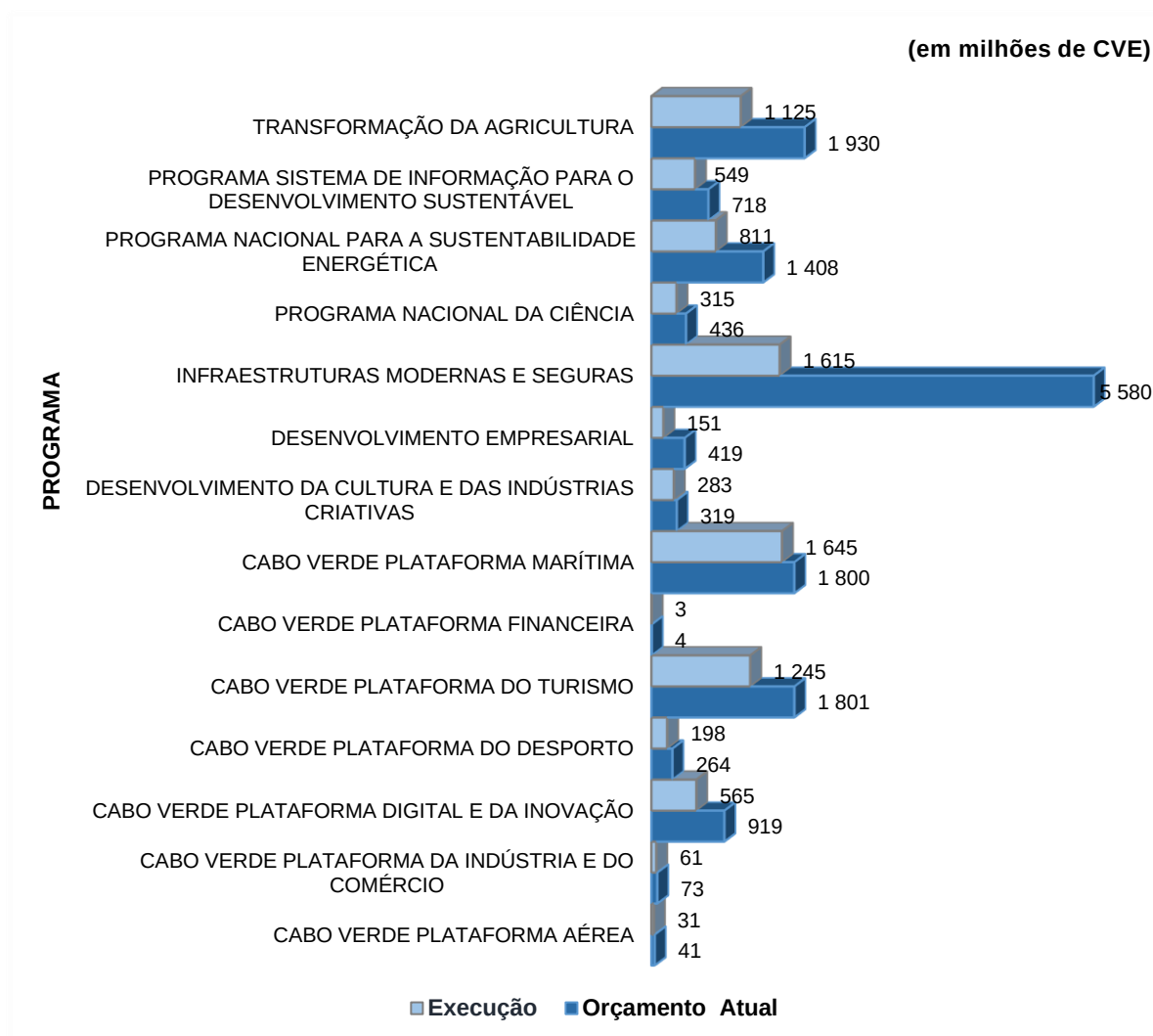
Gráfico N° 07 – Pilar Soberania: Programas e Recursos Executados



Fonte: DNOCP, elaborado a partir de dados do SIGOF

O Pilar “Economia” registou uma execução de 8.597,1 milhões de CVE (com um peso de 13,1% sobre o total). Do montante executado constatou-se que grande parte foi direcionado para os programas: “Cabo Verde plataforma marítima” (1.645,3 milhões de CVE), “Infraestruturas modernas e seguras” (1.615,2 milhões de CVE), “Cabo Verde plataforma de turismo” (1.245,2 milhões de CVE), “Transformação da agricultura” (1.124,6 milhões de CVE), “Programa nacional para a sustentabilidade energética” (811,4 milhões de CVE), “Cabo Verde plataforma digital inovação” (564,9 milhões de CVE), “Programa sistema de informação para desenvolvimento sustentável” (549,0 milhões de CVE), “Programa nacional da ciência” (315,4 milhões de CVE), “Desenvolvimento da cultura e das indústrias criativas” (282,6 milhões de CVE), “Cabo Verde plataforma do desporto” (197,5 milhões de CVE) e “Desenvolvimento empresarial” (151,2 milhões de CVE).

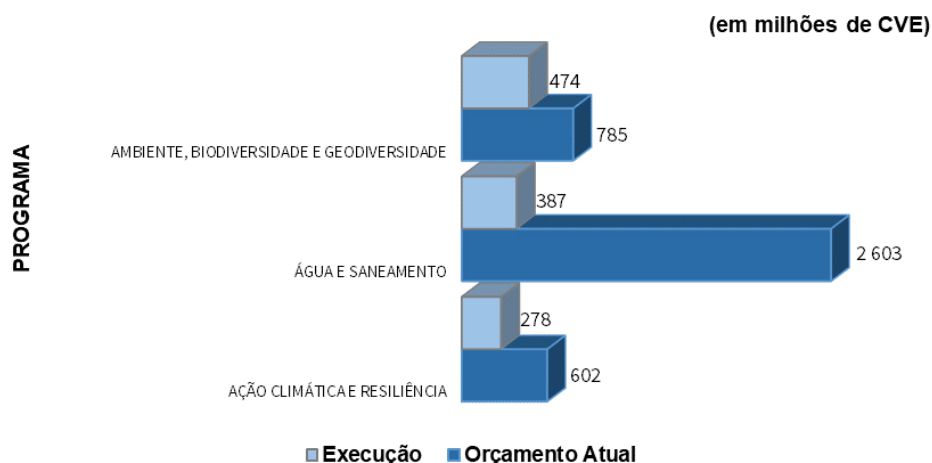
Gráfico N° 08 - Pilar Economia: Programas e Recursos Executados



Fonte: DNOCP, elaborado a partir de dados do SIGOF

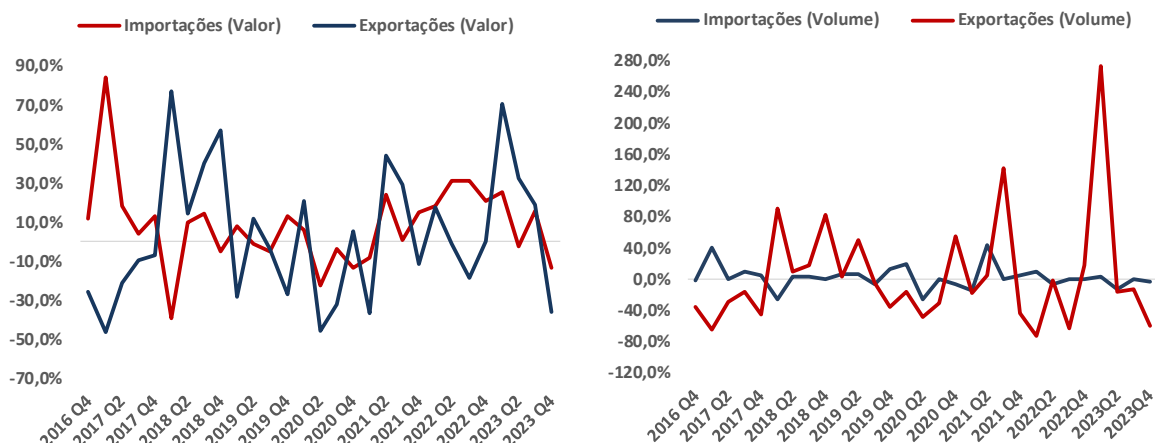
O Pilar “Ambiente” registou uma execução de 1.139,6 milhões de CVE (com um peso de 1,7% sobre o total). O montante executado foi canalizado para os 3 programas do pilar: “Ambiente, biodiversidade e geodiversidade” (474,5 milhões de CVE), “Água e saneamento” (387,1 milhões de CVE) e “Ação climática e resiliência” (278,0 milhões de CVE).

Gráfico N° 09 – Pilar Ambiente: Programas e Recursos Executados



Fonte: DNOCP, elaborado a partir de dados do SIGOF

Gráfico N°10 - Evolução do Comércio Externo

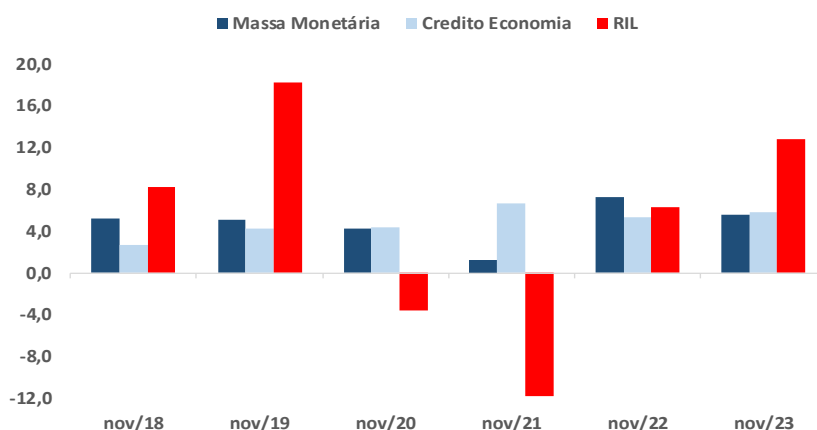


Fonte: Direção Geral das Alfândegas.

As importações de bens, caíram 13,6% em valor e 3,1% em volume, devido aos desempenhos registados nas categorias de bens de consumo (-7,7% e -3,8% em valor e volume, respetivamente), bens intermédios (-14,0% em valor e +2,4% em volume) e combustíveis (-28,6% e -17,1%, respetivamente). As importações de bens de capital reduziram 15,1% em valor e 25,7% em volume, podendo impactar a dinâmica dos investimentos privados, particularmente nos setores dos transportes, da construção civil, imobiliária e indústria.

Os dados acumulados do setor monetário disponíveis até novembro de 2023, mostram crescimento contínuo nos ativos monetários, particularmente dos ativos externos (+24,5%), originado um aumento de 5,5% da massa monetária (+7,3% em novembro de 2022).

Gráfico N° 11 - Evolução dos Indicadores Monetários



Fonte: BCV.

As reservas internacionais líquidas cresceram 12,8%, face ao período homólogo, no entanto garantindo 5,8 meses das importações estimadas para 2023. O crédito à economia cresceu 5,8%, tendo o crédito

ao setor privado crescido 5,5%, podendo impactar positivamente os investimentos privados, no período referente, apesar do aumento dos juros ativos, por parte do Banco de Cabo Verde.

Relativamente às Finanças Públicas, apesar dos impactos da crise internacional, no 4º trimestre de 2023 as contas públicas tendem para a consolidação, tendo registado provisoriamente um deficit de 0,3% do PIB projetado para o ano (-4,1% do PIB no período homólogo). O saldo corrente primário atingiu o montante de 9.242,4 milhões de CVE, correspondendo a um superavit de 3,6% do PIB (-265,7 milhões de CVE no período homólogo). Este resultado refletiu a evolução positiva das receitas totais (+23,1%), das despesas totais (+5,1%) e dos ativos não-financeiros (+5,7%). No 4º trimestre de 2023, o rácio stock da dívida pública/PIB representou provisoriamente 113,9% (125,7% no período homólogo), tendo a dívida externa atingido 77,9% do PIB e dívida interna 35,9% do PIB.

4. ANEXOS: Seguimento dos Produtos Programas por Objetivo Especifico

ÁGUA E SANEAMENTO

Objetivo	Objetivo Específico	PROJETO	PRODUTOS	Unidade	Meta Física	Valor observado	OBS: Execução física
				Medida	2022	2022	
Ob. Geral: Assegurar o direito à água e saneamento de forma justa, segura e inclusiva, garantindo o acesso e a acessibilidade aos serviços de água e saneamento para todos de boa qualidade, salvaguardando a igualdade de género, inclusão social, Saúde Pública e consequente melhoria das condições sociais, económicas e ambientais e o bem-estar das	Objetivo 1. - Até 2026- alcançar a 100% da população com acesso à água potável de forma, segura, inclusiva promovendo a igualdade de género e melhorar a acessibilidade e a qualidade dos serviços, principalmente nas zonas rurais. Objetivo 2. - Até 2026 alcançar 90% da população com acesso aos serviços de saneamento (rede de esgotos e fossas sépticas) de forma segura	70.01.02.01.167 - Aquisição e Instalação de Dessalinizadora Para Santiago e Boavista	Central de Dessalinização incluindo furos, reservatório de armazenagem, primeira estação elevatória e rede elétrica nos Povoados do Norte na Ilha de Boa Vista, instalado	data	dez	1	Concluída
			Rede de Adução e Distribuição de Água nos Povoados do Norte na Ilha de Boa Vista, instalados e reabilitados	km	12,1	12,1	
			Ligação Domiciliar nos Povoados do Norte na Ilha de Boa Vista, construídos	n.º	600	600	
			Captação de Água nos Povoados do Norte na Ilha de Boa Vista, reabilitado	n.º	2	2	
			Central de dessalinizadora incluindo furos, reservatório de armazenagem, primeira estação elevatória e rede elétrica em Ribeira da Barca para Santa Catarina e S. S. do Mundo e Tarrafal na Ilha de Santiago, instalado	n.º	2	1	Atividade 100% concluída exceto para Tarrafal verba insuficiente
			Rede de Adução e Distribuição de Água em Santa Catarina e	km	15,83		Atividade não contemplada

populações em todo o território nacional.	e inclusiva, promovendo a igualdade de género e melhorar a acessibilidade e a qualidade dos serviços principalmente nas zonas rurais.		Tarrafal na Ilha de Santiago reabilitado e construído				
			Ligação de Energia e Reforço de Capacidade da Rede elétrica em Santa Catarina na Ilha de Santiago, instalado	data	junho	1	Concluída
			Captação de Água em Santa Catarina na Ilha de Santiago, reabilitado	n.º	2	2	
			Estrada de acesso à dessalinizadora "Lém Rocha", Ribeira da Barca, Santa Catarina na Ilha de Santiago, reabilitado	km	1	1	
		70.02.01.01.93 - Sistema De Produção E Distribuição De Água Em Santiago	Estações de Dessalinização de águas salgada e salobra construídas, em Santiago	nº			Equipamentos informáticos adquiridos; Spot publicitário produzido; lista atualizado de indemnização aos proprietários dos terrenos Elaboração do procedimento e lançamento do concurso de empreitada; Novo scope do projeto.
			Reservatórios de armazenamento de água dessalinizada construídos, em Santiago	nº			
			Redes de adução e de distribuição de água dessalinizada melhoradas e construídas, em Santiago	km			
		70.02.01.01.95 - Projeto de Água e Saneamento de Bairros Periférico da Cidade da Praia	Rede de água potável construído, na Cidade da Praia	Km	5,51		Estudo do Impacto ambiental e Social aprovado; APD Concluído e aprovado; Documento do dossier do concurso da empreitadas elaborado e
			Rede de drenagem de águas residuais construído, na Cidade da Praia	Km	12		
			Ligações domiciliárias de água potável executadas, com foco em critérios sociais e de género	nº			

			Ligações domiciliarias de esgoto executadas, na Cidade da Praia, com foco em critérios sociais e de género	nº			aprovado pelo financiador
			Estação de Tratamento de Águas Residuais reabilitado, na Cidade da Praia	nº			
		70.02.01.02.37 - Abastecimento De Água E Saneamento De Águas Residuais Da Ilha De Santo Antão	Rede de água potável construído, em Santo Antão	km	6,25		Aquisição de contadores e acessórios em curso (Contrato assinado); Construção de 45 casas de Banho concluído; Construção do edifício do SAAS em Curso; Fornecimento, instalação e comissionamento de 6 sistema solar fotovoltaico ligado a rede no furo; Construção do dique de captação para a otimização do sistema de abastecimento de água no vale de Figueiral - Município de Paul; Aquisição de equipamentos informáticos (Concurso lançado); Aquisição de Camião limpa fossa (fase de avaliação das propostas); Estudo de impacte ambiental e social (Aprovado);
			Estação de Tratamento de Água Residuais construída, em Santo Antão	nº			
			Rede de drenagem de águas residuais construído, em Santo Antão	km	3		
			Ligações domiciliarias de água potável executadas, em Santo Antão, com foco em critérios sociais e de género	km			
			Ligações domiciliarias de esgoto executadas, em Santo Antão, com foco em critérios sociais e de género	km			

							Estudo de referência aprovado.
		Elaboração Do Plano Sanitário Da Cidade De S. Filipe (Aps E Apd)	Projeto de execução do sistema de Drenagem e Tratamento de Águas Residuais de São Filipe elaborado	data	dez		Execução 0% porque não houve assinatura e homologação do protocolo de financiamento, sem desembolsos do financiador(PT)
			Projeto encerramento/selagem da lixeira de SF Fogo elaborado	data	dez		
			Projeto piloto de valorização de resíduos elaborado, em São Filipe	data	dez		
			20 Gestores do Setor de Água e Saneamento capacitados com ações de formação nas áreas de nas áreas de gestão da água, saneamento de águas residuais, resíduos sólidos e integração de género	nº	4		
		Projeto Piloto De Economia Circular No Ciclo Urbano Da Água - Etar De Santa Cruz	Toolkit disponibilizado (Modelo técnico, económico e financeiro para disseminação do projeto piloto)	data			Estudo diagnóstico elaborado. Previsto execução das atividades para o período 2022 - 2023

	Objetivo 3- Até 2026 – alcançar 92,5% da população garantindo a promoção igualdade de género, com a cobertura do sistema de recolha Objetivo 4- Até 2026 alcançar 90% da população, garantindo a promoção da igualdade de género, que evacua os resíduos sólidos de forma adequada (colocados em contentores de lixo ou recolhidos diretamente por carros de lixo).	Apoio À Implementação Do Plano Operacional Intermunicipal De Gestão De Rsu De Sto. Antão	Dossiê (Projetos e Estudos de Avaliação de Impacte Ambiental) elaborado	data	31/dezembro		Execução 0% porque não houve assinatura e homologação do protocolo de financiamento, sem desembolsos do financiador(PT)
		70.01.02.01.160 Melhoria Da Gestão De Rsu	Pontos de deposição de resíduos eliminados	nº	152	acima de 152	Concluída
			Lixeiras de Miguel e Santa Cruz encerradas e requalificadas	nº	2	0	Elaboração do projeto de selagem de Lixeira de S. Miguel (100% Executado); Elaboração do projeto de selagem da Lixeira Santa Cruz (30%)
			Unidades de tratamento de resíduos construídos incluindo fornecimento de equipamentos	nº	2	2	Aterro controlado do Fogo (100% Executado) e equipamentos fornecidos; Aterro controlado de Santo Antão (100% Executado)
		70.02.01.01.117 Roadmap Dos Resíduos Em Cabo Verde- Fase 5 (Ilha santiago)	Plano operacional de Gestão de Resíduos da Ilha de Santiago elaborado	data	30/junho	30/junho	Plano operacional de gestão de resíduos da ilha de Santiago elaborado e socializado (100% Executado); Ação de formação dirigida aos técnicos municipais em Gestão Integrada de Resíduos realizada (100% Executado)

AMBIENTE, BIODIVERSIDADE E GEODIVERSIDADE

Objetivo	Objetivo Específico	PROJETO	PRODUTOS	Unidade	Meta Física	Valor observado	OBS: Execução física
				Medida	2022	2022	
Ob. Geral: Fomentar a coesão territorial, a qualidade e	Objetivo 1. - Até 2026, aumentar a superfície terrestre protegida para 21 % e a superfície marinha protegida para 9%, com implementação de 75% dos instrumentos de gestão para as áreas	Reforço da Capacidade Institucional na Implementação de Políticas de Intervenção em matéria de Qualidade Ambiental	Relatório Anual de Estado da Qualidade do Ambiente em Cabo Verde (REAQ-CV 2022) elaborado e aprovado desagregado por sexo e área geográfica (salvaguarda de direitos ambientais)	Nº	2023 (1)	20%	Em fase de elaboração do Relatório Anual de Estado da Qualidade do Ambiente em Cabo Verde (REAQ-CV 2022)
		Gestão e Conservação dos Espaços Naturais	Cadastro Nacional de Serviços Ecosistémicos sensível ao género e grupos específicos elaborado	Nº	2024		Sem dados relativos a este assunto
			Planos de Gestão de AP e AMP sensíveis ao género elaborados e revistos de forma participativa e aprovados		2023	10%	Em curso a elaboração de planos de gestão para 9 áreas protegidas (1 em Santa Luzia e ilhéus, 4 em BV, 2 no Sal 2 e santiago)
		Apoio à Consolidação das Reservas da Biosfera	Plano de Ação das Reservas da Biosfera Ilhas Fogo e Maio sensíveis ao género elaborados e revistos de forma participativa elaborados e aprovados		2024	40%	Em curso a elaboração do plano de comunicação (1º versão preliminar concluída, logótipos concluídos e 1ª versão da website concluído Plano de formação elaborado
		Gestão e Conservação dos Espaços Naturais	Relatórios Nacional sobre o Estado da Biodiversidade em Cabo Verde elaborado (Obrigação Global CBD) - Relatórios traduzidos e elaborados em Língua Portuguesa		2023	0%	Aguarda orientações da convenção (CBD)
			Rede de sítios com interesse geológico criada (salvaguarda		2025	0%	Sem início de atividade

sustentabilidade urbanas, a sustentabilidade ambiental, a ação climática e a resiliência e valorizar a biodiversidade e a geodiversidade. Este programa se enquadra no Pilar Ambiente.	protegidas sensíveis ao género.		implicação comunidades locais e género)				
			Decretos-Lei para a criação das áreas protegidas elaborados (salvaguarda de mecanismos de cogestão, participação comunitária e género)		2026	20%	- Em curso a atualização do DL 3/2003 de 24 de fevereiro; - Resolução n.º 36/2023 : » Conselho de Ministros Estabelece as condições de parcerias entre o Governo e as Organizações da Sociedade Civil (OSC) de cariz ambiental ou que tenham como um dos objetos a conservação e a preservação ambiental; Contudo aguarda o modelo de Governança - Decreto-lei nº 8/2022 : Estabelece medidas de conservação e proteção das espécies da flora e da fauna objeto de proteção especial, enquanto componentes da biodiversidade e parte integrante do património natural de Cabo Verde
		Informação e Educação para o Ambiente e Cidadania	Projeto da Agenda 21 Escolar Ilhas Fogo e Maio validado e implementado (perspetiva de género)		2	0%	Sem início de atividade
			Estratégia Nacional de Educação Ambiental 2023-2027 (utilizando uma abordagem igualitária e participativa) elaborada, aprovado e implementada		2023	0%	Prorrogado para 2024

		Reforço da Capacidade Institucional na Implementação de Políticas de Intervenção em matéria de Qualidade Ambiental	Livro Branco sobre o Estado do Ambiente em Cabo Verde (LBEA-CV Edições de 2023 e 2026) elaborados e divulgados (sensível ao género e acessível)		2023	0%	Sem início de atividade
		Centro de Educação Ambiental de Pedra Badejo	Centro de Educação Ambiental de Santa Cruz - Pedra Badejo instalado, equipado e operacional		2024	60%	Em curso a implementação do Centro de Educação Ambiental de Santa Cruz
	Objetivo Específico 2: Até 2026, aumentar para 7 os grupos de espécies prioritárias monitorizadas e preservadas (Tartarugas marinhas, Aves, Cetáceos, Seláceos,	Gestão e Conservação dos Espaços Naturais	Lista Vermelha das espécies atualizada		2024	50%	Planificou-se elaborar uma lista vermelha e um catálogo. Contudo o Catálogo está concluído aguarda aprovação
			Plano de Conservação e de Gestão dos Tubarões		2024	0%	Sem dados relativos a este assunto
		Requalificação de Praias Degradadas	Praias recuperadas Santiago e Praia Bandeira Azul-Praia de Santa Maria, ilha do Sal		2	0%	Esta componente está integrada dentro da Estratégia Nacional de Exploração de Inertes
		Gestão e Conservação dos Espaços Naturais	Regime jurídico de Avaliação Ambiental Estratégica elaborado e aprovado		1	100%	Concluído
		Implementação da Política sobre Saneamento Ambiental no Meio Rural e Urbano	Lei que regula a importação, produção e utilização de plásticos de uso único revista e aprovada		1		Concluído

	Corais, Répteis Terrestres, Flora Endémica)	Mitigação de Impacte Ambiental	Legislação sobre a exploração de massas minerais revista		2023	100%	<u>Decreto-lei o n.º 16/2023:</u> Procede à segunda alteração ao Decreto-lei n.º 3/2015, de 6 de janeiro, que define o regime jurídico de aproveitamento de massas minerais, compreendendo a sua exploração.
		Reforço da Capacidade De Monitorização Geofísica Em Cabo Verde	Sistema Nacional de Monitorização e Informação Geofísica (SNMIG) Operacional (Laboratório de Geofísica ampliado e operacional)		1(2022/23)	100%	Concluído
		Reforço da Capacidade De Monitorização Geofísica Em Cabo Verde	Informação Geofísica acessível			100%	Concluído
		Projeto Gestão Ambiental em Cabo Verde (Projeto NOVO)	Estratégia Nacional de Exploração de Inertes Aprovada sensível ao género			50%	Em fase de conclusão a Estratégia Nacional de exploração de Inertes

AÇÃO CLIMÁTICA E RESILIENCIA

Objetivo	Objetivo Específico	PROJETO	PRODUTOS	Unidade	Meta Física	Valor observado	OBS: Execução física
				Medida	2022	2022	
Ob. Geral: Fomentar a coesão territorial, a qualidade e sustentabilidade	Objetivo 1. - Até 2026, reduzir em 13% as emissões GEE em toda a economia, num cenário com Implementação do NDC	Programa de Apoio à Governança Climática e Ação climática - CVE/401 LuxDev	NDC e NAP atualizados e submetidos à UNFCCC em 2025		0%	0% Ainda não se deu início à atividade. É necessário decidir se é o projeto Ação Climática ou outra entidade a executar as atividades que conduzirão ao alcance deste resultado	Aprovação do Plano Nacional de Adaptação - NAP CV, elaborado em julho de 2021, ainda nesta vertente, de referir a realização de dois importantes estudos, a saber, o Estudo sobre a Variabilidade Climática e o Clima de Cabo Verde e o Estudo referente aos Cenários do Clima de Cabo Verde até 2075 e sua análise; Elaboração do Plano de Comunicação de Estratégia Climática de Cabo Verde (NDC e NAP-CV), em fase de aprovação. - Elaborado o Plano de Comunicação de Ação Climática que engloba ações de sensibilização e Educação Ambiental utilizando diferentes plataformas objetivando o aumento da literacia ao nível climático em Cabo Verde

urbanas, a sustentabilidade ambiental, a ação climática e a resiliência e valorizar a biodiversidade e a geodiversidade. Este programa se enquadra no Pilar Ambiente.			ETF (Enhanced Transparency Framework)		0%	15% de execução do BTR (relatório bienal de transparência. Em processo de elaboração no âmbito de uma consultoria.	Este valor (15%) corresponde ao ano 2023
			LT-LEDS 2050 projetado e aprovado		0%	25% de execução. Em elaboração no âmbito de uma consultoria. Foi validado o relatório inicial, aguarda a validação do relatório intermédio. Será concluído em 2024.	Este valor (25%) corresponde ao ano 2023
			Observatório Nacional do Clima criado		0%	0% foi realizada apenas uma avaliação de necessidade	
	Objetivo Específico 2: Até 2026, atingir 5 municípios (23% do total dos municípios) que implementam planos de adaptação	Planos Municipais de Adaptação às Mudanças Climáticas (Planos Municipais de Resiliência Climática)			0%	0% de execução. Contudo aguarda assinatura de contrato para início de execução. São 5 planos previstos para 5 municípios piloto Ribeira Brava (SN), Boa Vista, Praia, Mosteiros (Fogo) e Brava,	
		Relatórios bianuais do inventário de gases com efeito de estufa disponibilizados			0%	95% de execução. Em elaboração o 1º relatório (BUR) perspectiva de conclusão em outubro (Atualização do 1º Relatório Bienal)	Este valor (95%) corresponde ao ano 2023

	às mudanças climáticas para uma maior resiliência das comunidades mais vulneráveis.	Projeto Quarta Comunicação Nacional e 1 BUR	Quarta Comunicação Nacional elaborada e submetida		0%	75% de execução. Em elaboração a 4ª comunicação perspectiva de conclusão em dezembro	Este valor (75%) corresponde ao ano 2023 Estudos de consultorias que irão integrar o relatório da 4ª comunicação foram realizadas: - Estudo E diagnóstico sobre as Circunstâncias Nacionais; - Inventário nacional de gases com efeito de estufa; - Mitigação das alterações climáticas nos principais setores socioeconómicos; - Vulnerabilidade dos principais setores socioeconómicos às mudanças climáticas, - MRV – Medição, Relatórios e Verificação, - Entre outra panóplia de consultorias que conduzirão à elaboração da 4ª comunicação.
			Inventário de gases de efeitos de estufa elaborado		0%	90% de execução. Em elaboração o 4º inventário nacional de gases de efeito de estufa (GEE) será apresentado em atelier de socialização no dia 11 de outubro de 2023 com efeito de recolha de subsídios	

						objetivando a sua consolidação	
		Sistema de monitorização da qualidade do ar	Sistema Nacional de Monitorização da Qualidade do Ar completo instalado		0	50% execução	Sistema de monitorização de qualidade do ar instaladas e operacionalizadas (80%); • Dados da qualidade do ar nos centros urbanos recolhidos e analisados (80%); • Técnicos capacitados para dar resposta às exigências do sector, com ênfase na equidade de género (0%); • Campanha de sensibilização nas comunidades, sobre a poluição do Ar garantindo a presença de mulheres e jovens (0%); • Normas para gestão de qualidade de ar Criadas(20%) ; (Localização: Cabo Verde);
	Objetivo Específico 3: Até 2026, aumentar para 70% a cobertura da população com acesso à informação e alertas climáticos	Sistema integrado de informação atmosféricas para monitorização e prevenção de riscos climáticos e ambiental	Sistema integrado de informação atmosféricas para monitorização e prevenção de riscos climáticos e ambientais instalado			25%	45% de Execução

		Rede nacional de monitorização do nível do mar*	Rede nacional de monitorização do nível do mar criada		0	0%	(Ainda não possuem sensores necessários)
--	--	---	---	--	---	----	--

PROGRAMA NACIONAL DA CIÊNCIA

	Objetivo específico	Projeto	Produtos	Unidade Medida	Meta Física 2022	Valor Observado	Observação Execução Física
Contribuir para o aumento da produção e do rendimento das famílias agrícolas e rurais	Aumentar a produtividade e a rentabilidade das explorações hortofrutícolas e pecuárias, com recurso a pacotes tecnológicos e mecanização agrícola (maquinarias agrícolas, agricultura de precisão e digitalizada).	Investigação aplicada no sector agropecuário e melhoramento de variedades vegetais e animais adaptados	Pacotes tecnológicos agropecuários adotados	Nº	15	16	Metas superadas
			Pragas e doenças controladas através da luta integrada	Nº	5	8	
			Sementes e materiais vegetais produzidos	kg	100	185,6	
			Serviços de investigação veterinária disponíveis	Nº	1	0	Laboratório de veterinária em processo de reabilitação
			Acessos de recursos fitogenéticos agroalimentares reforçados e conservados no banco de sementes do INIDA	Nº	400	404	Meta alcançada
			Catálogos e bancos de dados da biodiversidade terrestre são atualizados e publicados	Nº	1	1	1 catálogo de espécies endémicas e espécies ameaçadas em elaboração
		Resiliência do setor agrário com as mudanças climáticas	Laboratório de Investigação veterinária operacional	%	40	0	Projeto de arquitetura e engenharia do laboratório de veterinária em fase final de elaboração.
			Reabilitação e adaptação da infraestrutura de produção e conservação de sementes agrícolas de São Domingos	%	100	50	Cerca de 50% das obras executadas. A reabilitação não foi concluída devido ao montante atribuído insuficiente.

			Aquisição de equipamentos para o banco de sementes do INIDA em São Domingos e São Jorge	%	100	0	Procura no mercado internacional e contacto de possíveis fornecedores, para o lançamento de concurso
			Instalação de uma unidade de produção e multiplicação de plantas in vitro em São Jorge	%	100	0	A verba foi alocada à reabilitação do laboratório de veterinária, para complementar verba atribuída que é insuficiente
		Reforço da capacidade de adaptação e resiliência do setor agropecuário aos efeitos das alterações climáticas	Área cultivada com agricultura orgânica aumentada	ha	0,25	0,32	Meta superada
		Valorização do agroturismo e ecoturismo de São Jorge dos órgãos: capacitação do jardim botânico e do centro interpretativo	Jovens empreendedores agroturismo capacitados	Nº	30	0	Atraso na execução do projeto. A formação a ser executada está integrada no plano de marketing que se encontra em elaboração.

PROGRAMA TRANSFORMAÇÃO DA AGRICULTURA

	Objetivo específico	Projeto	Produtos	Unidade Medida	Meta Física 2022	Valor Observado	Observação Execução Física
	OBJETIVO 1: Até 2026, aumentar anualmente, em pelo menos 15 % o VAB do setor agrícola	Diversificação de Culturas e Capacitação Técnica	Área hortofrutícola de sequeiro instalada	Há	2,59		
			Agricultores beneficiados com novas tecnologias de produção (gota a gota)	Nº	3000		
			Agricultores formados e sensibilizados (uso adequado das novas tecnologias)	Nº	100		

	e o rendimento dos produtores		Fruteiras produzidas e fixadas	Nº	69860		
		Reforço do Sistema de Inspeção e Quarentena Zoo-Fitossanitária	Produtos inspecionados	Ton	160 369,84		
		Campanha Agrícola e Fitossanitária	Material de campanha fitossanitária adquirida e disponibilizada aos agricultores	Ton./Nº	Sêmea - 30 T Pesticida - 2,52 T Atomizador - 20 ferramontas - 2000		
			Agricultores sensibilizados (gestão de pragas das culturas pluviais)	Nº	3000		
			Área tratada e/ou contemplada com medidas de controlo de pragas (sequeiro)	Nº	2000		
		Melhoramento de Raças	Animais da espécie bovina disponibilizados	Nº	5		
			Animais de espécie cunícola disponibilizados	Nº	117		
			Cobrições entre as reprodutoras bovinas e touro de raça melhorada efetuados	Nº	30		
		Vigilância Epidemiológica, Controle Sanitário e Luta Contra as Principais Doenças	Plano de controlo de doenças implementado	Nº	2		
			Amostras biológicas analisadas	Nº	224		
			Criadores beneficiados com assistência zootécnica	Nº	5000		
			Animais assistidos	Nº	40 000		

		Programa de Promoção de Oportunidades Socioeconômicas Rurais (Poser)					
		Programa de Promoção de Oportunidades Socioeconômicas Rurais(Poser Clima)					
	OBJETIVO 2: Até 2026, recuperar 6942 ha de terras degradadas, com boas práticas de conservação de solos e água, florestação e reflorestação	Mobilização de agua para rega, Correção Torrencial e Desenvolvimento Agro-silvo-pastorícia	Infraestruturas de mobilização de água construídas	nº			
			Área restaurada com infraestruturas de CSA e correção torrencial	Há			
			Infraestruturas de mobilização de água reabilitada	Nº			
			Infraestruturas de correção torrencial reabilitada	Nº			
			Infraestruturas de correção torrencial construídas	m3			
		Reflorestação e Manutenção dos Perímetros Florestais	Novas áreas florestais criadas	Há			
			Plantas fixadas	Nº			
			Infraestruturas mecânicas e biológicas de CSA construídas	Nº			
			Infraestruturas mecânicas e biológicas de CSA reabilitadas	Nº			
		Ordenamento e Valorização das Bacias Hidrográficas de S. João Baptista, Rª Grande de SA e Rª de Calhau de BV	Infraestruturas de mobilização de água construídas	Nº			
			Área restaurada com infraestruturas de CSA e correção torrencial	m2			
			Infraestruturas de correção torrencial construídas	Nº			
			Áreas florestais recuperadas	me			
			Reservatórios construídos	Nº			

			Reservatórios reabilitados	Nº			
			Produtores agrícolas formados	Nº			
			Produtores agrícolas sensibilizados e informados	Nº			
			Novos perímetros irrigados criados	m2			
			Estradas Construídas	Km			
		Ordenamento e Valorização da Bacia Hidrográfica de São João Baptista	Infraestruturas de mobilização de água construídas	m3			
			Área restaurada com infraestruturas de CSA e correção torrencial	Nº			
			Infraestruturas de correção torrencial construídas	Km			
			Áreas florestais recuperadas	Nº			
			Reservatórios construídos	Nº			
			Reservatórios reabilitados	Nº			
			Estradas Construídas	Km			
			Produtores agrícolas formados	Nº	60		
			Produtores agrícolas sensibilizados e informados	Nº	300		
			Novos perímetros irrigados criados	m2			
		Conservação e Uso Sustentável dos Recursos Florestais face às mudanças climáticas	Infraestruturas mecânicas e biológicas de CSA reabilitadas	ha	98		
			Ecossistemas restauradas	ha	20		
			Plantas fixadas	nº	38750		
			Mulheres e jovens sensibilizados no aproveitamento racional dos produtos florestais lenhosos e não lenhosos	nº	-		
			Plantas fixadas	nº	67950		

		Recuperação de áreas florestais degradadas e reforço de capacidade institucional	Ecosistemas restauradas	ha	29		
			Perímetros florestais reabilitados	ha	232		
			Infraestruturas mecânicas e biológicas de CSA construídas	ha	103		
			Infraestruturas mecânicas e biológicas de CSA reabilitadas	ha	30		
			Comunidades formadas sobre proteção das florestas	nº	-		
	OBJETIVO 3: Até 2026, aumentar anualmente em 10% o valor dos produtos agropecuários locais no mercado turístico	KR XX - Resiliência do Setor Agrário com as Mudanças Climáticas	Organização de produtores (cooperativas agropecuárias) criadas e funcionais	2			
			Plataforma de cadastro de produtores agrícolas disponibilizada	1			
			Unidades Móveis de assistência técnica disponibilizada	2			
			Perímetros irrigados com sistema de rega modernizada	12			
			Produtores rurais, alunos e professores sensibilizados em matéria de segurança	804			
			Infraestruturas de mobilização de água construídas	-			
			<i>Reservatórios construídos e acessórios</i>	5			
			<i>Perfurações construídos</i>	-			
			<i>Perfurações equipados</i>	2			
			Infraestruturas de mobilização de água reabilitadas	-			

			Reservatórios reabilitados	8			
			Produtores agrícolas formados	240			
			Produtores agrícolas sensibilizados e informados	1755			
			Produtores agrícolas capacitados em matéria de organização cooperativa e empresarial	150			
			Técnicos formados	70			
			Estações meteorológicas automáticas instaladas e funcionais	1			
			Infraestruturas de produção e conservação de sementes reabilitadas	-			
			Laboratório veterinário reabilitado	1			
			Banco de sementes instalados e equipados	-			
			Unidades de produção e multiplicação de plantas in vitro instaladas	-			
			Currais construídos	18			
			Estufas adquiridas e instaladas	3			
		Promoção e Valorização de Cadeias de valor Agrícola	Campo Escola do produtor implementados	Nº	16		
			Produtores agrícolas capacitados)produção, transformação e comercialização de produtos agrícolas)	Nº	200		
			Feiras agropecuárias realizadas	Nº	6		

			Intercâmbios de técnicos e agricultores realizados	Nº	3		
			Produtores agrícolas formados no domínio da agricultura biológica,	Nº	100		
		Sistema de Segurança Alimentar e Nutricional	Relatório do inquérito nacional sobre a vulnerabilidade alimentar e nutricional das famílias produzido	Nº	0		
			Ficha de comunicação e identificação de zonas e populações em estado de insegurança alimentar aguda produzida através do quadro harmonizado	Nº	0		
	OBJETIVO 4: Assegurar o acesso regular e permanente da população a uma alimentação suficiente, segura, saudável e nutritiva, reduzindo a insegurança alimentar em menos de 20% no		Anuário de segurança alimentar e nutricional elaborado	Nº	1		
		Governança de Segurança Alimentar e Nutricional	Deliberações das reuniões ordinárias e extraordinárias do Conselho Nacional para a Segurança Alimentar e Nutricional	Nº	0		
			Elaboração de EBOOK sobre alimentação saudável		0		
			Estratégia Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional elaborada	Nº	1		
		Gestão dos Silos	Informações do mercado dos produtos alimentares de 1ª necessidade divulgadas periodicamente, através de boletins	Nº	82		

	horizonte 2021		Estratégia Nacional de Stock de Segurança Alimentar elaborada	Nº	1		
			Instrumentos de Gestão e Controle de Stock de Segurança Alimentar dos PAPN elaborados	Nº	0		

JUSTIÇA E PAZ SOCIAL

OBJETIVO ESPECÍFICO	PROJETO/UNIDADE	PRODUTO	UNIDADE			
				2022	2023	Ponto de situação
<u>Objetivo específico 1</u> - Até 2026, Garantir o	50.03.01.00.28 - Garantir assistência judiciária	Serviços de assistência Judiciária disponibilizados, em todo território nacional	Taxa	100%	100%	Entregue a 100%, a todos os requerentes que preenchem os requisitos pré-definidos
	50.03.01.00.36 - Comunicação Global - Informação Jurídica	Serviços da informação jurídica disponibilizados, em todo território nacional e nos centros de apoio às vítimas de VBG (CAV)	Taxa	100%	100%	Entregue através de sessões públicas e a todos os requerentes de informação jurídica.
		Sistema de informação estatístico do setor de Justiça implementado	Sistema	0%	50%	Por iniciar a concepção. Já foi contratado estatístico e formado técnicos das diferentes direções que trabalham com dados sobre as estatísticas internas.

acesso à justiça e aos direitos fundamentais , a 100% dos cidadãos , assegurando a igualdade do género	50.03.01.00.33- Projeto Reforma E Acompanhamento Legislativo	Diplomas Legais Criados ou Revistos	Diplomas	4	6	Concluída e aprovada; a Alteração da Lei de Nacionalidade e a Lei que cria o Tribunal da Comarca de São Miguel. Estão concluídos e aguardando aprovação: a Proposta de alteração da Lei de alteração da lei de Organização, Competência e Funcionamento dos Tribunais Judiciais; Proposta de lei que regula a vigilância eletrónica(pulseira eletrónica; A lei do Contencioso Administrativo; Proposta de lei que cria aprova o PCCS do Instituto de Medicina Legal; Proposta de Lei que regula o Regime das Sucessões, Proposta de lei que cria o sistema de informação de justiça e aprova o novo regime jurídico geral de tramitação eletrónica; Proposta de criação dos Estatutos da Inspeção judicial e do
--	--	-------------------------------------	----------	---	---	---

						Ministério público; Proposta de alteração dos Estatutos dos Magistrados Judiciais e do Ministério Público; a Proposta de lei que visa a desjudicialização de atos e processos, Proposta de alteração da Lei nº38/VII/2009, de 20 de abril, alterada e republicada através da lei n.120/VII/2016, 24 de março que estabelece as medidas destinadas a prevenir e a reprimir o crime de lavagem de capitais, bens e valores, bem como o seu agravamento e revisão da lei n.º 27/VIII/2013, 21 de janeiro, alterada e republicada através da lei n.º119/VIII/2016, de 24 de março, que estabelece as medidas de natureza preventiva e repressiva contra o terrorismo, seu financiamento, e a proliferação de armas de destruição em massa, Proposta de alteração do Código eleitoral.
		Diplomas legais contra discriminação da população LGBTIQ+ criados	Diplomas	0	0	

	50.03.01.00.37- Instalação Do Instituto De Medicina Legal E Ciências Forenses	Perícias de DNA realizadas	Perícias	0	1000	O Instituto Nacional de Medicina legal foi instalado no mês de julho de 2023, foram nomeados o Conselho Diretivo (A Presidente e um Vogal) e está em curso a proposta de lei que aprova o PCCS do pessoal afeto ao Instituto. Até ao presente momento tem o Instituto funcionado com um médico legista, um perito em medicina legal e ciências forenses e uma técnica de tanatologia, prestando os seguintes serviços: Autopsia, tendo sido efetuados 14 autópsias entre os meses de julho a setembro de 2023, exames de sanidade, e exames sexuais, tendo sido no total feitos 79 exames, 50 de sanidade e 28 sexuais, e um exame não classificado, entre os meses de julho a outubro de 2023.
--	--	----------------------------	----------	---	------	---

	50.03.01.00.38 - Prevenção E Combate Ao Trafico De Pessoas E Apoio As Vítimas	Plano Nacional Contra o Tráfico de Pessoas (PNCTP) implementado	Taxa	20%	50%	O Plano Nacional Contra o Tráfico de Pessoas (PNCTP) já foi elaborado e aguarda aprovação.
		Vítimas do Crime de Tráfico das pessoas apoiadas	Taxa	100%	100%	Foi apoiada uma vítima.
	50.03.01.01.48 - Comissão De Programas Especiais De Segurança	Pessoas/Testemunhas Protegidas	Pessoas	0	10	Sem pedidos.
	40.10.15.01.03 - Comissão de Coordenação do Combate ao Crime Organizado	Apoio técnico e Acompanhamento de Políticas de Combate ao Crime Organizado concedidos e ou/realizados	Processos	0	100%	Foi elaborada o diploma que estabelece as atribuições, organização e funcionamento da Comissão de Coordenação e Combate ao Crime Organizado(CCO), mas a comissão ainda não está operacional.
	40.10.15.01.04 - Comissão de Prevenção e Combate à Violência	Apoio técnico e Acompanhamento de Políticas de Combate ao Crime de Violência Baseada no Gênero e Crimes de Violência Sexual Contra Menores concedidos e ou realizados	Processos	0	100%	Foi elaborada o diploma que estabelece as atribuições, organização e funcionamento da Comissão de Prevenção e Combate à Violência (CPCV), mas a comissão ainda não está operacional.
	50.03.01.00.39 - Centro de Formação Jurídica e Judiciária	Agentes de Justiça formados, integrando módulo de gênero e Direitos Humanos (Magistrados , Conservadores, etc.)	Agentes de Justiça	0	20	Está em curso uma consultoria visando a elaboração do Estudo para Criação e Implementação do Centro de Formação Jurídica e Judiciária e o Relatório Preliminar já foi entregue.

<u>Objetivo específico 2-</u> Até 2026, 30% de processos submetidos a mediação ou arbitragem	50.03.01.00.09-Implementar A Mediação	Mediadores e árbitros formados em todos os conselhos do país	Mediadores	0	10	Já se encontram formados 13 (Treze) árbitros e 25 (vinte e Cinco) mediadores
---	---------------------------------------	--	------------	---	----	--

resolvidos por meio de conciliação.		Serviço de mediação e arbitragem funcional, em todo território nacional	Serviços	0	6	Contamos instalar o Centro Nacional de Mediação e Arbitragem ainda este ano.
		Processos resolvidos por via da mediação/arbitragem	Processos	0	10%	Aguarda a criação de todas as condições para o arranque da prestação de serviço de mediação e arbitragem aos interessados.
<u>Objectivo específico 3</u> - Até 2026, Garantir o acesso online dos cidadãos a 80 % dos serviços dos RNI, promovendo a	50.01.02.01.01 - Criar O Sitema Front-Office,Back- Office A Nível Nacional	Serviços da RNI com Imagem e procedimentos uniformizados e padronizados	Serviços RNI	70%	80%	A esta parte temos apenas 4 serviços da RNI que carecem de uniformização de imagem, sendo que em todos os procedimentos encontra-se uniformizados e padronizados.
	50.01.02.01.10 - Formação Rni	Funcionários RNI capacitados	Funcionários	33	50	Foram ministradas as seguintes formações : • Comercial e automóvel – 42 funcionários • Plataforma garantia de bens moveis- 27 funcionários • Arquivismo – 59 funcionários • Registo civil- 52 funcionários • Reforço de capacitação de atendimento ao público com inteligência emocional - 229 funcionários

igualdade de género.	50.01.02.01.07 - Promoção Do Registo À Nascimento	Registo à Nascimento nas unidades hospitalares realizados	Registos	100%	100%	Entregue correntemente, pois tem sido realizados registos á nascença em todas as unidades hospitalares.
	50.01.02.01.20 Reforma dos livros RNI	Livros extratados e indexados	Livros	396000	396000	Foram digitalizados 105.393 Processos de Bilhete de identidade e 22.235 Processos dos Registos Centrais .

	50.01.02.01.21 - Registo Notariado Mais Perto Dos Utentes	Serviços dos RNI disponibilizados e acessíveis digitalmente	Certidões/Certificados online	10%	30%	Foi desenvolvido o Portal da Justiça: oferecendo mais de 11 serviços online na primeira fase, incluindo certidões de nascimento, casamento, perfilhação, óbito, registo criminal, registo predial, registo comercial atualizado, registo automóvel, renovação do CNI, agendamento de serviços presenciais, e contraprova”. Para a 2ª fase do Portal estão identificados + 16 serviços e que estão inscritos no Plano Estratégico para Governação Digital e o respetivo Plano de Ação.
<u>Objetivo específico 4</u> - Até 2026, atingir uma	50.03.01.02.17 - Centro Internamento De Menores Em Conflito Com A Lei	Técnicos do CSEOP capacitados, incluindo a dimensão do género e direitos humanos.	Técnicos capacitados	50%	60%	Em 2022, foram ministradas um total de 16 formações a nível nacional, contemplando um total de 532 reclusos, 1 Agente de Segurança Prisional, 2 educandos e 24 Técnicos do CSEOP.
		Educandos do CSEOP capacitados, incluindo a dimensão do género e direitos humanos	Educandos capacitados	50%	60%	Em 2023, já foram ministradas um total de 20 formações a nível nacional, contemplando um total de 617 reclusos, 13 Agentes de Segurança Prisional, 36 Educandos e 28 técnicos do CSEOP.

taxa de Reinserção Social dos Ex reclusos de 50% e diminuir a taxa de reincidência para 25%	50.03.01.00.09 - Implementação Do Plano De Reinserção Social	Técnicos de Reinserção Social capacitados, incluindo a dimensão do género e direitos humanos	Técnicos capacitados	50%	60%	Formação na área de Reinserção Social aos Técnicos a nível nacional
		Formações pessoal e profissional para reclusos sob pena efetiva e em liberdade condicional realizadas	Formações	20%	30%	Está em andamento em todos os Estabelecimentos Prisionais, 17 (dezassete) ações de formações em diversas áreas, mais concretamente em Condução Auto, Técnicas de Agricultura nível II, Arbitragem de futebol, Bate-Chapa e Pintura (em 2 cadeias), Eletromecânica Auto, Autossuficiência, Dirigente Desportivo, Barbearia, Informática,

						Línguas Estrangeiras, Educação Financeira, Geração de Ideias de Negócio (GIN), Planeamento e Início de Negócio (PIN), Construção Civil (em 3 cadeias) contemplando um total de 586 reclusos.
		Reclusos sob pena efetiva e em liberdade condicional capacitados	Reclusos capacitados	20%	30%	Dados não e encontram desagregados
		Arguidos com pena e trabalhos a favor Comunidade aplicados	Arguidos	50%	80%	Tem sido aplicado penas de trabalho a favor das comunidades , ainda que de forma incipiente .
	50.03.01.02.10- Formação de guardas prisionais	Agentes capacitados a nível de segurança prisional, incluindo a dimensão do género e direitos humanos	Agentes capacitados	20%	50%	Os ASP de Nível I e Nível II foram capacitados nas áreas de Inteligência prisional., Armamento e tiro, Gestão e mediação de conflitos, Informática. Preparo físico e os de Nível II com formação na área de Gestão Prisional.
	50.05.01.03.59 - Sistema Prisional Seguro	Equipamentos de segurança adquiridos	Números	70%	80%	Foram adquiridos equipamentos de , controlo de acesso (Pórticos) e meios e deteção de materiais proibidos (raio X) , equipamentos de comunicação interna (rádios transmissores) e bloqueadores de sinal de Telemóvel.
		Sistema de monitorização espacial de todas Cadeias do País instalados e geridos	Números	80%	90%	Instalação de sistemas de videovigilância em todas as cadeias (exceto na Cadeia Regional de Ponta do Sol, prevista para 2024),.

	50.03.01.02.16 - Sustentabilidade das Cadeias	Instrumentos complementares de Produção de Bens e serviços instalados	Números	20%	50%	Foram incrementados a produção tanto agrícola como pecuária na Cadeia do Sal, Cadeia de São Vicente e Cadeia da Praia.
<u>Objetivo específico 5</u> -Até 2026 , atingir o Rácio de processos julgados/(Entrados +Transitados) nos Tribunais igual a 65%.	40.10.33.01 - Tribunal Constitucional	Processos julgados nos Tribunais/Juízos	Processos	60%	61%	Vide RSJ MJ 2022/2023
				35%	32%	S/ dados
	40.10.30.06.07- Tribunal da Boa Vista			60%	61%	Vide RSJ MJ 2022/2023

				35%	32%	S/ dados
				60%	61%	Vide RSJ MJ 2022/2023
	40.10.30.06.12 - Tribunal da Brava			35%	32%	S/ dados
				60%	61%	Vide RSJ MJ 2022/2023
	40.10.30.06.15 - Tribunal da Ponta do Sol			35%	32%	S/ dados
				60%	61%	Vide RSJ MJ 2022/2023
	40.10.30.06.04 - Tribunal de Santa Catarina			35%	32%	S/ dados
				60%	61%	Vide RSJ MJ 2022/2023
	40.10.30.06.13 - Tribunal de São Domingos			35%	32%	S/ dados
				60%	61%	Vide RSJ MJ 2022/2023
	40.10.30.06.09 - Tribunal de São Filipe			35%	32%	S/ dados
				60%	61%	Vide RSJ MJ 2022/2023
	40.10.30.06.11 - Tribunal de São Nicolau			35%	32%	S/ dados
	8-Tribunal de São Vicente			60%	61%	Vide RSJ MJ 2022/2023

				35%	32%	S/ dados
	40.10.30.06.05 - Tribunal de Santa Cruz			60%	61%	Vide RSJ MJ 2022/2023
	40.10.30.06.16 - Tribunal do Paul			35%	32%	S/ dados
	40.10.30.06.08- Tribunal do Maio			60%	61%	Vide RSJ MJ 2022/2023
<u>Objetivo específico 6</u> -Até 2026 , reduzir os processos pendentes nos tribunais há mais de 3 anos para 20%.	40.10.30.06.14 - Tribunal do Porto Novo			35%	32%	S/ dados
	40.10.30.06.03 - Tribunal do Sal			60%	61%	Vide RSJ MJ 2022/2023
	40.10.30.06.06 - Tribunal do Tarrafal			35%	32%	S/ dados
	40.10.30.06.10 - Tribunal dos Mosteiros			60%	61%	Vide RSJ MJ 2022/2023
				35%	32%	S/ dados
				60%	61%	Vide RSJ MJ 2022/2023
				35%	32%	S/ dados
				60%	61%	Vide RSJ MJ 2022/2023

				35%	32%	
	40.10.30.06.01 - Tribunal da Praia			60%	61%	Vide RSJ MJ 2022/2023
	40.10.30.06.17- Tribunal De Relação De Barlavento			35%	32%	
	40.10.30.06.17- Tribunal De Relação De Barlavento			60%	61%	Vide RSJ MJ 2022/2023
	40.10.30.06.17- Tribunal De Relação De Sotavento			35%	32%	
	40.10.15.20.13.22 - Supremo Tribunal De Justiça			60%	61%	Vide RSJ MJ 2022/2023
	40.10.15.20.13.21 – Tribunal Fiscal e Aduaneiro de Barlavento			35%	32%	
	40.10.15.20.13.20 – Tribunal Fiscal e Aduaneiro de Sotavento			60%	61%	Vide RSJ MJ 2022/2023
	Tribunal de pequenas causas de Barlavento			35%	32%	
				60%	61%	Vide RSJ MJ 2022/2023
				35%	32%	
				60%	61%	Vide RSJ MJ 2022/2023
				35%	32%	
				60%	61%	Vide RSJ MJ 2022/2023

				35%	32%	
	Tribunal de pequenas causas de Sotlavento			60%	61%	Vide RSJ MJ 2022/2023
				35%	32%	
<u>Objetivo específico 7</u> -Até 2026, Reduzir os processos pendentes no Ministério Público em 80%.	40.10.32.05.07- Procuradoria da Boa Vista	Processos resolvidos nas Procuradorias	Processos	4º%	23%	Vide RSJ MP 2022/2023
				36	34	
	40.10.32.05.12- Procuradoria da Brava			4º%	23%	Vide RSJ MP 2022/2023
				36	34	
	40.10.32.05.15- Procuradoria de Ponta do Sol			4º%	23%	Vide RSJ MP 2022/2023
				36	34	
	40.10.32.05.04 - Procuradoria de Santa Catarina			4º%	23%	Vide RSJ MP 2022/2023
				36	34	
	40.10.32.05.13- Procuradoria de São Domingos			4º%	23%	Vide RSJ MP 2022/2023
				36	34	
	40.10.32.05.09 - Procuradoria de São Filipe			4º%	23%	Vide RSJ MP 2022/2023

				36	34	
	40.10.32.05.11- Procuradoria de São Nicolau			4%	23%	Vide RSJ MP 2022/2023
				36	34	
	40.10.32.05.02- Procuradoria de São Vicente			4%	23%	Vide RSJ MP 2022/2023
	40.10.32.05.05- Procuradoria de Santa Cruz			36	34	
				4%	23%	Vide RSJ MP 2022/2023
	40.10.32.05.16- Procuradoria do Paul			36	34	
	40.10.32.05.14- Procuradoria do Porto Novo			4%	23%	Vide RSJ MP 2022/2023
	40.10.32.05.03 - Procuradoria do Sal			36	34	
	40.10.32.05.06- Procuradoria do Tarrafal			4%	23%	Vide RSJ MP 2022/2023

Objetivo específico 8
- Até 2026, reduzir o tempo médio de tramitação processual para 18 meses.

				36	34	
	40.10.32.05.10 - Procuradoria dos Mosteiros			4%	23%	Vide RSJ MP 2022/2023
	40.10.32.05.08- Procuradoria do Maio			36	34	
	40.10.32.05.01 - Procuradoria da Praia			4%	23%	Vide RSJ MP 2022/2023
	40.10.32.05.18 - Procuradoria Do Circulo De Barlavento			36	34	
	40.10.32.05.17 - Procuradoria Do Circulo De Sotavento			4%	23%	Vide RSJ MP 2022/2023
				36	34	
				4%	23%	Vide RSJ MP 2022/2023
				36	34	
<u>Objetivo específico 9</u> -Até 2026, modernizar em 80% os serviços da Polícia Judiciária, dando maior	50.05.01.03.38 Modernização Laboratório Área Biologia - DNA	Material Genético para feitura de testes DNA recolhidos	Material Genético	1000	1500	
		Técnicos capacitados/especializados para o Laboratório DNA	Técnicos capacitados/especiali- zados	5	10	A PJ tem dado passos significativos na formação dos seus profissionais, desde a colaboração com entidades internacionais, como o FBI e DEA, EUA, até formações localizadas

cientificidade na investigação criminal.						ministradas pela Interpol e Civipol. Adicionalmente, a formação linguística amplia a capacidade de
--	--	--	--	--	--	---

						colaboração internacional, com a inscrição de inspetoras em cursos de inglês.
	50.05.01.03.37 Modernização sistema recolha e tratamento vestígios - PJ	Técnicos capacitados/especializados no tratamento vestígios - PJ	Técnicos capacitados/especializados	5	5	Implementação de aparelhos portáteis para efeitos de recolha de impressões digitais in loco e aquisição de aparelhos (signature PAD) para assinatura eletrónica no sistema SIIC, doação da Embaixada da China;
		Testes de vestígios realizados	Testes	150	200	
	50.05.01.03.63 Aquisição De Sistema Afis E Modernização Laboratório Policia Tecnica	Fichas de cadastro policial digitalizados Sistema Afis	Fichas /percentagem	20%	40%	
		Técnicos capacitados/especializados no Sistema Afis	Técnicos capacitados/especializados	20	25	
		Manutenção e Licença de funcionamento o sistema AFIS renovado	Data	2022	2023	Com o financiamento da UE e apoio da INTERPOL irá ser reativado o Afis ainda este ano, aguarda-se a chegada dos técnicos. Inscrição orçamental para o ano de 2024 do montante destinado a pagar o contrato de manutenção, que sempre foi um grande constrangimento no funcionamento do Sistema

	50.05.01.03.39 - Instalação e Funcionamento do Centro de Colheita e Recolha de Dados Policiais - CCRDP	Dados Policiais recolhidos	Fichas de recolha	1000	2000	Em 2023 foi inaugurado na sede da PJ o Centro de Coleta e de Registo de Dados Policiais (CCRDP), comum à Polícia Judiciária, à Polícia Nacional, à Direção Nacional das Receitas do Estado (Serviços Fiscais e Aduaneiros) e à Inspeção Geral das Atividades Económicas. A introdução do
--	---	----------------------------	-------------------	------	------	---

						Sistema de Informação e a revitalização do projeto DACORE, direcionado para a recolha de dados ao nível da África Ocidental, demonstram um compromisso em adotar tecnologias avançadas e colaborações regionais.
	50.05.01.02.03 Aquisição De Equipamentos De Tática E Segurança Da Polícia Judiciária	Equipamentos De Tática E Segurança Da Polícia Judiciária adquiridos	Equipamentos	10	1000	Com parcerias como o INL dos EUA, NCA, ONUDC e donativos da Embaixada da China, da Alemanha, da Interpol, a PJ está a elevar a sua capacidade técnica e material. Todavia, haverá necessidade de mais reforços em termos de equipamentos específicos, nomeadamente para realização de diligências, por via terrestre, reconhecimento, mapeamento, sinalização e registo de dados nas praias e encostas ilhas de Santiago, Maio, Fogo, Santo Antão.

Cabo verde plataforma aérea

PROGRAMA:	Cabo Verde Plataforma Aérea	
OBJETIVO ESPECÍFICO	PRODUTO	
OBJ 1 - Até 2026, atingir um crescimento médio anual de 28% no movimento de passageiros e de 15% no movimento de cargas nos aeroportos e aeródromos	Plataforma Digital Tarifa Aérea Especial implementada	Embora concluída a conceção da plataforma digital, contudo carece ainda funcionamento, devido a problemas técnicos que ainda prevalecem em termos de interface com a plataforma de reservas e distribuição da companhia aérea.
	Quadro Legal do Sector da Aviação Civil revisto	Foi concluído o estudo, que apresenta um conjunto de recomendações. Contudo os instrumentos legais e regulamentares para a implementação das recomendações feitas Pelo estudo não foram ainda elaborados, por atraso no financiamento do Banco Mundial da consultoria jurídica local e de expert técnico internacional em aviação civil

nacionais (Mobilidade).		
----------------------------	--	--

	Novo Aeroporto de Santo Antão construído (1)	Foi concluído a primeira etapa, que é Plano Diretor, que define a localização, as características técnicas e avalia a sustentabilidade da construção do aeroporto.
	Concessão dos Aeroportos e Aeródromos Nacionais concluída	Foi concluído em julho de 2023
	Plano de investimentos para a requalificação dos aeródromos e aeroportos nacionais Implementado. (2)	Devido ao atraso na finalização do processo de transferência de concessão, os investimentos programados para 2023 estão atrasados, pelo que a maior parte se realizará a partir de 2024.
	Privatização da CV Handling concluída	Estava prevista para acontecer até dezembro de 2023. Contudo, há atrasos no processo, o que leva a reprogramar para 2024.
	Plano de Formação e Fundo de Apoio à Qualificação Técnica e Profissional da Aviação Civil implementado	Embora o estudo tenha sido concluído, com um conjunto de propostas de instrumentos para estimular a qualificação de quadro técnico na aviação civil, contudo há um atraso na aprovação dos instrumentos e mobilização dos recursos financeiros. Há sim um conjunto de ações de atração de empresas privadas para investir na criação de centro de treinamento em aviação civil e que já começaram o processo de implementação. Uma maior ação na formação de técnicos por essas iniciativas privadas poderá ter lugar a partir de 2024.

OBJ 2 - Até 2026, atingir o número de 200 técnicos qualificados no Sector da Aviação Civil (Qualificação).	Instituto de Aeronáutica e do Turismo criado	Foi já criado o Instituto Aeronáutico e Turismo
	Instituto de Aeronáutica e do Turismo implementado	A instalação e funcionamento estava prevista para 2024 e esta meta se mantem.
	Plano de Sensibilização para atrair mulheres para o Sector da Aviação Civil elaborado	Estava prevista para 2024 e mantem-se esta meta.
	Módulo de Formação Igualdade de Género e Assédio Sexual e Moral no ambiente laboral (integrado no Plano de Formação e Fundo de Apoio à Qualificação da Aviação Civil)	Estava previsto para 2024 e mantem esta meta, no âmbito das ações de formação.

	ministrado	
--	------------	--

CONTAS IV TRIMESTRE DE 2023 – DESPESA POR PROGRAMA E TIPO DE FINANCIAMENTO

Mapa VII - Despesa por Programa e Tipo de Financiamento		Total Orçamento Inicial (OI)	Orçamento Reprogramado (ORP)					
			Tesouro	OFN	FCP AAL	Donativo	Empréstimos	Total
AMBIENTE	AÇÃO CLIMÁTICA E RESILIÊNCIA	662 131 277	300 154 285			301 821 495		601 975 780
	ÁGUA E SANEAMENTO	2 596 635 931	349 578 583			384 972 080	1 868 832 136	2 603 382 799
	AMBIENTE, BIODIVERSIDADE E GEODIVERSIDADE	714 494 366	618 393 296			166 886 476		785 279 772
AMBIENTE TOTAL		3 973 261 574	1 268 126 164	0	0	853 680 051	1 868 832 136	3 990 638 351
ECONOMIA	CABO VERDE PLATAFORMA AÉREA	41 388 930	41 388 930					41 388 930
	CABO VERDE PLATAFORMA DA INDÚSTRIA E DO COMÉRCIO	81 636 540	66 525 735			6 864 334		73 390 069
	CABO VERDE PLATAFORMA DIGITAL E DA INOVAÇÃO	869 834 140	470 578 435	2 000 000		24 287 412	421 844 800	918 710 647
	CABO VERDE PLATAFORMA DO DESPORTO	234 086 222	240 182 536			23 752 512		263 935 048
	CABO VERDE PLATAFORMA DO TURISMO	1 104 618 917	864 096 517			66 077 616	870 419 322	1 800 593 455
	CABO VERDE PLATAFORMA FINANCEIRA	0				4 078 519		4 078 519
	CABO VERDE PLATAFORMA MARÍTIMA	1 192 932 241	1 303 039 933			113 471 599	383 874 500	1 800 386 032
	DESENVOLVIMENTO DA CULTURA E DAS INDÚSTRIAS CRIATIVAS	300 847 005	312 243 448			7 242 614		319 486 062

	DESENVOLVIMENTO EMPRESARIAL	383 906 014	102 643 917			393 451	315 527 567	418 564 935
	INFRAESTRUTURAS MODERNAS E SEGURAS	5 144 816 660	739 926 614	81 196 647		2 368 834 493	2 390 113 063	5 580 070 817
	PROGRAMA NACIONAL DA CIÊNCIA	384 734 848	320 993 742			114 791 458		435 785 200
	PROGRAMA NACIONAL PARA A SUSTENTABILIDADE ENERGÉTICA	1 196 320 659	547 607 412			409 687 757	450 964 213	1 408 259 382
	PROGRAMA SISTEMA DE INFORMAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL	592 613 269	242 851 350			135 851 506	339 379 098	718 081 954
	TRANSFORMAÇÃO DA AGRICULTURA	1 500 498 390	916 967 233		179 991 751	87 164 183	746 352 822	1 930 475 989
ECONOMIA TOTAL		13 028 233 835	6 169 045 802	83 196 647	179 991 751	3 362 497 454	5 918 475 385	15 713 207 040
ESTADO SOCIAL	DESENVOLVIMENTO DO CAPITAL HUMANO	10 044 089 130	9 353 007 953			1 649 779 824	336 034 974	11 338 822 751
	DESENVOLVIMENTO INTEGRADO DE SAUDE	7 005 153 621	6 330 046 541			604 379 955	344 637 183	7 279 063 679
	GESTAO E ADMINISTRACAO GERAL	15 321 909 794	14 499 282 864	271 569 822		95 175 547		14 866 028 233
	HABITAÇÃO, DESENVOLVIMENTO URBANO E GESTÃO DO TERRITÓRIO	5 435 674 338	5 220 750 056			77 334 030	334 839 943	5 632 924 029
	PROMOCAO DA IGUALDADE E EQUIDADE DO GENERO	75 852 977	74 516 649			46 824 654		121 341 303
	PROTEÇÃO SOCIAL	11 347 746 159	11 152 649 186	38 000 000		528 414 407	194 130 235	11 913 193 828
ESTADO SOCIAL TOTAL		49 230 426 019	46 630 253 249	309 569 822	0	3 001 908 417	1 209 642 335	51 151 373 823
SOBERANIA	DIÁSPORA CABO-VERDIANA-UMA CENTRALIDADE	43 823 515	34 259 401			5 793 504		40 052 905
	DIPLOMACIA CABO-VERDIANA NOVO PARADIGMA	1 480 301 561	1 451 863 743			19 752 181		1 471 615 924
	GOVERNANÇA E DEMOCRACIA	1 725 079 969	1 681 921 754			12 220 915		1 694 142 669
	JUSTIÇA E PAZ SOCIAL	2 344 182 376	1 824 840 682	434 102 421		31 317 251		2 290 260 354
	MODERNIZAÇÃO DO ESTADO E DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	968 923 568	405 737 202			130 917 803	740 125 389	1 276 780 395
	REFORÇO DA SEGURANÇA NACIONAL	5 217 434 915	5 016 085 197	137 977 051		26 421 440	195 245 608	5 375 729 296
SOBERANIA TOTAL		11 779 745 904	10 414 707 979	572 079 472	0	226 423 094	935 370 997	12 148 581 543
Despesas por regularizar								

CONTAS IV TRIMESTRE DE 2023: DESPESA POR PROGRAMA E TIPO DE FINANCIAMENTO - EXECUÇÃO



CONTA IV TRIMESTRE DE 2023

Mapa VII - Despesa por Programa e Tipo de Financiamento		Execução (EXE)						Taxa de Execução (EXE/ORP)
		Tesouro	OFN	FCP AAL	Donativo	Empréstimos	Total	
AMBIENTE	AÇÃO CLIMÁTICA E RESILIÊNCIA	253 379 191			24 623 637		278 002 828	46,2%
	ÁGUA E SANEAMENTO	293 697 648			43 323 399	50 066 244	387 087 291	14,9%
	AMBIENTE, BIODIVERSIDADE E GEODIVERSIDADE	402 883 395			71 600 421		474 483 816	60,4%
AMBIENTE TOTAL		949 960 234	0	0	139 547 457	50 066 244	1 139 573 935	28,6%
ECONOMIA	CABO VERDE PLATAFORMA AÉREA	31 061 080					31 061 080	75,0%
	CABO VERDE PLATAFORMA DA INDÚSTRIA E DO COMÉRCIO	54 104 445			6 864 334		60 968 779	83,1%
	CABO VERDE PLATAFORMA DIGITAL E DA INOVAÇÃO	312 424 573	146 300		24 287 412	228 034 602	564 892 887	61,5%
	CABO VERDE PLATAFORMA DO DESPORTO	180 658 255			16 887 535		197 545 790	74,8%
	CABO VERDE PLATAFORMA DO TURISMO	745 969 601			28 538 585	470 659 399	1 245 167 585	69,2%
	CABO VERDE PLATAFORMA FINANCEIRA				2 609 595		2 609 595	64,0%
	CABO VERDE PLATAFORMA MARÍTIMA	1 253 149 741			28 312 687	363 874 500	1 645 336 928	91,4%
	DESENVOLVIMENTO DA CULTURA E DAS INDÚSTRIAS CRIATIVAS	275 557 634			7 068 751		282 626 385	88,5%
	DESENVOLVIMENTO EMPRESARIAL	90 048 081			393 451	60 787 510	151 229 042	36,1%
	INFRAESTRUTURAS MODERNAS E SEGURAS	658 451 122	81 196 647		244 286 204	631 292 081	1 615 226 054	28,9%
	PROGRAMA NACIONAL DA CIÊNCIA	248 703 539			66 717 433		315 420 972	72,4%

	PROGRAMA NACIONAL PARA A SUSTENTABILIDADE ENERGÉTICA	524 187 318			102 455 804	184 716 410	811 359 532	57,6%
	PROGRAMA SISTEMA DE INFORMAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL	234 729 809			62 277 252	252 042 284	549 049 345	76,5%
	TRANSFORMAÇÃO DA AGRICULTURA	769 293 523		58 272 201	69 810 547	227 246 329	1 124 622 600	58,3%
ECONOMIA TOTAL		5 378 338 721	81 342 947	58 272 201	660 509 590	2 418 653 115	8 597 116 574	54,7%
ESTADO SOCIAL	DESENVOLVIMENTO DO CAPITAL HUMANO	9 031 671 907			572 837 567	207 008 784	9 811 518 258	86,5%
	DESENVOLVIMENTO INTEGRADO DE SAUDE	5 284 937 342			274 755 403	70 143 120	5 629 835 865	77,3%
	GESTAO E ADMINISTRACAO GERAL	13 471 737 734	230 466 794		69 043 449		13 771 247 977	92,6%
	HABITAÇÃO, DESENVOLVIMENTO URBANO E GESTÃO DO TERRITÓRIO	5 188 920 481			42 528 528	70 294 173	5 301 743 182	94,1%
	PROMOCAO DA IGUALDADE E EQUIDADE DO GENERO	37 296 890			32 260 973		69 557 863	57,3%
	PROTEÇÃO SOCIAL	11 014 489 274	196 376		176 962 921	92 411 292	11 284 059 863	94,7%
ESTADO SOCIAL TOTAL		44 029 053 628	230 663 170	0	1 168 388 841	439 857 369	45 867 963 008	89,7%
SOBERANIA	DIÁSPORA CABO-VERDIANA-UMA CENTRALIDADE	32 629 841			0		32 629 841	81,5%
	DIPLOMACIA CABO-VERDIANA NOVO PARADIGMA	164 470 393			7 259 671		171 730 064	11,7%
	GOVERNANÇA E DEMOCRACIA	1 518 037 761			6 498 002		1 524 535 763	90,0%
	JUSTIÇA E PAZ SOCIAL	1 525 527 489	275 188 742		17 814 264		1 818 530 495	79,4%
	MODERNIZAÇÃO DO ESTADO E DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	309 273 429			45 182 650	269 615 210	624 071 289	48,9%
	REFORÇO DA SEGURANÇA NACIONAL	4 778 494 744	8 780 901		16 246 335	174 043 594	4 977 565 574	92,6%
SOBERANIA TOTAL		8 328 433 657	283 969 643	0	93 000 922	443 658 804	9 149 063 026	75,3%
Despesas por regularizar							916 958 869	

